



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, INOVAÇÃO E CONSUMO

STÉFANNI MARIA DOS SANTOS LOPES

**PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E INFORMALIDADE NAS FACÇÕES DE
CONFECÇÕES EM CARUARU-PE**

Caruaru
2023

STÉFANNI MARIA DOS SANTOS LOPES

**PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E INFORMALIDADE NAS FACÇÕES DE
CONFECÇÕES EM CARUARU-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão, Inovação e Consumo. Área de concentração: Inovação, Cultura e Consumo na Gestão dos Negócios Locais.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabeth Cavalcante dos Santos

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Márcia Batista Almeida Pereira

Caruaru

2023

STÉFANNI MARIA DOS SANTOS LOPES

**PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E INFORMALIDADE NAS FACÇÕES DE
CONFECÇÕES EM CARUARU-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão, Inovação e Consumo. Área de concentração: Inovação, Cultura e Consumo na Gestão dos Negócios Locais.

Aprovada em: 30/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisabeth Cavalcante dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (Examinador Externo)
Fundação Joaquim Nabuco

Prof. Dr. Octavio Martin Maza Díaz Cortés (Examinador Externo)
Universidad Autonoma de Aguascalientes

À todas as pessoas que sofreram ou sofrem com questões de classe e que a resistem por meio da educação, em especial, em memória ao meu bisavô, seu Zeca.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa pesquisa foi sem dúvidas um dos grandes desafios da minha vida. Não porque um trabalho de dissertação fosse algo extremamente difícil de escrever, como muitos de nós imaginamos antes de iniciar o processo do mestrado. Com isso não quero dizer que não seja trabalhoso e exija dedicação, pois exige. Mas quero dizer que, para além disso, foi desafiador por me colocar em contato com muitas questões pessoais, existenciais e emocionais difíceis, mas que ansiavam serem externalizadas e elaboradas de alguma forma.

Em processo terapêutico concomitante e posterior a escrita deste trabalho, descobri que falar do tema que escolhi no contexto do interior do Agreste, era também falar do mesmo tema no interior do Piauí e também da minha família, ainda que com muitas diferenças, uma vez que no lugar onde nasci não haja facções de confecção tal como contei nesta pesquisa. Muito por causa desses encontros, desagradáveis, “empaqueei” na escrita. Entretanto, pela necessidade de encontrar com a minha própria liberdade, continuei... continuei para contar uma outra narrativa sobre mim e para mim, e sobre outros(as) e para outros(as). Feito alcançável graças há muitas pessoas generosas, sensíveis e entusiastas da liberdade que o conhecimento pode proporcionar.

Logo, deixo aqui para fins de memória alguns nomes importantes neste percurso. À minha orientadora, Elisabeth Cavalcante dos Santos, por uma condução empática, sensível, paciente, por transmitir amor e delicadeza pelo conhecimento, por nos provocar a fazer revoluções pacíficas, com as contradições que os termos carregam; pelo o seu modo não hierárquico de ser/estar docente e por tantas outras qualidades que seus orientandos(as) poderiam mencionar.

À Ana Márcia Batistas Almeida Pereira, que me impressionou com a riqueza de sua tese, com a forma complexa que o tema da informalidade necessita ser trabalhado, com o modo de ser/estar docente frente a um tema não convencional no ambiente de Administração na graduação. Sua simplicidade, paciência e fragrâncias não passam despercebidas na composição desse ser humano incrível que és.

Aos meus pais, Elviracy Lopes Ribeiro e Rosilene de Sousa Santos, que desde cedo me incentivaram no caminho da educação como forma de melhorar de vida. Às minhas irmãs, Cynthia Loren e Sophia Gabrielly, e ao meu irmão, João Lucas, por acreditarem naquilo que escolhi e pelos momentos divertidos de descontração. Aos

meus bisavós e avó que se fizeram presente em memória, principalmente meu bisavô, seu Zeca, que com sua generosidade e simpatia me ensinou muito sobre a grandeza que é a simplicidade da vida.

Às minhas amigas e amigos queridas(os) que fiz durante esse processo. Destaco em especial Pâmela Dias e Ítalo Silva, que foram escuta e acolhimento em vários momentos, de alegria, tensão, medo e frustrações. Que me ensinaram sobre sua cultura tão rica, colorida e diversa, e que me incluíram nela e em seus grupos familiares e de amigos(as).guardo a oportunidade de apresentar um pouquinho das minhas referências piauienses a vocês.

Às minhas amigas e amigos amadas(os) da época do ensino médio e que já me incentivavam de diferentes maneiras a seguir os desvios e que também se mantiveram presentes nesta fase. Em especial destaco Nicole Agnes, Benedito Sullivan Lopes e Lídia Lima. À Nicole Agnes pela (des)construção do entendimento de amor, pelas leituras feministas na pracinha, por me incluir na sua família, pela escuta sem julgamentos, por viajar até Recife, por seguir junto comigo, mesmo à quilômetros de distância, no sentido do anti-colonialismo, mesmo que ambas sem sabermos disso.

À Benedito Sullivan Lopes, que coincidentemente ou não, tem o mesmo sobrenome que o meu e que certamente possui uma cabeça tão desviante quanto a minha. Obrigada por enxergar além da minha timidez, por me presentear com livros desviantes, pelo incentivo a seguir a trabalhosa carreira docente, desde o aspecto teórico ao prático, no sentido de exemplo e de formação acadêmica nos tempos de IFPI às caronas e hospedagem para a prestação de concursos públicos em Teresina-PI.

À Lídia Lima, que com sua escuta atenciosa me acolheu em momentos tensos, por me apresentar muitos lugares legais de Recife e por simplesmente ser uma referência piauiense resistente em um lugar que até então não nos era conhecido; pela coragem de ter traçado um caminho fora de casa e persistido. E também por torcer há muito tempo por muitas das minhas pequenas grandes conquistas.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), por possibilitar que eu conseguisse estudar/pesquisar com certa dignidade e tranquilidade, permitindo que não fosse necessário eu desempenhar uma outra atividade remunerada para poder bancar esta. Realidade que não é frequente para a grande maioria dos(as) brasileiros(as).

Por fim, e não menos importante, a todas as divindades que me protegeram e me mantiveram de pé nessa caminhada.

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender a informalidade nas facções de confecção em Caruaru-PE a partir da abordagem da prática. A motivação para tal se verificou com as discussões acerca da informalidade enquanto noção multidimensional, constitutiva dos processos produtivos de confecções no Agreste de Pernambuco. Esta noção é importante porque considera as singularidades locais que apontam a necessidade de analisar o fenômeno para além da dicotomia formal-informal. De modo semelhante, a abordagem da prática objetiva romper com os dualismos a fim de expandir os entendimentos sobre os fenômenos sociais, particularmente, as organizações. Assim, esta pesquisa teve como orientação a compreensão sobre práticas organizativas a partir da perspectiva de Theodore Schatzki e a noção de informalidade multidimensional desenvolvida por Almeida Pereira (2018). Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os(as) praticantes das facções, observações não participantes e o registro de imagens e diário para acessar o campo. A análise das informações aconteceu por meio da análise de narrativa com base na tríade hermenêutica discutida por Barbara Czarniawska. A partir das discussões, os achados da pesquisa demonstraram que a informalidade nas facções é constituída por práticas, as quais resultam de ações organizadas por orientações que constituem inteligibilidades, fins teleológicos, afetividades e regras. As práticas alcançadas por esta pesquisa foram: prática de costura, prática de modelagem automatizada, prática de corte e prática de gestão. Percebeu-se ainda que tais práticas são permeadas por desigualdades e resistências relativas à classe e ao gênero, e que elas comunicam e reforçam diferentes dimensões da informalidade que constitui o trabalho com confecções em Caruaru-PE.

Palavras-chave: práticas organizativas; informalidade; facção; confecção; Caruaru-PE.

ABSTRACT

The following survey has attempted to comprehend the informality in the clothing confection factions in Caruaru-PE through the practical approach. The motivation for the aforementioned has been verified with the discussions about informality as a multidimensional concept, constitutive of the productive processes of connections in the Agreste region of Pernambuco. This conceit is important because it considers the local singularities that lead to the need for analyzing the phenomenon beyond the formal-unformal dichotomy. Similarly, the practical approach aims to break with the dualisms in order to expand the understanding of social phenomena, particularly the organizations. Therefore, this survey had as an orientation the comprehension of organization practicals through Theodore Schatzki's perspective and the notion of multidimensional informality developed by Almeida Pereira (2018). As a methodological procedure, were chosen interviews semistructured with the factions participants, not including observations and the image register for accessing the field. The information analysis happened through narrative analysis based on the hermeneutic triad discussed by Barbara Czarniawaska. Stem from discussions, the survey findings have shown the factions'; practices result from actions organized by guidelines that constitute comprehensibility, teleological purposes, affectivities, and rules. The practices achieved by this survey were: sewing practice, automated modeling, cutting, and management. It had been noticed yet that such practices are permeated by inequalities and resistances related to class and gender, and they communicate and reinforce different dimensions of informality that constitute the work with clothing confections in Caruaru-PE.

Keywords: organizational practices; informality; faction; clothing confection; Caruaru-PE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Informalidade multidimensional.....	40
Figura 2 –	Posicionamento de pesquisa.....	57
Quadro 1 –	Corpus da pesquisa: entrevistas.....	59
Quadro 2 –	Perfil dos(as) praticantes.....	63
Figura 3 –	Sequência de análise de narrativa.....	69
Figura 4 –	Máquina interlock.....	95
Figura 5 –	Máquina de duas agulhas.....	96
Figura 6 –	Máquina reta.....	97
Quadro 3 –	Intersecção entre prática e informalidade.....	100
Figura 7 –	Placa com preços da prática de costura.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Corpus de pesquisa: observações.....	62
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	ABORDAGENS DA INFORMALIDADE.....	19
2.1.1	Breve noção histórica para a composição da informalidade.....	31
2.1.2	A informalidade na composição do Nordeste brasileiro e o Agreste de Pernambuco.....	34
2.2	ABORDAGENS DA PRÁTICA.....	42
2.2.1	Práticas organizativas.....	46
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	54
3.2	COLETA DE INFORMAÇÕES.....	58
3.3	LÓCUS E PRATICANTES DA PESQUISA.....	62
3.4	CRITÉRIOS DE VALIDADE E CONFIABILIDADE.....	65
3.5	TÉCNICA ANALÍTICA.....	66
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	71
4.1	PRÁTICA DE COSTURA.....	71
4.2	PRÁTICA DE MODELAGEM AUTOMATIZADA.....	102
4.3	PRÁTICA DE CORTE.....	107
4.4	PRÁTICA DE GESTÃO DAS FACÇÕES.....	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	128
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	130
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	131
	APÊNDICE D – GLOSSÁRIO DAS FACÇÕES DE CONFECÇÃO DO AGRESTE.....	133

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a discutir o fenômeno da informalidade a partir da lente teórica da prática em unidades faccionadas situadas no Agreste de Pernambuco, Nordeste Brasileiro, região historicamente marginalizada nos estudos hegemônicos em Administração. Acerca do fenômeno é possível dizer que suas primeiras manifestações estão relacionadas aos modos de organizações sociais, sobretudo da Europa Ocidental do século XIX e sua economia de mercado, enfatizada pela Inglaterra com a Revolução Industrial, a qual fez surgir uma dinâmica social específica, marcada por vantagens e desvantagens nas relações trabalhistas, formas de gestão dos negócios e na própria constituição das cidades e espaços sociais, estrutura exportada e incorporada em outras partes do mundo (Polanyi, 1980).

A fragilidade desse modelo de organização se mostrou problemática ao não conseguir inserir todos os(as) trabalhadores(as) em processos produtivos cuja o assalariamento estivesse consolidado. Por isso, as primeiras discussões teóricas sobre o tema, identificadas no início da década de 1970, estavam preocupadas com o desenvolvimento de sistemas produtivos, que deveriam se modernizar para absorver mais trabalhadores(as) e assim, atingir padrões ditos formais, superando aquilo que era entendido como uma informalidade passageira (Machado da Silva, 2002). Inspirado nesta ideia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relatório de 1972 caracterizou e difundiu uma das noções sobre a informalidade que viria a se popularizar, entendendo-a como um setor com fácil entrada, vínculos familiares, dependência de recursos, pequena escala, tecnologia adaptada, uso intensivo de mão de obra entre outras (OIT, 1972).

Apesar da noção desenvolvida pela OIT ter sido adotada em diferentes estudos posteriores, outras formulações eram tecidas em paralelo, como o conhecido estudo de Keith Hart publicado em 1973 sobre a heterogeneidade das atividades informais, a possibilidade de alta produtividade/rendimentos e vínculos com grandes empresas, desmitificando a associação entre informalidade e pobreza, bem como apontando o misticismo da crença na modernização produtiva como via da resolução do problema para o desemprego populacional (Barbosa, 2011; Hart, 1973).

Assim como o estudo de Hart, outras investigações foram desenvolvidas e diferentes percepções surgiram como as definições desenvolvidas no âmbito do

Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (PREALC), que passou a considerar não só a organização produtiva, como também a relação do(a) trabalhador(a) com os meios de produção na caracterização da informalidade. Outra interpretação conhecida como NEO-PREALC consistiu na subordinação da produção informal à produção formal, a qual argumenta que a dependência contribui para a hegemonia de núcleos capitalistas. Já a abordagem com enfoque marxista compreende que a informalidade dos negócios tem origem na expansão do sistema capitalista. Para a abordagem neoliberal, é o excesso de regulação do Estado que provoca o aparecimento de atividades econômicas informais e ilegais. Já para as perspectivas com enfoque estruturalistas, a informalidade dos negócios tem grande influência da descentralização das organizações e flexibilização do trabalho, cujo objetivo é reduzir custos e direitos trabalhistas (Lopes, 2008).

A partir da década de 1990 a informalidade passou a ser associada principalmente à flexibilização do trabalho e a formas de negócios autônomas, ganhando formatos ainda mais heterogêneos e sendo denominada como “nova informalidade” por Juan Pérez. Apesar de cunhar o termo, o autor, em estudos posteriores, questiona as limitações de novos conceitos sobre a informalidade quando o que se observa são variações de características do passado. Em semelhança, Machado da Silva (2002) enfatiza a perda analítica da noção de informalidade e a compreende como disfarçada pelo par empregabilidade/empreendedorismo. Assim, ainda que muito se tenha discutido sobre o fenômeno da informalidade, entender o papel que esta desempenha na atualidade nas relações de trabalho sob o ponto de vista do(a) trabalhador(a) imerso nessa dinâmica torna-se importante por resgatar a criticidade do tema e enfatizar mudanças sociais.

Nesse sentido, a noção escolhida para orientar esta pesquisa consistiu no entendimento da informalidade multidimensional, formulada por Almeida Pereira (2018) em estudo sobre as lavanderias de jeans no Agreste de Pernambuco, região interesse desta pesquisa. Sobre essa noção e a partir de outras leituras a respeito da região (Almeida de Andrade; Almeida Pereira, 2019; Sá, 2020; Corteletti, 2020; Almeida Pereira *et al.*, 2021; Almeida Pereira; Freire, 2021) compreendeu-se que a informalidade no Nordeste e no “Agreste das confecções” (Souza, 2012) é marcada por processos específicos que combinam “tradicional e moderno”, formal e informal tanto na produção quanto no comércio da confecção da região, mercado que dá origem principalmente as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama-

PE. Logo, a informalidade multidimensional considera que é preciso olhar o hibridismo da relação formal-informal e incluir perspectivas que ampliem a noção.

Acerca do exposto, percebeu-se que a abordagem da prática enquanto lente teórica guarda semelhança com a noção escolhida e possibilita compreender organizações outras, que estão à margem do *mainstream* da Administração. Isto porque, para esta abordagem, o entendimento de organização extrapola a ideia de entidade fixa e rígida, compreende também que a organização é composta por processos que por sua vez formam práticas (Nicolini, 2013). Para tanto, concebe que as organizações são constituídas por entendimentos coletivos, atividades humanas, objetos materiais e outros elementos do contexto os quais se dão de forma interrelacionada. Logo, buscam afastar dicotomias como agência/estrutura, mente/corpo, sujeito/objeto, entre outras, evidenciando a necessidade de tratar a realidade social por sua complexidade, perspectiva de interesse para a compreensão das organizações do Agreste de Pernambuco (Bispo, 2013; Bispo; Soares; Cavalcante, 2014).

Desta forma, esta pesquisa parte do entendimento de que as organizações são formadas por práticas, as quais atuam como um *continuum* que muda ao longo do tempo conforme se alterem os elementos e condições que a constituem. Posto isso, uma organização pode ser vista como uma relação recursiva que envolve prática e materialidade ou estrutura e processo. Dito de outra forma “práticas sem coisas e sem corpos envolvidos são, portanto, simplesmente inconcebíveis” visto que a prática se dá com esta conexão (Nicolini, 2013 p. 04, tradução nossa). Alinhado a estas ideias, mobilizou-se a interpretação de Theodore Schatzki (2001; 2003; 2006) acerca da prática, que visualiza que as organizações são constituídas por práticas, mas que estas estão além daquilo que as pessoas fazem (ações), pois compreendem também estados mentais das pessoas envolvidas e arranjos materiais.

A partir das compreensões acima, esta pesquisa considera que o fenômeno da informalidade pode ser expressado por um conjunto de variadas práticas, que estabelecidas sob determinadas condições materiais e consciência coletiva “sugerem determinadas formas de dar sentido ao mundo, de desejar alguma coisa, de saber como fazer algo, de responder às ações dos outros” (Santos; Silveira, 2015 p. 83). Isto porque, a elaboração de uma prática é intermediada por diversos sujeitos, os quais carregam e consentem sobre expressões de informalidade. Para tanto, é importante dizer que a concepção de informalidade no Brasil é discutida não só a partir

do par da formalidade, mas também dos pares de legalidade, ilegalidade, justiça e injustiça que se mesclam nas situações cotidianas e informam sobre dinâmicas sociais contextuais (Noronha, 2003), apontando para a ampliação tanto do entendimento de informalidade quanto de prática como uma noção que foge de dualismos.

Ademais, informalidade e práticas, neste caso, das facções de confecção de Caruaru-PE, estão associadas no que diz respeito às discussões sobre o trabalho, em especial sua organização em contextos marginalizados como a região Nordeste do Brasil. Sobre essa discussão ressalta-se que é uma forma não apenas de sobrevivência, mas de vivência, o que quer dizer também sobre uma formação de identidade profissional e pessoal para o indivíduo que a exerce, além de coletiva e territorial, uma vez que é construída por várias pessoas e o espaço geográfico reconhecido no interior e exterior do país (Martins, 2019; Gomes, Júnior e Costa, 2019).

Nesse sentido, a pergunta que conduz esta pesquisa é: **Como a informalidade das facções de confecções, em Caruaru-PE, pode ser compreendida a partir da abordagem da prática?**

A fim de buscar orientações para a problemática apresentada, propomos as seguintes perguntas direcionadoras: (1) **Quais são as práticas organizativas relativas à informalidade produzidas nas facções de confecções em Caruaru-PE?** (2) **Quais as desigualdades percebidas nas práticas de informalidade das facções de confecções em Caruaru-PE?** e (3) **Quais as resistências podem ser encontradas nas práticas de informalidade das facções de confecções em Caruaru-PE?**

A última pergunta é apresentada por este estudo também entender que a informalidade enquanto parte do sistema capitalista e enquanto prática reflete tensões e conformidades que podem ser lidas como desigualdades e resistências, como apontam os estudos de Souza (2012) e Figueiredo (2015).

A cidade de Caruaru, localizada no Agreste central do estado de Pernambuco, é ressaltada como contexto desta pesquisa por estar situada geopoliticamente como região periférica, e que juntamente com Toritama e Santa Cruz do Capibaribe tiveram destaque na produção e comercialização de roupas a partir do protagonismo da população local com os chamados fabricos e facções (Sá, 2020; Corteletti, 2020). Situação que fez com que essas cidades obtivessem uma expressiva migração de pessoas de regiões próximas e de agentes governamentais como o Armazém da

Criatividade, Universidades, escolas técnicas, instituições bancárias, entre outros. No entanto, não se observou uma mudança enfática positiva nas estruturas e processos dos fabricos e facções, o que permite refletir sobre as várias realidades em um mesmo espaço urbano (Souza, 2012; Almeida Pereira, *et al.*, 2021).

Sobre os fabricos, são unidades de produção total ou parcial de peças de roupas em grande escala. Nesses negócios, os proprietários assumem os riscos tanto da produção quanto da comercialização. Já as facções atuam como unidades produtivas subcontratadas responsáveis por partes específicas do processo. Esse esclarecimento é importante porque mesmo diante de mudanças nos processos produtivos ao longo das décadas e a aproximação de diferentes agentes econômicos, as unidades produtivas, principalmente as facções, ainda atuam sob condições precárias de trabalho e modos de gestão pautados em subordinação (Almeida Pereira *et al.*, 2021).

Ainda no que tange aos fabricos e facções, Almeida Pereira, Almeida Andrade e Silva (2018) comentam que estes negócios encontram impulso no discurso do empreendedorismo e na promessa de autonomia financeira, argumento que corrobora para que mais pessoas se insiram ou sejam inseridas nestas unidades produtivas. Além disso, estes espaços atuam como ambientes de socialização, ou melhor, profissionalização, uma vez que o não entendimento do trabalho torna-se uma barreira de entrada nesse segmento informal. No mais, a constituição desses espaços com imbricamento formal-informal está para além da organização do processo produtivo, compreende também a percepção dos(as) trabalhadores(as) locais (Almeida Pereira; Almeida Andrade; Silva, 2018).

Noronha (2003) em estudo sobre o significado da informalidade sustenta que o debate sobre o devido tema pouco avançou, mesmo para os estudos que apontam a insuficiência de tratar o fenômeno com a oposição formal-informal. Para o autor, antes de mais, é preciso identificar o maior número de situações de “contratos atípicos”, previstas em leis ou não, para então entender os inconvenientes e as razões para a existência e continuidade dessas relações. Assim, a identificação torna-se importante pois segundo o autor, todas as abordagens sobre informalidade, em certa medida, encontram respaldo no Brasil. Desse modo, Noronha (2003) propõe a observação das relações de dependência e subordinação como pontos-chaves para a caracterização dos trabalhos informais.

De forma parecida, Gomes, Júnior e Costa (2019) demonstram a necessidade de saber sobre o significado do trabalho para os(as) trabalhadores(as) e as particularidades do contexto para entender sobre a constituição e permanência de trabalhos informais. Rangel (2021) coloca que distintos sujeitos em situações diversas de informalidade, experienciam e interpretam o fenômeno subjetivamente, mesmo que em um mesmo ambiente. Desse modo, a partir das lacunas apresentadas, reflete-se sobre a noção de informalidade como algo construído socialmente no Agreste das Confecções, sendo importante desenvolver pesquisa que se aproxime dessas diferentes construções em torno do fenômeno, utilizando abordagem ainda não explorada no campo.

A respeito da abordagem das práticas Martins (2019) ao falar sobre a perspectiva da moral na aprendizagem da prática do artesanato de barro figurativo do Alto do Moura esclarece que a produção de sentido em torno de uma prática é o que sustenta o saber-fazer daquela prática e sua continuidade ao longo dos anos, bem como, as consequências sociais que uma prática em conexão com outras gera. Assim, busca-se com a abordagem da prática contribuir com um olhar singular para o fenômeno da informalidade em contexto periférico, a cidade de Caruaru no Agreste de Pernambuco, partindo do entendimento que as práticas, o contexto e as pessoas da pesquisa apontam, e observando que os vínculos locais são importantes para a compreensão de atividades informais e que relações econômicas são desenvolvidas em meio social (Peres, 2015).

Desse modo, acredita-se que a importância desta pesquisa para o campo de Administração e para os Estudos Organizacionais reside em poder auxiliar na construção de um saber sob uma perspectiva não hegemônica, não homogeneizante e não exclusivamente centrada na dimensão econômica, uma vez que a ênfase investigada consiste na subjetividade daqueles e daquelas que compõem o corpus de pesquisa e as unidades facionadas. Acerca da ênfase apontada, é interessante observar que é por meio dela que se pode entender como a gestão destas unidades e como a informalidade são (re)produzidas em sentido micro e podem conter semelhanças e diferenças com práticas informais outras e em outros espaços. O que também pode contribuir para alternativas de mudanças em cenários precarizados.

A próxima seção buscará dar subsídio para o entendimento das indagações feitas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ABORDAGENS DA INFORMALIDADE

A discussão sobre informalidade tem seu desenvolvimento atrelado aos modos de organização social das civilizações. Tomada como ponto de partida pela literatura hegemônica e orientada pela economia, a Europa Ocidental do século XIX inaugurou o mercado autorregulável e o estado liberal pós declínio da era de ouro e acirramento das guerras mundiais que desestabilizaram a economia. Esse colapso deu início a uma série de mudanças nos anos seguintes (Polanyi, 1980).

Dentre as mudanças, destaca-se a Revolução Comercial, estreitamente vinculada à ascensão do capitalismo que tornou Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra e Estados Unidos beneficiárias e porta-vozes do novo modelo de articulação social e econômica. Dada a ênfase nesse contexto conseguida pela Inglaterra com a Revolução Industrial, desenvolveu-se a economia de mercado, que alavancada pela criação de máquinas fez surgir um modo de organização social específico, baseado na dinâmica fabril. Cidades fabris, emergências de favelas, baixos salários, longas horas de trabalho, aumento populacional são características da sociedade de mercado constituída (Polanyi, 1980).

Diante desse cenário, a noção de informalidade foi orientada na década de 1970 para discutir as dificuldades de incorporação de trabalhadores(as) ao processo produtivo onde o assalariamento não havia se consolidado. Para tanto, focaliza a questão na parcela populacional desfavorecida de condições produtivas entendendo-as como adaptadas à estrutura social à qual faziam parte, direcionando o debate para a forma e velocidade da integração destes trabalhadores(as) ao sistema que entrava em vigor (Peres, 2015; Barbosa, 2011; Lopes, 2008; Machado Da Silva, 2002).

Essa perspectiva delimitada sob a ótica de produção tem como apoio a teoria da modernização, que via nos países pouco capitalizados um problema de desequilíbrio quanto ao não acompanhamento do padrão produtivo eurocêntrico, sendo por isso denominados de países periféricos ou subdesenvolvidos. Essa situação, vista até então como passageira, era entendida como estágio prévio à consolidação do período moderno, aquele cujo o trabalho é assalariado e formal, que ainda não havia acontecido em virtude da alteração da composição social das cidades com os contingentes migrantes, pois estes não estavam em aderência com o padrão

industrial, mas tão pouco se mantinham tradicionais como antes (Machado da Silva, 2002).

O entendimento sobre a estrutura produtiva colocou de forma dualista a compreensão dos setores econômicos, enxergando o informal como negativo, sinônimo de atraso, algo a ser combatido e oposto à formalidade. Assim, com o intuito de obter subsídios para mitigar essa situação, foi criado em 1969 o Programa Mundial de Emprego, responsável por desenvolver estudos sobre desenvolvimento econômico que observassem a criação de postos de emprego e que possibilitasse responder à teoria da modernização. Inspirado neste programa surgiram a partir de então e em vários países, um conjunto de missões e convênios internacionais com o mesmo enfoque, discutir questões sobre emprego e renda (Peres, 2015; Cacciamali, 1982).

A partir disso, pesquisas derivadas do Programa supracitado contribuíram para trazer à tona a existência do setor informal. Dentre as pesquisas desenvolvidas, uma de grande repercussão foi o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Cabe explicar que o termo setor informal atribuído ao antropólogo inglês Keith Hart ficou popularizado pela adoção no relatório da OIT (Peres, 2015). Apesar da publicação do texto seminal de Hart ser posterior à missão da OIT, o autor já pesquisava sobre o assunto, apresentando-o pela primeira vez na Conference on Urban Unemployment in Africa, realizada em setembro de 1971 no Institute of Development Studies (IDS - University of Sussex). Instituição em que muitos dos seus membros fizeram parte da missão da OIT de 1972, dentre eles o coordenador Hans Singer. Logo, acredita-se que o estudo de Hart tenha fornecido subsídios para o relatório da OIT (Barbosa, 2011).

Assim, a OIT (1972, p. 06) definiu o setor informal a partir da maneira de produzir, caracterizada por “facilidade de entrada, dependência de recursos nativos, propriedade familiar do empreendimento, pequena escala de operações, tecnologia adaptada e uso intensivo de mão de obra, habilidades adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e não competitivos”. É importante lembrar também que as características descritas no relatório para a maneira de produzir do setor informal foram pensadas a partir dos desequilíbrios relativos à pobreza geral e à estrutura produtiva do Quênia, influenciada sobremaneira pelo período colonial, que embora tenha sido rompido, deu brecha para que a desestabilização econômica alimentasse o desejo por modernização (OIT, 1972).

Apesar dessa ideia, Keith Hart, em seu estudo também partindo de um contexto de pobreza, contraria a visão definida pela OIT e evidencia a complexidade do setor informal. O autor visualizou que este setor atua em complementaridade ao setor formal ao servir como destino para as pessoas que estavam em vulnerabilidade social, como também a trabalhadores(as) formais que não conseguiam suprir suas necessidades com o assalariamento. Características como alta produtividade, possibilidade de maiores rendimentos, barreiras de entrada por relações pessoais e não exclusividade de precarização a apenas este setor, são aspectos considerados pelo autor que fogem da dicotomia moderno/tradicional (Hart, 1973).

Em interpretação da definição proposta pelo relatório da OIT e corroborando com a ideia de Hart sobre a complexidade do setor informal, Cacciamali (1982) argumenta que os elementos indicados para fazerem referência ao setor em debate dão espaço para questionamentos e interpretações diversas. Isto porque, em geral, os elementos que caracterizam o setor são dinâmicos e podem não ocorrer de forma simultânea e/ou com a mesma intensidade. Contudo, o intuito da definição descritiva da OIT estava em possibilitar que o setor informal fosse identificado sem tanta dificuldade, podendo assim, ser estatisticamente pontuado, servindo como parâmetro para políticas econômicas (Peres, 2015).

Neste sentido, observada a necessidade de mais estudos em países ditos subdesenvolvidos, a OIT criou o Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (PREALC) a fim de integrar o Programa Mundial do Emprego e propor estratégias para geração de empregos e aumento dos salários. Tal programa sofreu influência dos estudos difundidos pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que em paralelo à OIT, justificava a existência do setor informal a partir da teoria da marginalidade. A devida teoria pressupunha que o excedente de mão de obra, ou seja, a população marginal, excluída do setor moderno, tinha sua origem no desequilíbrio entre oferta e demanda (Peres, 2015; Lopes, 2008).

Ao adentrar essa questão, Lopes (2008) argumenta que a percepção produzida pelo Prealc e OIT dizem respeito a uma primeira abordagem para a forma de pensar o setor informal, tendo como representantes Victor Tokman, Jaime Mezzera, Vanessa Cartaya e Paulo Renato Souza. O parâmetro desta abordagem está na organização da produção que se encontra fora da dinâmica típica de capital e pode ser observada através da relação do trabalhador(a) com os meios de produção. A existência deste setor está pautada na necessidade de sobrevivência, logo, considera-se informal o

auto-emprego, atividades com baixo rendimento produtivo e econômico, aqueles cujo o proprietário participa da produção, aqueles do tipo familiar, aqueles com débil divisão do trabalho, não competitivos, não regulados, sem apoio do Estado e com precárias condições de trabalho.

Apesar da abordagem anterior pontuar a necessidade de sobrevivência como aspecto que conduz a formação do setor informal, Barbosa (2011), em interpretação sobre o texto seminal de Hart, elabora que a relação informalidade e pobreza e os elementos contidos nela como baixa produtividade e precarização do trabalho não são únicos do setor informal assim como não são únicos dos países ditos subdesenvolvidos. O autor também demonstra que Hart, ao questionar essa relação, não objetiva atenuar a ideia sobre o setor informal, mas sim, aprofundar e ampliar o debate encarando-o como parte de uma realidade concreta sem, no entanto, considerar tal relação imersa como um problema carregado de juízo de valor.

Ao lançar essa perspectiva, Hart busca questionar quem representa os verdadeiros desempregados que compoem o setor informal. O autor elenca que as oportunidades de emprego, ou melhor, renda, estão tanto nos espaços formais quanto nos informais, sendo os informais compostos por formas diversificadas de trabalho, estando estas segmentadas em legais e ilegais em que as últimas, a depender de quem a interprete, podem ser entendidas como legítimas ou não. Por isso, para Hart, as atividades informais transitam entre espaços vinculados ao grande capital e espaços marginais, ambos com capacidade de racionalização sobre o processo produtivo e variabilidade de renda e produtividade (Barbosa, 2011).

Sobre a constituição desses espaços, Hart enfatiza um aspecto importante e que é tocado na definição produzida pela OIT, a formação do trabalho a partir de relações familiares e/ou pessoais e de parentesco como uma das características do setor informal. Diferente da OIT, que entende que tais redes em atividades informais são formadas para garantir uma maior renda à família, Hart vai além, evidencia que o estabelecimento dessas relações está pautado na confiança, amizade e cooperação, com membros familiares ou não, como meio de fortalecer a existência e permanência do trabalho informal, tanto em forma de renda enquanto sobrevivência, quanto espaço de organização social constituído por eles/elas e para eles/elas. Afirma também que o trabalho neste setor não se faz de modo causal, mas com critérios próprios que podem facilitar ou dificultar a entrada nas atividades informais (Barbosa, 2011).

Viu-se então, ao longo dos anos 1980 e 1990, aumentar as discussões e discordâncias em torno do setor informal, aprofundadas por elementos como a globalização econômica, descentralização da produção e do trabalho, elevação da insegurança nos mercados de trabalho e desigualdade social, tornando o setor ainda mais heterogêneo. Dentre os debates formulados no interior da OIT, posicionamentos teóricos e ideológicos surgiam, de um lado, a favor da eliminação gradual do campo heterogêneo das atividades informais, e por outro, no sentido de valorizar o potencial de geração de renda e ocupação que tais atividades permitiam. Perspectivas que embora dualistas, possuíam na sua base uma intersecção: a visualização da modernização econômica como elemento imprescindível ao setor informal. Diante dessa questão e percebendo a necessidade de uma postura conciliadora, a OIT adotou o entendimento de trabalho digno como condição ao apoio do setor informal, passando a defini-lo em 1993 no âmbito da 15ª *International Conference of Labour Statisticians* como “empreendimentos unipessoais ou familiares e microempresas com trabalho assalariado” (Peres, 2015 p. 274).

Entretanto, outras formulações corriam em paralelo e no seio do desenvolvido pelo OIT, visto que, o interesse e a dimensão da discussão já tinham alcançado pessoas de diversos campos. Uma dessas formulações é a percepção do setor informal dependente do formal. Acerca dessa perspectiva, Lopes (2008) refere-se a ela como abordagem NEO-Prealc, e tem como referência os trabalhos de Maria Cacciamali. A autora entende o setor informal como aquele composto por trabalhadores(as) por conta própria, autônomos(as), que atuam ou são proprietários(as) de unidades produtivas em que há participação de membros familiares, o trabalho é segmentado em tarefas e, principalmente, a organização da produção não se estabelece com base no assalariamento. Mesmo que, a depender da situação econômica e da atividade de trabalho, este setor absorva, de forma irregular, parte de assalariados, assim como, desempregados, subempregados e trabalhadores(as) que apostaram no setor informal como alternativa de sobrevivência (Cacciamali, 1982).

Cacciamali (1982, p. 23) defende que a subordinação acontece quando o setor formal, representado pelas grandes empresas, dita a dinâmica dos espaços econômicos delimitando os interstícios que a produção informal pode se fixar. Com isso, arranja e rearranja a relação entre informal e formal de modo que o primeiro esteja subordinado ao segundo “tanto na ocupação dos espaços econômicos, no

acesso às matérias-primas e equipamentos, na implantação da tecnologia, no acesso a crédito, nas relações de trocas, nos vínculos mais concretos de subcontratação, como na esfera da produção ou circulação”. Logo, dentro do padrão capitalista de expansão, atividades informais são criadas e recriadas sob a aparência de novas e modernas com a finalidade de atender às grandes firmas para manterem-se funcionando, resultando em um duplo caráter: podem ser formadas tanto por atividades com ganhos relativamente altos, se comparados a trabalho assalariados, e com condições de trabalho razoavelmente adequadas, como também para mera sobrevivência.

Sobre a subordinação, Cacciamali explica que as atividades não tipicamente capitalistas estão subordinadas ao núcleo capitalista por causa dos vínculos entre pequenos produtores e grande indústria nas relações de compra e venda, mais de compra do que de venda. Isto porque os arranjos e rearranjos configurados a partir do padrão capitalista, como visto anteriormente, conduzem uma dinâmica de produção que origina serviços e mercadorias de alta qualidade possibilitada pela aderência de certa tecnologia como vantagem competitiva. No que tange essa relação, a autora considera que onde há subordinação há também dominação, não existindo, desse modo, igualdade tanto nos benefícios quanto nos malefícios dessa dependência, tornando a relação complexa, mas favorável ao núcleo capitalista (Cacciamali, 1982).

Ainda sobre o trabalho por conta própria, Cacciamali (1982) afirma que em vista da propriedade dos meios de produção, conhecimento, habilidade e controle do processo de produção, além de certa apropriação do produto final, quando comparados ao trabalho da massa de assalariados, os trabalhadores(as) por conta própria possuem maior entendimento das etapas do trabalho. Apesar disso, estas características tornam a prática do trabalho individualista, que somado a outros elementos como graus diferentes na irregularidade da atividade, estado das relações pessoais, multiplicidade de funções entre outras, reafirmam a heterogeneidade do setor informal. Embora isso colabore para tornar complexa as atividades deste setor, dificulte a inserção no meio, e os níveis de renda se mantenham baixos, a autora observa que a ausência de horários rígidos e de um chefe, patrão ou supervisor, é o que contribui para a aderência dessa forma de trabalho.

Em artigo publicado nos anos 2000, Cacciamali (2000) retoma os conceitos de reestruturação produtiva e subordinação do setor informal ao processo global de acumulação de capitais para afirmar que as mudanças que acontecem no setor

informal quanto a forma de organização da produção, o assalariamento e a inserção dos(as) trabalhadores entre outras, são condicionadas por fatores internacionais e macroeconômicos. Além da reestruturação dos modelos de produção, a autora comenta que a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros, a maior abertura comercial e a desregulação dos mercados são elementos que corroboram para acentuar os diferentes formatos das atividades informais, os quais ganham novos contornos a cada mudança na política econômica dos países (Cacciamali, 2000).

Sobre os efeitos dos condicionantes citados acima nas relações de produção e trabalho, Cacciamali (2000) nomeia de “processos de informalidade”, posto que para ela as mudanças estruturais incidem na criação, recriação e ampliação de ambientes de negócio com maior incerteza, menores possibilidades de taxas de crescimento econômico e emprego, na reorganização do trabalho assalariado sob formas vulneráveis e flexíveis, bem como em estratégias de sobrevivência e auto emprego. A autora admite que mesmo que os fatores condicionantes fomentem uma lógica de produção racional/competitiva em prol da acumulação de capitais, os(as) trabalhadores do setor informal podem não ter como objetivo o lucro, mas apenas a sobrevivência, uma vez que as condições de suas atividades não permitem auferirem mais ganhos.

Outra abordagem identificada por Lopes (2008) e que se assemelha à noção de produção subordinada é a de enfoque marxista cujos principais nomes representativos desta linha de pensamento citados pelo autor são Kowarick, Singer, Prandi e Oliveira. Ainda que com algumas diferenças, os adeptos dessa corrente acreditam que a origem do setor informal não reside no excedente de mão de obra, o qual seria derivado da não modernidade do sistema produtivo. Ao contrário disso, o setor informal é formado justamente pelo avanço de uma produção moderna, dentro de um sistema de expansão capitalista. Para esta abordagem, as atividades informais possuem caráter funcional às médias e grandes empresas, mas sobretudo ao capital, por mais que haja adesão de técnica produtivas típicas das empresas capitalistas, tais técnicas só acontecem em certa medida para as atividades informais, conferindo uma nova forma do mesmo tradicional.

Sobre o enfoque marxista acerca do setor informal, Barbosa (2011) diz que as atividades informais adquirem o papel de ajustar as desigualdades emergidas do sistema produtivo formal no que tange às barreiras de entrada e mobilidade no setor. Para o autor, isso acontece porque o mercado de trabalho é encarado como apartado

do contexto econômico e social e sua segmentação é vista como algo natural e/ou como uma fragilidade do sistema capitalista. No entanto, na percepção do autor, a segmentação de mercado é produto do próprio padrão capitalista que em sua conformação histórica condicionou a forma que o sistema produtivo seria incorporado em determinados tecidos sociais e espaciais. Ainda segundo Barbosa (2011) esta interpretação sobre a segmentação de mercado não explica em sua totalidade as diferentes configurações do setor informal visto que a relação entre formal e informal é permeada por intersecções que dão espaço à existência de atividades produtivas em faixa intermediária.

Outra concepção formulada para explicar a origem do setor informal é a de enfoque Neoliberal ou Institucional-legal. Para esta corrente, o setor informal seria fruto da excessiva regulação do Estado na economia, a qual acontece por meio de autorização de funcionamento, aplicação de impostos, taxas, regulação de demissões, regulação de salários, entre outros. A exigência do cumprimento de tais medidas acarretaria, portanto, o crescimento de atividades não-registradas ou ilegais, mas socialmente lícitas, o que evidenciaria também que isto ocorreria em consequência da incapacidade do Estado em controlar um mercado competitivo. Logo, para esta abordagem, o adequado seria que o Estado não interviesse na economia, pois este se ajustaria por conta própria (Lopes, 2008).

Acerca dessa perspectiva, Lopes (2008) aponta duas tendências, a primeira representada por Hernando de Soto que faz uma análise sobre o contexto peruano estendendo-a a outros contextos latino-americanos, no qual ressalta o caráter positivo sobre a informalidade como meio de se obter desenvolvimento econômico. Isto porque acreditava-se que o esforço no desempenho das atividades informais poderia transformar trabalhadores (as) em empresários (as). Uma segunda tendência, com razoável distinção, elabora que os negócios informais surgem como resposta ao mercado excludente fomentado pela burocracia do Estado. Além disso, também é visto como uma forma de reduzir desigualdades econômicas, pois possibilitaria certa distribuição de renda. É importante dizer que ambas as tendências desconsideram os diferentes formatos das atividades informais, a exemplo de tamanho, elementos tecnológicos e relações subordinadas com o setor formal, o que torna a compreensão sobre o informal genérica (Lopes, 2008).

Barbosa (2011) e Lopes (2008), ao discorrerem sobre as noções de informalidade, apontam ainda uma outra ideia sobre o crescimento dos negócios

informais chamada de Neomarxista ou Estruturalista. Os autores esclarecem que os adeptos desta abordagem, Alejandro Portes, Manuel Castells e Bryan Roberts, consideram que o fenômeno da informalidade é multifacetado e não mais restrito aos países periféricos, posto que, foi facilitado com os processos de flexibilização das relações de trabalho que colaboraram com modelos econômicos e organizacionais descentralizados, vínculos interdependentes entre formal e informal e situações de trabalho diversas. Assim, o informal ganha destaque quando opera a baixo custo, favorece mais ciclos de reestruturação produtiva e redefine a ênfase de estratégia de sobrevivência para assalariamento disfarçado.

Assim como a discussão anterior, Juan Pérez considera que as transformações ocorridas na década de 1990, principalmente a flexibilização do trabalho, tornaram o fenômeno da informalidade ainda mais complexo. Para o autor, as atividades informais pós crise econômica dos anos 1980 ganharam expressão positiva ao servirem como espaço possível de obtenção de renda. Enfatizava-se ali o potencial do empreendedorismo, da microempresa e de novas formas de gestão auxiliadas por novas técnicas e tecnologias de produção que permitiam aumentar a produtividade e renda. Para ele, esse conjunto de mudança e redefinição teórica é entendido como uma “nova informalidade”, posto que a informalidade adquire formatos heterogêneos e é mascarada através da atribuição de micro/pequenas empresas (Pérez Sáinz, 1995).

Ao tecer explicações sobre as características que tornam o fenômeno da informalidade novo, Pérez Sáinz o faz referindo-se ao contexto latino-americano. Para isso, o autor destaca três cenários no qual a neo informalidade se desenvolve. O primeiro diz respeito à economia da pobreza, e está associado à exclusão promovida pelo processo de globalização, que fragmenta as economias nacionais e impede a incorporação do segmento da população menos favorecida. Esse cenário é caracterizado pela subsistência e guarda semelhança com o tipo tradicional de informalidade, mas que também apresenta elementos inéditos, visto que compreende novos pobres resultantes da crise e de ajustes estruturais, além da tecnologia não ser mais um fator predominante de grandes empresas. Assim, o excedente de mão de obra corresponde ao novo modelo que não integra todos(as) de forma estável.

O segundo cenário é o da subordinação ao setor de transacionáveis, e é definido pelo deslocamento de empresas estabelecidas antes em países do norte, mas que com o objetivo de tornarem-se flexíveis, reduzem custos e acumularem capital,

migraram para países do sul. O autor argumenta que esse movimento busca adquirir insumos, antes produzidos pelas próprias empresas, e subcontratação, a fim de responder a flutuações e volatilidade das demandas de mercado. Para tal, faz uso de estabelecimentos informais situados em locais periféricos como parte de suas unidades produtivas, os quais operam sob a lógica de produção e qualidade dos países “desenvolvidos”.

Já o terceiro cenário é denominado como Aglomeração de pequenas empresas dinâmicas. Tido como promissor, possui a socioterritorialidade e a espacialidade como características desses aglomerados. Ou seja, para ganharem mercado, articulam os aglomerados em função do contexto sociocultural e do capital social no qual estão situados. Sendo assim, procuram aderência em áreas menos urbanizadas e com fortes vínculos comunitários, pois é neste meio que encontram determinada ética e cultura econômica, reciprocidades em trocas não comerciais, solidariedade diante de ameaça externas e confiança, esta última lida pelo autor como “a subordinação e adaptação dos desejos individuais às expectativas coletivas” (Perez Sainz, 1995, P. 36-41).

Apesar de argumentar em favor da ideia de Nova Informalidade, Perez Sainz, em artigo posterior, questiona a necessidade de um novo conceito que compreenda a informalidade. O autor observa que as reelaborações teóricas não conseguem explicar com maiores contribuições as atividades informais no presente e tão pouco no futuro. A diferença com o passado consiste nas limitações que os cenários econômicos contemporâneos enfrentam para a auto geração de emprego, as quais estão mais acentuadas. Assim, Perez Sainz finaliza o artigo concordando “com o argumento do PREALC que o desemprego é mais estrutural que cíclico” e que “o conceito de informalidade está sendo convertido progressivamente em uma reminiscência do passado”, ou seja, sem maiores diferenças (Pérez Sainz, 1998 P. 69).

Em aderência com o argumento anterior, Machado da Silva (2002) diz que as elaborações conceituais sobre a noção de informalidade encontram-se esgotadas, posto que, as mudanças analíticas desnaturalizaram o fenômeno e, com isso, permitiram percebê-lo como parte da realidade dos países ditos centrais. Segundo o autor, a ampliação da noção informal para outros contextos aconteceu pela “perda de confiança na viabilidade histórica do pleno emprego” (Machado da Silva, 2002, p. 91), o que fomentou a ação estatal quanto a (des)regulação das relações de trabalho, e

também, o deslocamento da noção de informalidade enquanto setor ou economia para processos e atividades. Por isso, o autor considera que a noção de informalidade está sendo substituída pelo par empregabilidade/empreendedorismo, que tem como base a flexibilização e cuja característica é a subjetivação e individualização dos modos de vida e produção.

Ao tentar compreender a forte adesão pelo par “empregabilidade/empreendedorismo”, Machado da Silva (2002) argumenta que esta substituição se faz por meio de um mecanismo de convencimento ideológico, ou de forma mais crítica, de domesticação, que reelabora uma cultura do trabalho sob a demanda das empresas em que adaptada o(a) trabalhador(a) ao desemprego, insegurança e risco. Assim, os modos de organização/produção do trabalho são estabelecidos de forma a conseguir o consentimento do(a) trabalhador(a) no que diz respeito à exploração da sua própria força de trabalho sob o pretexto de “trabalho livre, mas protegido”. Logo, um novo perfil de trabalhador(a) é postulado: empresário de si mesmo. Este é considerado como um fato determinado pela estrutura de mercado que homogeneiza e universaliza a experiência do trabalho.

Em vista do aprofundamento das mudanças na estrutura produtiva, economia, globalização, processos de flexibilização do trabalho e outros, a noção de informalidade foi ampliada e outros termos surgiram como Economia Informal. Adotado em 2002 na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, o termo Economia Informal passou a ser mais usado com o intuito de romper com a ideia restrita de informalidade enquanto setor produtivo, dado que, passou a englobar a informalidade em aspectos fora do sentido técnico como nas relações de trabalho, atividades, tarefas (Peres, 2015). Apesar da importância das reelaborações conceituais e das tentativas de compreensão da maior quantidade de elementos que compõem a heterogeneidade da noção de informalidade, não se conseguiu chegar ainda em uma ideia única sobre a informalidade.

Noronha (2003) avalia que o debate sobre informalidade pouco avançou, mesmo para as pesquisas que discutem a informalidade como conectada à formalidade. Isso porque para o autor ainda não há um conhecimento detalhado sobre a diversidade de tipos de contratos e suas formas de classificação, o que impossibilita definir as razões para a existência de contratos atípicos e os inconvenientes que a ausência de um padrão único de contrato pode provocar. Nesse sentido, o autor explica que para compreender a informalidade, antes de mais, é necessário compreender o significado

de formalidade, o que pode ser diferente a depender do país e período. Posto isso, para o entendimento de informalidade no Brasil, o autor apresenta três grandes matrizes: “(1) os economistas, com a posição formal/informal; (2) os juristas, com a posição legal/ilegal; (3) e o senso comum com a posição justo/injusto” (Noronha, 2003 p. 112).

No que diz respeito a primeira matriz, tem-se o trabalho formal ou informal aquele regulado ou não por carteira de trabalho assinada. No entanto, por ser um tipo de contrato criado no âmbito da legislação do trabalho e com pouca participação popular coletiva, o significado simbólico que a carteira de trabalho adquiriu passou a ser o de comprovante para a garantia de consumo de crédito pelo(a) trabalhador(a), e ainda, atestado de confiabilidade de bom trabalhador(a) dado o tempo de permanência em uma empresa para processos de contratação. Aspectos que conferem o caráter econômico desta grande matriz. Por outro lado, por ser uma construção que sofre influência do entendimento de formalidade, é importante dizer que a carteira de trabalho guarda também associações com a ideia de cidadania e direitos sociais, conceitos que no Brasil se aproximam da segunda matriz (Noronha, 2003).

Sobre a matriz defendida por juristas, a informalidade nada mais é do que um tipo de contrato ilegal, ou seja, é aquilo que não está previsto em lei ou aquilo em que não há comprovação por via institucionalizada, reconhecida por órgãos que representam agentes governamentais. Assim como comentado acima, a posição legal/ilegal guarda a ideia de cidadania e de direitos sociais visto que esses conceitos são compreendidos a partir daquilo que está em vigor em termos de lei abrangendo também prescrições de bem-estar e reconhecimento social. No entanto, é preciso lembrar que a definição de leis se dá, em sua grande maioria, com a participação secundária de grupos populares. O que não garante que as noções de cidadania e de direitos sociais sejam plenamente atendidas e respeitadas (Noronha, 2003).

A terceira matriz apresentada por Noronha (2003) parte justamente da ausência de respeito às noções de cidadania e direitos sociais não advindas mesmo com o estabelecimento de leis. Para o autor, este entendimento sofre influência das duas matrizes anteriores e de concepções morais elaboradas em situações particulares da vida dos indivíduos, o que torna o par justo/injusto uma concepção popular repleta de subjetividade. O autor ressalta ainda que a aderência aos conceitos não é linear, e que por isso, outras combinações podem surgir. Assim, este trabalho decidiu tratar do tema por “noção” e/ou “fenômeno”. Ressalta-se que por mais que o debate teórico não

tenha chegado a um consenso, as discussões em torno da informalidade contribuíram para entender o papel que esta desempenha no mundo do trabalho e nas suas modificações, interesse deste trabalho.

2.1.1 Breve noção histórica para a composição da informalidade

Orientada pelas abordagens apresentadas anteriormente, a informalidade foi tomada pelos governos da época como uma questão de política pública a qual necessitava da intervenção do Estado. Ideia que foi gestada pela formulação inicial de informalidade enquanto setor, que restringia a discussão a aspectos econômicos e operacionais, em vez de sociais e políticos. Desse modo, acreditava-se que, em maior ou menor grau, a superação da informalidade seria conseguida com a ação institucional do Estado por meio de programas e políticas de apoio (Theodoro, 2000).

Ao discorrer sobre o assunto, Theodoro (2000) elabora três abordagens que serviram como referência para a visão de informalidade da época, bem como para a perspectiva de ação governamental. A primeira, definida como abordagem técnica, era assentada na teoria da modernidade, e percebia as atividades informais como processo natural das sociedades que estavam em fase de desenvolvimento, entendida também como fase temporária. Nesta abordagem a ação do Estado estava direcionada em regularizar empreendimentos informais tornando-os formais. Dentre os projetos com esse viés criou-se o Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda (PRATA), direcionado aos estados do nordeste, tinha o objetivo de servir como rede de atendimento a diversas categorias de trabalhadores(as) autônomos(as).

A segunda abordagem denominada por Theodoro (2000) como política, foi acompanhada por episódios marcantes na história do Brasil, que reverberaram em uma nova concepção sobre o informal. O término do regime militar, aumento da inflação, aumento do desemprego e processo de redemocratização fomentaram o projeto político-discursivo da década de 1980 em torno da questão do desemprego e subemprego, tornando-os tema central. O informal é visto agora não mais como algo transitório, mas como um campo que gera emprego. Assim, as ações do Estado caminham no sentido de reforçar as atividades informais considerando este movimento como política social. Com base nisso, criam-se instituições como o Programa de Apoio a Unidades Produtivas, Ministério do Interior, organismos

financeiros como a Caixa Econômica Federal com o Pró-autônomo, entre outras, com o intuito de incentivar as atividades desenvolvidas no meio informal. Apesar disso, a política social adotada se mostrou ineficaz e transformou a ideia sobre o informal em sinônimo de assistencialismo e caridade.

A terceira abordagem, chamada de subsidiária, faz referência ao período político da década de 1990 e é marcada pela omissão governamental acerca das atividades informais. Contudo, de forma compelida pelo movimento civil organizado de combate à fome e à miséria, a questão é retomada como possibilidade de sobrevivência da parcela populacional mais pobre. Nesse sentido, a questão do informal é tratada no âmbito dos programas: Comunidade Solidária e o Programa Banco do Povo, Ministério do Trabalho e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, no entanto, não conseguiram surtir efeitos. Logo, o discurso do Estado passa a considerar a pobreza e a miséria como intrínseca e estrutural da realidade brasileira, não objetiva mais erradicar o informal, mas administrar seus possíveis conflitos (Theodoro, 2000).

Marques *et al.* (2018), ao tratarem das diferentes manifestações e tendências relacionadas à informalidade no cenário recente do Brasil, discutem que a complexidade da questão não permite tomá-la apenas como resíduo do sistema capitalista ou em mera oposição ao trabalho formal. Antes disso, é preciso entender o papel que a informalidade desempenha conectada tanto em um sentido local quanto regional e global no mundo do trabalho. Os autores sustentam que o papel das atividades informais foi forjado ao longo do processo histórico do Brasil, o qual afetou e ainda afeta a formação da classe trabalhadora e por sua vez o mercado de trabalho. Atuação sindical, movimentos populares, entidades estudantis, formação do Partido dos Trabalhadores (PT), campanha da 'Diretas Já!', Constituição de 1988, governos neoliberais, movimento de "Pejotização" e mais recentemente de uberização são alguns dos exemplos que acompanham a (re)formação do mercado de trabalho em bases informais

Outros fatores lembrados pelos autores é quanto a formação inicial da classe trabalhadora que se deu sem proteção social, com processo de industrialização concentrado na região sul do país, e com trajetória de baixo crescimento econômico e elevado desemprego associada ainda a mudanças nas estruturas organizacionais. No entanto, Marques *et al.* (2018) relataram que no início dos anos 2000, durante os governos petistas, houve combinação de políticas para geração de emprego e renda

com crescimento econômico. Acerca dessas políticas os autores citam reestruturação de carreiras e salários dos servidores públicos, aumento do salário-mínimo, estímulo ao investimento privado via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aumento dos investimentos em infraestrutura, ampliação de contratação por meio de concurso público e substituição de trabalhadores terceirizados por servidores públicos, que mesmo aquém do necessário, induziram o desenvolvimento social do país.

Ainda que com avanços consideráveis, as ações do governo PT não foram suficientes para alterar a situação do grande número de trabalhadores(as) sem carteira assinada, com baixos rendimentos e condições díspares entre homens, mulheres, negros(as), jovens e de regiões periféricas. Contudo, a situação de considerável melhora foi interrompida com o golpe jurídico-parlamentar que transferiu o governo para Michel Temer. Sobre este governo destaca-se a aprovação do projeto de lei 6.787/2016 também conhecida como “reforma trabalhista”, que agravou as desigualdades sociais e a crise econômica-política ao extinguir direitos trabalhistas e sindicais ao incluir contratos de trabalho precários, temporários, sem proteção trabalhista e com remuneração baseada no valor da hora trabalhada. Dentre outros efeitos da lei, é permissível descanso sem remuneração, assim como férias e licença sem remuneração, redução de proteção às mulheres gestantes e lactantes etc. Para os autores, “trata-se de uma informalização legal por dentro das relações formais de trabalho” (Marques *et al.*, 2018, p. 15).

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e da População Economicamente Ativa (PEA), Marques *et al.* (2018) apontam que em 2017 a informalidade, nas estatísticas sobre emprego no país, retornou de forma predominante principalmente quanto a diferenças de rendimento no que se refere a gênero e raça, recaindo em especial sobre mulheres negras. O relatório lançado pela OIT no ano de 2018 com o título “Mulheres e Homens na Economia Informal: uma foto estatística” revelou que a informalidade ocorre com maior frequência entre mulheres, pessoas jovens e idosas. Ou seja, aqueles(as) cuja condição histórica possibilitou menores chances de escolha e situações de vulnerabilidade. Assim, os autores afirmam que as fronteiras entre aspectos sociais e econômicos são tênues e performativas das atividades informais, e que dada as diferentes situações que configuram, são difíceis de caber em uma definição. Logo, para compreender o fenômeno é preciso que este seja considerado do ponto de vista dos(as) trabalhadores(as), enquanto “um campo de produção de práticas cotidianas,

estratégias, as quais em uma escala ampla desenham a cartografia do trabalho da realidade brasileira (Marques *et al.*, 2018 p. 24).

Logo, percebe-se que a informalidade está ligada a mudanças políticas, sociais e econômicas relacionadas à regulação do emprego formal e que não se manifesta de modo homogêneo nas instâncias global, nacional, regional e local. Por isso, ao tratar do assunto, Cacciamali (2000) observa que o fenômeno deve ser entendido como processo cuja compreensão depende de aspectos estruturais do passado, mas também, da dinâmica econômica, social e política em desenvolvimento no presente. Por esse motivo, observa-se a necessidade de olhar para a região Nordeste do Brasil, tendo em vista que o processo de formação histórico e socioeconômico do país fomentou discrepâncias entre as macrorregiões, bem como, influenciou os atuais formatos das relações de trabalho permeados pelo imbricamento formal-informal.

2.1.2 A informalidade na composição do Nordeste brasileiro e o Agreste de Pernambuco

Souza *et al.* (2019) sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) entre os anos de 2004 a 2015, referente aos aspectos socioeconômicos dos trabalhadores(as) informais nas regiões do Brasil, constataram que o número de trabalhadores(as) informais nas categorias gênero, idade, escolaridade, cor/raça, horas trabalhadas, rendimentos e agrupamento de atividades, é significativamente maior, em todos os anos analisados, nas regiões Norte e Nordeste. Sobre isto, os autores argumentaram que se deve ao histórico de desenvolvimento socioeconômico nessa região, diferente das demais, o qual implicaria em graus diferentes de informalidade. Posto que as categorias analisadas interferem quanto às formas de contratação e relações de trabalho, os autores seguem indicando que as taxas de Desocupação do Mercado de Trabalho Formal, a partir de 2014, tiveram uma elevação em todas as regiões, mas, em especial, no Sudeste e Nordeste.

A permanência das taxas de informalidade e dos baixos índices de desenvolvimento do Nordeste pode ser entendida a partir de Santos e Helal (2018), inspirados nos trabalhos de Durval Albuquerque Jr. e Jessé Souza, como consequência de uma modernização híbrida e seletiva, a qual tem início com o projeto nacional-regionalista na Era Vargas, em que a visão de atraso atrelada ao Nordeste é

construída através de imagens subalternas que focalizavam o meio como causa de situações degradantes. Isto porque a visão sobre o Nordeste é produzida sob um caráter político em que se combinam estratégias que acentuam as distâncias entre Sul e Nordeste. Acerca disso, os autores dizem que é uma “invenção que abarca interesses muito específicos, de grupos que compõem a região Sul, que buscam manter o Nordeste numa posição subalterna” (Santos; Helal, 2018, p. 176).

Acerca dessa construção, percebe-se que no Nordeste coexistem formas de pensar e agir que ora se baseiam em modos tradicionais permeados de aspectos patriarcais e pessoalistas constituídos no seio familiar, ora se baseiam na modernidade europeia, resquícios do período colonial, que estimulam uma racionalidade-instrumental com valores individualistas, impessoais e abstratos e que são conduzidos por ações e discursos de instituições governamentais e organizações público/privado (Santos; Helal, 2018). Sob estas características, a organização socioeconômica da região é tecida, compondo uma realidade diversa que é expressa através de relações informais e desiguais.

No Agreste de Pernambuco, a articulação entre moderno e tradicional se deu inicialmente fora dos aparatos do Estado, motivada pelo protagonismo da população local que, dado o declínio da agricultura entre os séculos XVIII e XX, buscou na produção de calçados e confecção de roupas formas de sobrevivência. Dessa iniciativa formaram-se pequenos negócios que através dos remanescentes têxteis trazidos de Recife e São Paulo impulsionaram a confecção de roupas, a qual deu origem a feira da sulanca nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, o que atraiu a atenção de regiões vizinhas e permitiu a formação das devidas cidades (Sá, 2020). Sobre isto, é importante lembrar que a formação das cidades interioranas se faz de forma diferente das suas capitais, mesmo que ainda no contexto nordestino, o que aponta uma localidade como mais periférica que outra e diversa na sua composição (Santos; Helal, 2018).

Sobre a formação local, Sá (2020) sustenta que a feira de rua se tornou um ancestral comum na história da população da região, uma vez que, foi formada enquanto processo coletivo conformada nos modos de agir e estar dos habitantes, cujos hábitos e organização familiar ainda se veem incorporados como parte do contexto sociocultural. Sobre os elementos que compõem esse contexto destaca-se a valorização de conhecimentos tácitos, ou seja, aquele aprendido no dia a dia, na prática, privilegia-se relações de amizade, parentesco, bem como apresenta traços de

peçoalismo, patriarcalismo e informalidade. Aspectos que foram entranhados ao longo de sete décadas da formação do aglomerado socioproductivo, mas que atualmente tem passado por modificações visto a disputa de mercado atrelada ao conceito de moda e valor agregado (Almeida Pereira *et al.*, 2021).

Sá (2020) explica que esses elementos fazem parte da singularidade do Agreste, entretanto, compreendê-lo não significa isentar esta região de similaridade com outras regiões também marginalizadas. Isto porque, a história local se conecta com a mundial, e neste caso, com a modernidade desenhada por países do norte global, recaindo em configurações produtivas e comerciais híbridas, pouco competitivas do ponto de vista capitalista. Afirmação que pode ser visualizada no trabalho de Gomes, Júnior e Costa (2019) sobre o significado do trabalho informal sob a ótica dos camelôs que trabalham no centro da cidade de Manaus-AM. Nesta pesquisa, os autores afirmam que a informalidade representada pelos camelôs na Zona Franca de Manaus gera desconfortos em lojistas e prefeitura, e que isso, por sua vez, levanta a necessidade de reestruturação e revitalização do espaço urbano por parte principalmente da prefeitura (Gomes, Júnior e Costa, 2019).

Além das tensões em termos de estrutura, a informalidade experimentada pelos camelôs da Zona Franca de Manaus se assemelha a do contexto agrestino no que concerne às razões para inserção no mercado informal, entre elas: desemprego, necessidade financeira e falta de oportunidades em outros espaços de trabalho. Outra ideia bastante parecida entre as diferentes regiões consiste no entendimento de informalidade como sinônimo de liberdade e autonomia, ainda que limitações e condições precárias sejam sentidas. Ademais, o texto também aponta que há fatores pessoais que contribuem para a formação de uma identidade profissional e pessoal que conforma os camelôs em contexto de trabalhos informais (Gomes, Júnior e Costa, 2019), característica pertinente para esta pesquisa.

Acerca do elemento de subjetividade para a formação do entendimento de informalidade no Agreste, em Oliveira e Braga (2014) pode-se observar contribuições da noção híbrida na produção e comercialização dos negócios da confecção de roupas a partir da reelaboração discursiva sobre a Feira da Sulanca. Movimento que aconteceu com o apoio de instituições como Sindicato das Indústrias de Confecção de Pernambuco (Sindinvest-PE) e o Serviço Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que substituíram a Feira da Sulanca por Polo de Confecções do Agreste e designaram o(a) trabalhador(a) “sulancheiro” por “empresário” ou “empreendedor”.

Sobre isto, os autores salientam que é uma maneira de “escapar” do caráter familiar, doméstico, precário, de técnicas populares e relações informais sob os quais foram organizados os pequenos negócios relativos à feira. Importante lembrar que este esforço se faz em aderência com a ideia de modernidade e competitividade de mercado que pode ser percebida nas instalações e renomeações como Polo Comercial (Caruaru), Parque das Feiras (Toritama) e Moda Center (Santa Cruz do Capibaribe).

Apesar dessas mudanças, a Feira da Sulanca e os aspectos que a originaram não foram extintos, tão pouco se mantém sem conflitos. Acerca disso, Oliveira e Braga (2014) afirmam que acontece pela permanência da informalidade, visualizada nas formas de contratação temporária, muitas vezes sem vínculo empregatício, no caráter familiar do negócio, nas relações de parentesco, amizade e vizinhança. Elementos que se combinam com o avanço na formalização do negócio, que se refere, por sua vez, às empresas que possuem: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), alvará de funcionamento e documento emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); que estão em conformidade com modos de gestão racional: meios de pagamento com a adoção de cartão de crédito, estratégias de marketing, qualificação técnica e padrão de atuação que remete ao empresarial. Porém, a formalização das relações de trabalho não acontecem ou se dão em menor grau.

Os estudos de Almeida Pereira *et al.* (2021), Almeida Pereira e Freire (2021), Corteletti (2020) e Almeida de Andrade e Almeida Pereira (2019) destacam que a atual configuração do sistema produtivo e comercial do Polo de Confecções do Agreste tem sua dinâmica estabelecida pela acumulação de capitais advinda da primeira fase de constituição do Polo. Através da expansão de pequenos negócios e de trabalhadores(as) por conta própria, formaram-se aglomerados produtivos que com o passar dos anos foram articulados em uma rede interdependente e de trocas hierarquizadas que foram possíveis dada as diversas formas de exploração e condições precárias de trabalho. Para os autores e autoras isto acontece porque as relações de trabalho ali organizadas foram e continuam sendo sustentadas por laços de proximidade que invisibilizam situações subalternas reproduzidas nos negócios locais por atividades flexíveis, terceirizadas e subcontratadas. Sobre estas características no que diz respeito às unidades produtivas é possível percebê-las nos chamados fabricos e facções.

Almeida Pereira *et al.* (2021) salientam que mesmo atuando de forma interdependente, fabricos e facções possuem diferenças que fomentam a persistência da informalidade, ainda que combinada com aspectos formais. Eles e elas afirmam que os fabricos são unidades produtivas nas quais se realiza total ou parcialmente a confecção de roupas em larga escala, cujo proprietário, assume o controle e os riscos sobre os ganhos da produção, uma vez que é responsável por comprar a matéria-prima e comercializar o produto final. No que se refere às facções, estas também são unidades produtivas responsáveis pela confecção de roupas, ambientadas em sua maioria nos domicílios dos(as) trabalhadores(as). São especializadas em etapas específicas do processo produtivo como corte, costura, acabamento, diferenciado e mais, característica que as tornam subcontratadas tanto de fabricos como de empresas maiores e ditas formais. Em vista dessa lógica, observa-se uma "coexistência de práticas de cooperação e concorrência entre as unidades produtivas" ora como fornecedor, ora como cliente (Almeida Pereira *et al.*, 2021 p. 457).

Sobre as facções, Corteletti (2020) comenta que estas atuam sob condições precárias que foram agravadas com a reforma trabalhista de 2017. A exemplo disso, a autora diz que:

Muitas vezes a facção terceiriza [a produção] para outra facção que fica situada na mesma rua e o transporte das peças é realizado de moto ou mesmo de bicicleta. Outras vezes a facção terceirizada pode também estar localizada em uma área rural da região. [...] Verificamos que as facções que trabalham como terceirizadas também subcontratam pessoas para trabalhar dentro da facção ou fora, se a pessoa possuir as máquinas necessárias (Corteletti, 2020, p. 06 - 07).

Segundo Corteletti (2020), essa situação é reforçada por haver nessa região uma consciência coletiva que valoriza uma determinada moral, laços de parentesco, amizade e confiança, além do discurso empreendedor, construído sob a ideia de autonomia, liberdade e meritocracia, a qual adquiriu status simbólico, social e cultural. Todavia, atua "contraditoriamente" corroborando para acentuação da informalidade, uma vez que contribuem para a insegurança quanto ao desemprego, evidenciado pela subordinação ao contratante da facção e temporariedade da relação de trabalho. A autora observou ainda que a crença no discurso sobre o empreendedorismo está ligada a extenuação física e mental que o(a) trabalhador(a) formal sofre com a produção baseada no modelo taylorista/fordista, encontrando no trabalho "autônomo do empreendedor", ou seja, na facção, uma fuga a esta realidade, e ainda, uma

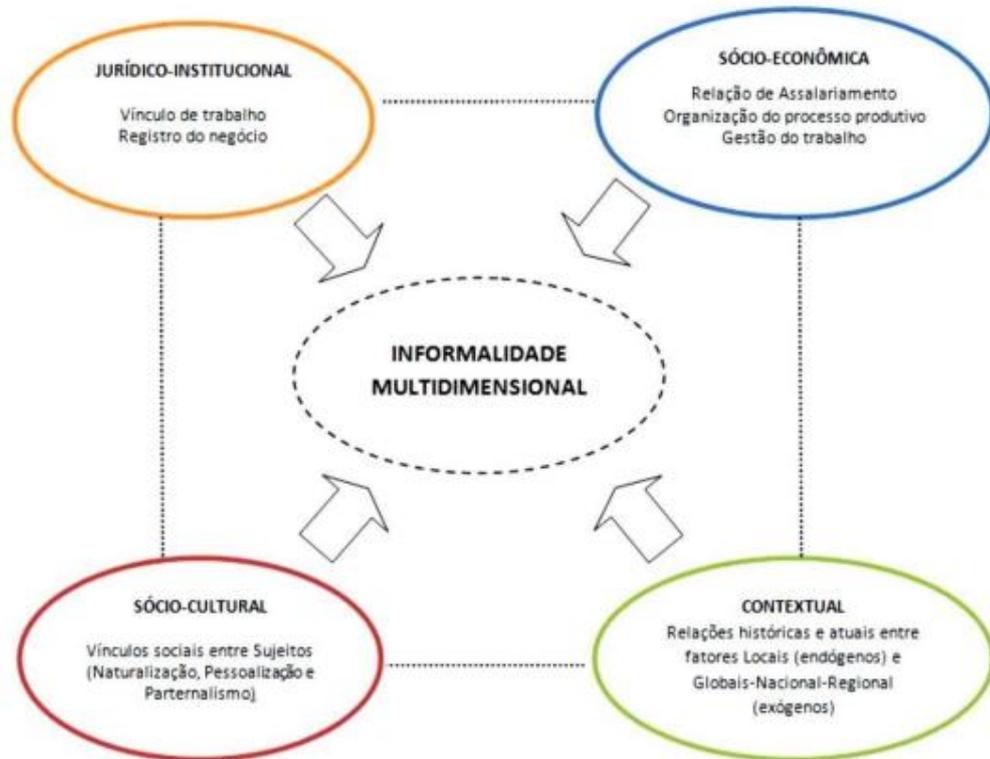
possibilidade, no caso das mulheres, de conciliação com as atividades de cuidados do lar e da família. Contudo, tais características permanecem mesmo no trabalho faccionado, dito autônomo (Corteletti, 2020).

Outro aspecto que não deve ser esquecido e que sustenta os modelos produtivos dos negócios do Polo de Confecções do Agreste sob o imbricamento formal-informal é que a atividade de costura na região foi estabelecida em um primeiro momento como uma atribuição do gênero feminino e que com o tempo tornou-se cultural. Posto que é uma atividade aprendida desde a infância, em espaço doméstico e de forma coletiva, que se deu pela necessidade de sobrevivência das mulheres que não migraram, e que por isso, não tiveram a costura como uma escolha livre (Corteletti, 2020). Em pesquisa sobre a relação de gênero e o trabalho no Polo, Bezerra (2018) explica que por mais que atualmente haja um número significativo de homens trabalhando no processo produtivo e de comercialização, estes não ocupam quaisquer atividades, mas aquelas ditas pesadas como corte, infestar tecido, transporte de matéria prima, aquelas atreladas a lavanderia e de gestão do negócio. Contudo, as atividades desempenhadas pelas mulheres (costura) seguem sem sofrer alterações significativas.

Logo, o que se percebe é que a organização socioprodutiva do Polo é permeada por uma série de questões, que combina aspectos “tradicionais” e “modernos”, desde questões morais e de relacionamento a questões materiais como condições de trabalho. Assim, a linha entre formal e informal é bastante tênue, e que em regiões geopoliticamente designadas como periféricas é ainda mais encurtada, uma vez que há singularidades histórico socioculturais que conformam a experiência produtiva local. Por isso, salienta-se o estudo de Almeida Pereira (2018) sobre a dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho no Agreste Pernambucano. Nesse estudo, a autora compreende a relação entre formal e informal como um imbricamento que vai além da dicotomia moderno-tradicional e que na contemporaneidade não pode ser justificado apenas pela subordinação ao processo de acumulação capitalista.

Neste sentido, e diante da amplitude e complexidade que a informalidade abarca com as atuais tendências da globalização, apontadas pelas várias nomenclaturas, Almeida Pereira (2018) formulou o entendimento do fenômeno da informalidade como noção multidimensional, composta pelas dimensões jurídico-institucional, socioeconômica, sociocultural e contextual, melhor descritas na figura em sequência.

Figura 1 - Informalidade multidimensional



Fonte: Almeida Pereira (2018, p. 92).

Para a autora, acompanhar as novas configurações da informalidade significa analisar as dimensões propostas de forma conjunta, dado que, o imbricamento entre formal e informal é percebido em cada uma das dimensões e acontece de forma interrelacionada. Assim, é possível que um negócio tenha registro de funcionamento, produção padronizada, trabalhadores (as) com carteira assinada, e ainda sim, seja informal, uma vez que se utilize de laços de amizade e parentesco, flexibilização de etapas produtivas e/ou subcontratações, para manter o negócio funcionando, bem como, da utilização do conhecimento empírico para gerir o negócio (Almeida Pereira, 2018).

Dentre os achados de Almeida Pereira (2018), em estudo sobre as lavanderias localizadas no Agreste de Pernambuco, foram identificados sete perfis de unidades de lavanderias, integradas e não integradas a confecção, com graus variados de imbricamento (formal-informal), são eles: Perfil Empresarial Integrado I, Perfil Empresarial Integrado II, Perfil Empresarial Parcial, Perfil Empresarial Híbrido, Perfil Informal Integrado, Perfil Informal Parcial e Perfil Clandestino. Sobre estes perfis, a autora demonstra que as unidades nascem na casa do(s) proprietário(s) e à medida

que vão se capitalizando e por pressões de modernização de vários agentes, é que adquirem formato empresarial/formal, visualizado principalmente pela conexão com o mercado nacional de fornecedores de máquinas e equipamentos.

Contudo, dado as dimensões sociocultural e contextual, foi percebido que mesmo os perfis do tipo Empresarial ainda se valem em algum grau de traço informais, como: substituição do profissional de design por contratação sem carteira assinada de estilista de moda ou técnicos para o desenvolvimento de peças, as receitas de lavagens são direcionadas pelos fabricantes ou testados empiricamente pelo dono do negócio, centralidade da gestão no núcleo familiar, flexibilização de etapas produtivas com o uso de facções, maquinário adaptado, relação de proximidade com clientes, implicando muitas vezes em inadimplência nos pagamentos, entre outros (Almeida Pereira, 2018).

À vista disso, compreende-se que ao se utilizar a noção multidimensional proposta por Almeida Pereira (2018), não é adequado pensar em alternativas específicas, como o microcrédito, estratégia indicada por Castro, Ferreira e Costa (2019) à redução da informalidade no setor de confecção no Agreste de Pernambuco. Isto porque os autores e autora consideram como informais negócios que não estão em conformidade com os aspectos jurídico-institucional e socioeconômico. Ou seja, eles e ela não abarcam em seu estudo o hibridismo formal-informal característico dos processos históricos dos negócios locais no Agreste, e que, estão para além de uma noção objetiva e jurídica.

Assim, observa-se a necessidade de compreender o fenômeno da informalidade na região do Agreste de Pernambuco considerando as singularidades locais que ultrapassam a dicotomia formal-informal. Por isso, mobiliza-se a Abordagem da Prática, precisamente sob a perspectiva de Theodore Schatzki, posto que alinhado com a teoria, o autor se propõe a romper com os dualismos e a expandir a noção de organização. Além disso, concebe prática como composta por uma “malha de arranjos” desenvolvida no social, ou seja, por nexos de relações humanas e materiais. Logo, este trabalho entende que a informalidade pode ser (re)produzida nas relações entre os indivíduos por meio da prática, na qual resultam em desigualdades e resistências. Dessa forma, a próxima sessão é destinada a Abordagem da Prática.

2.2 ABORDAGENS DA PRÁTICA

Com as primeiras discussões no campo das ciências sociais, como sociologia, antropologia e filosofia, as perspectivas da prática têm ganhado espaço no campo dos estudos organizacionais (EOR) dada a necessidade de analisar os fenômenos a partir do dinamismo em ocorrência no presente. A origem diversa e a forma não padronizada de se pesquisar por meio dessa abordagem ampla, fez surgir diferentes vocabulários como “estudos baseados em prática” (EBP), “abordagens da prática” ou “teorias da prática” (Miettinen; Samara-Fredericks; Yanow, 2009). Ao reconhecer esse campo como polifônico na área de Administração, Borges *et al.* (2016) evidenciaram que a teoria da prática pode ser estudada por meio de três abordagens: a) com foco empírico, ao qual se debruça sobre as atividades cotidianas, rotineiras e improvisadas da organização; b) com foco teórico, em que se observa a relação entre ações e estrutura para o desenrolar da vida organizacional e; c) com foco filosófico, entendendo que a realidade social é constituída por práticas cotidianas.

A diversidade apresentada dentro desse campo é vista como enriquecedora por permitir ampliar a discussão sobre diferentes fenômenos sociais, trazendo ao debate a análise sobre realidades e organizações não hegemônicas. Apesar de haver distinção no modo de conceituar e desenvolver os EBP, os estudos apoiados nesta abordagem apresentam como similaridade a natureza coletiva, situada e temporária do conhecimento, além de certa materialidade (Gherardi, 2009b). Contudo, essa diversidade gerou também insatisfação filosófica e metodológica, pois pesquisar de acordo com a abordagem da prática requer o domínio de determinados pressupostos teóricos que podem incluir variações nas metodologias de investigação (Bispo; Soares; Cavalcante, 2014). Assim, abordagens teórico-metodológicas como etnometodologia, pragmatismo, análise do discurso, tradições filosóficas fenomenológicas entre outras, tentam propor uma nova forma de explicar a realidade na sua diversidade e complexidade (Pimentel; Nogueira, 2018).

Outra preocupação percebida por teóricos e teóricas, é a utilização do conceito de prática como algo corriqueiro ou equivalente ‘ao que as pessoas fazem’, não o considerando como fundamento teórico que toma a prática como unidade de análise. Ao aceitar tal postura, a prática não é entendida como carregada de conhecimento (saber) que precede o agir (fazer), implicando em produções desvinculadas de um contexto real (Gherardi, 2009a, 2009b; Pimentel; Nogueira, 2018). Por isso, o empenho na utilização correta dessa lente nos estudos organizacionais tem contribuído para o questionamento da concepção funcionalista e da visualização das

limitações do pensamento racionalista, dominantes nesse campo (Bispo, 2013). As teorias da prática apresentam-se então como alternativa dentro dos EOR ao se amparar no paradigma interpretacionista. Esse paradigma se distancia do hegemônico por considerar as organizações como produto de ações, individuais ou coletivas, dotadas de intenção, representação e sentido (Vergara; Caldas, 2005).

Ao aderir ao paradigma interpretacionista, as abordagens da prática fogem do mainstream dos EOR da Administração e abrem espaço para construções de pesquisas localizadas. Dessa forma, as abordagens da prática “sugerem que precisamos de teorias que levem em conta a natureza heterogênea do mundo em que vivemos” (Nicolini, 2013, p. 08, tradução nossa). Conseqüentemente, caracteriza-se como uma perspectiva que vai além do dualismo mente/corpo, sujeito/objeto, agência/estrutura, micro/macro, natureza/cultura presente nas abordagens de cunho funcionalista e positivistas (Bispo *et al.*, 2014; Pimentel; Nogueira, 2018). No entanto, Zundel e Kokkalis (2010) enfatizam que para se chegar em um conhecimento localizado/situado, denominação que se refere ao modo como características locais são consideradas nas pesquisas, não basta a utilização da perspectiva interpretacionista, é preciso também que haja a produção de pesquisa como prática engajada. Neste sentido, ressaltamos que as abordagens da prática dialogam com outros paradigmas científicos mais críticos, como o humanista e estruturalista radical, conforme denominação proposta Burrell e Morgan (1979).

A pesquisa engajada, sobre a qual se referem Zundel e Kokkalis (2010) considera que o(a) investigador(a) interage com aspectos humanos e não humanos em um mesmo nível de importância, colocando a si mesmo como integrante da realidade social. Em consonância com essa ideia, Bispo e Gherardi (2019) entendem que a pesquisa baseada na prática não requer apenas as habilidades cognitivas do(a) pesquisador(a), mas também sua sensibilidade para perceber as afetações que, segundo o autor e a autora, são resultados de ações cotidianas. Estas são constituídas de processos emaranhados de difícil visualização, que se repetem ao longo do tempo, tornando-se corporificadas. Assim como os afetos, a interpretação e o julgamento são dependentes do corpo do(a) pesquisador(a), que o utiliza como meio de tecer conhecimento, reconhecido nas pesquisas de abordagem qualitativa.

Essas características tornam-se importantes pois aproximam o(a) pesquisador(a) do(a) praticante e da prática, visto que em alguns casos o(a) investigador(a) não conhece a prática por meio do seu próprio corpo. Nesse sentido,

Gherardi (2009a) sugere que há duas formas de ler a prática e que estas produzem concepções diferentes. A primeira diz respeito à prática 'lida de fora', em que a investigação está contida na regularidade, no padrão e na compreensão que permite sua repetição. A segunda, é a "de dentro", entendida pelo ângulo dos praticantes. É movida por relações e conexões entre recursos humanos e não humanos através de entendimentos compartilhados em ações coletivas.

A fim de lidar com a distância entre esses dois modos, alternativas metodológicas foram criadas. Entre elas, os movimentos "*zooming in*" e "*zooming out*" desenvolvidos por Nicolini (2009), caracterizados respectivamente pelo envolvimento profundo da prática analisada através do acesso aos "dizeres e fazeres" e pela expansão dos nexos investigados (Pimentel; Nogueira, 2018). Guiada pela ideia de Nicolini, Dias (2021) apresenta os movimentos "*insider*" (dentro) e "*outsider*" (fora) como forma de acesso às práticas. Esses movimentos estabelecem que o(a) pesquisador(a) atue alternando sua aproximação e distanciamento e com isso perceba e reflita sobre a prática estudada de modo não enviesado e com maior riqueza de perspectiva de análise.

Entretanto, o agir metodológico e a pesquisa só se fazem efetivos quando dominada a teoria (Teixeira, 2003). Portanto, é necessário que pesquisadores entendam a prática em si, tornando-a o foco de análise, e não o praticante (Nicolini, 2013; Bispo; Soares; Cavalcante, 2014; Pimentel; Nogueira, 2018). Assim, é interessante que o(a) investigador(a) indague: "O que é prática? O que a abordagem da prática procura explicar? Como é motivada?" (Ortner, 2011, p. 444). Por isso, dedica-se agora a tratar de alguns entendimentos acerca da prática.

Ortner (2011) diz que definir prática é algo que aparenta ser ilimitado, pois está ligada a aquilo que as pessoas fazem, de modo intencional e não intencional, ou seja, relaciona-se às ações humanas. Estas ocorrem de forma conduzida por estruturas organizacionais (materiais, simbólicas e institucionais) que se articulam formando uma espécie de "sistema".

Gherardi (2009b) aprofunda o sentido da prática como uma responsabilização normativa de vários desempenhos. A autora refere-se à prática como "um conceito analítico que possibilita a interpretação de como as pessoas alcançam o estar-no-mundo ativo" (Gherardi, 2009b, p. 536, tradução nossa). Para ela, a prática é uma ação sustentada, de produção e reprodução da sociedade que é permeada por um significado intersubjetivo reconhecido coletivamente. Tal reconhecimento acontece

através da repetição, refinamento e negociação dentro da comunidade de praticantes com aquilo que é assimilado como correto ou incorreto (Gherardi, 2009b). Dessa forma, a prática, emerge de uma formação de gosto que é desenvolvida principalmente pelo vocabulário, que age avaliando, transmitindo ou contestando “o que é feito dizendo, e o que é dito fazendo” (Gherardi, 2009b, p. 536), promovendo aquilo que é compreendido como refinamento da prática. Assim, a elaboração do gosto está entrelaçada com o apego que os praticantes têm com o objeto de sua prática. A esse apego associa-se sentimentos individuais, mas também coletivos que se aproximam para formar a identidade como praticante (Gherardi, 2009b).

Nicolini (2013) explica que a teoria da prática enxerga o mundo como atividades corporais que ocorrem por meio de processos contínuos concebidos por uma relação de via dupla com condições materiais. Estes funcionam como tangenciadores de práticas, conectando-as a outras. Observa também que há um efeito temporal que fortalece ou rompe os processos que resultam em práticas. Estabelece ainda que praticantes carregam consigo a prática por meio do corpo e da mente. Em semelhança, Bispo *et al.* (2014) inspirados na ideia de Theodore Schatzki, um dos principais autores que embasam discussões acerca da prática como constituinte de organizações, entende prática como ações humanas mediadas por artefatos, as quais são orientadas por entendimentos compartilhados. Assim, as atividades, para acontecerem, necessitam de um saber-fazer que não existe a priori, mas na prática em si.

Apoiada nestas formulações, compreende-se que as contribuições desta abordagem para os EOR residem em reconhecer que a realidade social é formada por práticas, que por sua vez são formadas por atividades diversas, refletem a interação dos corpos, objetos e agência dos indivíduos, como também o conhecimento gerado e partilhado. A partir disso é possível perceber “como as práticas dos sujeitos reproduzem e/ou modificam a vida social” (Graebin, 2020, p. 33), e por conseguinte, as desigualdades e diferenças que permeiam o contexto de análise (Nicolini, 2013; Bispo *et al.*, 2014; Graebin, 2020; Dias, 2021).

2.2.1 Práticas organizativas

Considera-se que a percepção de Theodore Schatzki contribui com este trabalho por delinear um entendimento ontológico (Schatzki, 2003) que compreende a

complexidade da prática no social. Denominada de ontologia de “site”, o autor procura ultrapassar o dualismo criado no campo da ontologia societista (individualismo e não-individualismo). Isso porque segundo Schatzki (2003), o individualismo acredita que os fenômenos sociais em maior relevância se constituem por pessoas individuais, e o não-individualismo, admite que “algo sobre o social não é suscetível de análise individualista”, sendo assim, um esclarecimento limitado (Schatzki, 2003, p. 174, tradução nossa).

Diferindo dessa perspectiva, segundo entendimento de Santos e Silveira (2015), Theodore Schatzki considera que não há separação entre as pessoas e o mundo, como observado nas ontologias individualistas de Max Weber, Herbert Simon ou societistas, do holismo a lá Marcel Mauss, do estruturalismo a lá Lévi-Strauss, e da sociologia de Durkheim. O que há é uma conexão entre os elementos que constituem a prática, incluindo as pessoas, evidenciado por Graebin (2020, p. 35) quando diz: “o ser está desde sempre envolvido em práticas cotidianas que fazem parte e são o próprio contexto”.

Ao lançar esse olhar, Theodore Schatzki, inspirado em Heidegger e Wittgenstein, e junto a filósofos e sociólogos como Foucault, De Certeau, Bourdieu, Garfinkel e outros, fortalece o que ficou conhecido como “virada da prática”, pois os trabalhos dos autores mencionados buscam divergir dos dualismos da teoria social tradicional, como nos diferentes tipos de individualismo, na semiótica, no estruturalismo, no representacionismo, na teoria de sistemas, entre outros, ampliando a compreensão da vida cotidiana e organizacional (Schatzki, 2001; Borges *et al.*, 2016; Graebin, 2020).

A escolha por trabalhar com a noção de práticas organizativas de Theodore Schatzki deve-se por este entender que os fenômenos da sociedade são produtos da relação ser-estar no mundo e que esta relação “nasce” num “site” específico que é constituído por “malhas de práticas”, conexão de arranjos materiais e coexistência humana. Ao conceber essa visão, o autor elenca que a transformação da vida social é elemento indissociável ao “site” e que para o desenrolar da vida humana leva em conta diferentes lugares ou diferentes “sites” (Schatzki, 2003).

É a partir dessa compreensão que Schatzki (2001; 2003) desenvolve um modo próprio de conceituar a prática, pois afirma que estas são ações humanas, mas que são executadas a partir daquilo que faz sentido para as pessoas fazerem em dado momento e lugar (*site*). Esse entendimento é chamado de inteligibilidade da ação,

conceito inspirado na concepção de Martin Heidegger, o qual Theodore Schatzki direciona para a prática, denominando-a de inteligibilidade prática (Schatzki, 2001, 2003; Santos; Silveira, 2015; Graebin, 2020).

A inteligibilidade prática é aquilo que orienta as ações humanas, é a maneira como o ser responde ao que está em interação consigo em um ambiente, ou é ainda, o que conduz o ser a aquilo que deveria/poderia fazer em certa atividade. É também um sentido internalizado, incorporado, que organiza as ações em torno de um fazer à medida que se encontra dentro de um grupo (Schatzki, 2001; Santos; Silveira, 2015; Graebin, 2020).

A inteligibilidade prática não deve ser confundida com a normatividade advinda da racionalidade formal-instrumental, já que não é um fenômeno individualista, pois as características individuais (desejos, interesses, expectativas, emoções, crenças) que apontam para a inteligibilidade são moldadas em espaço coletivo, o que Theodore Schatzki chama de malhas de arranjos (Santos; Silveira, 2015).

Essas malhas de arranjos são a estrutura que compõe a inteligibilidade prática, e dela fazem parte entendimentos (saberes), regras que podem ser entendidas como instruções explícitas, arranjos materiais que são corpos, artefatos, organismos configurados para terem significado e identidade, e estruturas teleoafetivas que são a “gama de fins e projetos, ou seja, desejos, a saber, todos aqueles que são aceitáveis ou prescritos na prática” (Schatzki, 2003, p. 193; ver também Schatzki, 2006; 2016).

Na interpretação de Graebin (2020, p. 38) “os entendimentos são partes das práticas e não podem ser vistos como propriedades”, isto porque o saber é compreendido como uma construção coletiva que serve a uma dada finalidade. Todavia, Schatzki (2006) relata que o entendimento (saber) que organiza uma prática pode ser inscrito a um cargo ou função, sendo de posse temporária do praticante que ocupa esse status.

A esse respeito, Nicolini (2013) argumenta que o conhecimento gerado a partir de um saber é derivado do compartilhamento com os outros por meio de aprendizados que podem estar inscritos em objetos, serem articulados parcialmente em discursos e incorporados. Em concordância com Santos e Silveira (2015), Graebin (2020) salienta que o conhecimento ou entendimento é uma habilidade tanto de como fazer algo, como também do que dizer e não dizer, de como instigar e responder a um determinado saber.

Contudo, Santos e Silveira (2015) esclarecem que tão importantes quanto os entendimentos para o efetivar de uma prática, são as regras e as estruturas teleoafetivas, pois são o que determinam a inteligibilidade em um primeiro momento. Isso devido a necessidade de inicialmente saber “o que” faz sentido fazer, para então depois saber o “como” fazer. O que contribui para engajar e dar sentido à prática.

As regras são formulações explícitas ou não que possibilitam a estruturação da prática no tempo pela sua repetição. São também, para além de códigos, aquilo que permite, provoca ou impede o acontecimento de uma dada ação. Está atrelada a regularidade de ações passadas que se mantém no presente por meio da inteligibilidade associados a ela, que implica em estar ciente de si, de acordo com as normas de certo ou errado como também as formas de querer e sentir (Schatzki, 2006).

A teleoafetividade é entendida por Graebin (2020) como a junção de teleologia e afetividade. Diz respeito aos fins ou objetivos que são alcançados por intermédio dos afetos, emoções, crenças, expectativas, pois é o que dá sentido à realização de uma ação. Santos e Silveira (2015) ressaltam que por mais que haja “fins e afetos” individuais, estes não formam a teleoafetividade de uma prática, pois cada praticante carrega consigo uma ‘micro-versão da estrutura diferente, sendo a versão “completa” a organização coletiva das micro-versões diferentes em torno da prática.

Tal compreensão acerca da teleoafetividade enquanto uma elaboração coletiva, para Santos e Silveira (2015), é resultado de estados mentais inerentes às pessoas, e que, junto com entendimentos e regras em dado contexto e à medida que se participa dele, tornam as práticas incorporadas. A esse entendimento se assemelha a noção de “memória da prática ou organizacional” de Schatzki (2006), que a compreende como a persistência das estruturas da prática (entendimentos, regras, teleoafetividade e entendimentos gerais) quando não efetivadas no tempo real da organização ou tempo de atividade.

Dias (2021) diz que essa memória é importante por servir a transmissão de práticas organizativas, pois mantém certa constância daquilo que se dá no passado até o presente. Moura e Diniz (2016) também discutem essa ideia relacionando práticas organizativas e projetos. Para os autores, a memória prática deve ser mantida por meio de experiências, práticas e troca de informações importantes a fim de facilitar o desenvolvimento de projetos futuros. Apesar destes aspectos, Schatzki (2006) diz que a interação é o que mantém a memória prática.

Além disso, Schatzki (2016) observa que não só de estruturas abstratas se efetiva uma prática, mas por meio da inter-relação entre ações humanas, como parte de feixes de práticas, e arranjos materiais. Ao pensar em arranjos materiais, Schatzki (2016) indica que tanto corpos como artefatos adquirem um mesmo nível de importância que regras, entendimentos, teleoafetividade e inteligibilidade. E que é essa relação que constitui a malha, ou seja, os nexos que dão origem a vida social.

Entretanto, o autor lembra que os arranjos materiais não são um aglomerado de entidades, mas uma disposição significativa que adquire identidade devido a relacionalidade com outros objetos e pessoas nas atividades em que estão engajadas (Schatzki, 2006). Isso evidencia que os arranjos materiais afetam e podem ser afetados pela malha constituída. Assim, Oliveira *et al.* (2016, p. 21) comentam que “não há como compreender produção de subjetividade sem a produção material a qual é imbricada”.

Ainda sobre essa questão, Oliveira *et al.* (2016) e Graebin (2020) discorrem que os entendimentos das ações que geram uma prática resultam em conhecimentos que subsidiam outras práticas e que assim formam malhas. Schatzki (2003) destaca que o entrelaçamento entre arranjos e malhas dos arranjos de uma prática formam um nexo maior e complexo, pois conectam e sobrepõem outras práticas e arranjos à medida que compartilham regras, ações, ordens ou arranjos teleológicos.

A interação dessa sobreposição pode dar-se de tal forma que as malhas podem adquirir condição harmoniosa (sustentam-se mutuamente), competitivas ou conflituosas (destrutivas), a depender de mudanças em resposta a contingências. É nessa conjuntura que os locais que compõem a coexistência humana se desenvolvem, ou seja, os “sites”, e tornam-se cenários de práticas (Schatzki, 2003) que por sua vez (re)produzem equidade, desigualdades ou resistências.

Em sua pesquisa, Figueiredo (2015) evidencia a reprodução de desigualdades através de relações de poder subsidiadas por práticas. A autora observa que há uma intencionalidade corporificada que afeta a transmissão do conhecimento necessário às atividades numa fábrica de doces. Com isso, identifica que a mestra confeitadeira da organização, hierarquicamente superior e de descendência europeia, reproduzia preconceitos de gênero e raça de modo irrefletido quando direcionava os funcionários negros a atividades pesadas em um espaço denominado de quintal; quando dava menos credibilidade ao trabalho das funcionárias negras caracterizadas sob o estereótipo de “sem esforço e desinteressadas”, além de buscar uma substituta para

seu cargo com características semelhantes a sua (Figueiredo, 2015, p. 533, tradução nossa).

Oliveira (2016) em estudo etnográfico multissituado em um circo brasileiro e outro canadense, a partir da abordagem da prática com base em Theodore Schatzki, discutiu práticas emocionais enquanto práticas políticas como resultado coletivo da produção sociocultural. A autora diz que tais práticas enfatizam campos de disputas por articularem dentro de organizações relações de poder, configurando o organizar daquela instituição. Diante disso, a autora destaca que práticas emocionais reproduzem clivagens sociais através da produção de espaço do “eu” e do “outro”, considerando assim, a importância de “compreender as produções dos espaços sociais, lugares e territórios” (Oliveira, 2016 p. 65).

No contexto do Agreste de Pernambuco, outras pesquisas considerando as abordagens da prática têm sido desenvolvidas. Santos, Almeida e Helal (2016) aproximaram o conceito de representação, enquanto ato de poder simbólico, e prática organizativa no sentido de entender a cidade de Caruaru-PE como uma organização que compreende estilo de vida, conflitos e distinções de grupos sociais. Elas e ele observaram o forró e o bregafunk como práticas organizativas que coexistem em mesmo espaço e época, especificamente no Alto do Moura durante os festejos juninos, mas com representações identitárias em disputas. Isto porque a primeira, atendendo interesses específicos de agentes como prefeitura, governo estadual e empresas privadas, é reforçada como a identidade hegemônica da cidade. Já a segunda é caracterizada como marginal, pois parte de agentes que não possuem poder simbólico.

A essas representações, as autoras e autor entendem que corroboram para uma certa ordem social que tem base na distinção e são disseminados por veículos de massa. Elas e ele verificaram ainda que a identidade hegemônica atrelada ao forró é uma representação síntese relacionada a elementos tradicionais, no caso, simbolizada pela sanfona. Entretanto, essa representação não exclui outras possíveis, como o bregafunk, visto como estilo musical recente, moderno e transgressor (Santos *et al.*, 2016).

Ainda no contexto do bairro Alto do Moura em Caruaru, Martins (2019) discutiu que a prática do barro figurativo neste espaço possui como elemento de aprendizagem a moral contida nas relações da comunidade. Para o autor, isso acontece por meio dos mestres artesãos e seus aprendizes quando (re)produzem

narrativas que enaltecem a historicidade da prática de artesanato considerando a tradição da comunidade, a memória local, cultura e identidade. Além disso, outros elementos ajudam a compor a produção de sentido para o desenvolvimento desta prática como: tratamento simbólico que os mestres artesãos recebem da comunidade dada a profunda vivência cultural e saber teórico-prático; contexto familiar onde essa prática é experimentada e que, no geral, são representadas pelo pai ou o avô enquanto figura do mestre artesão; o que também contribui para o sentimento de pertencimento com a prática e efeito geracional; a infância marcada pela ausência de brinquedos e em contrapartida o incentivo ao uso do barro para a confecção dos próprios brinquedos, respeito, confiança, habilidade e diálogo como outros elementos importantes dessa relação.

Outra pesquisa no contexto da cidade de Caruaru que utiliza a abordagem da prática agora na perspectiva de Theodore Schatzki é a de Santos *et al.* (2021). Neste trabalho, as autoras e autores tratam dos saberes-fazer incorporados às práticas organizativas de mestres e mestras de onze segmentos das culturas populares de Caruaru. Dentre os achados, percebeu-se que algumas práticas de um organizar podem ser comuns as de outro organizar, que articulado de determinada forma corresponde a um fim específico. Segundo elas e eles, isto acontece porque os agentes sociais desses grupos, participam, no seu cotidiano, de diferentes práticas, informando através destas suas realidades.

Além disso, a pesquisa mostrou também que o que dá sentido a tais práticas é a ancestralidade. Esta, transmitida geracionalmente por meio da observação e da prática, reforçando o conhecimento prático como incorporado. Observou-se ainda que o organizar de uma prática envolve estabelecimentos hierárquicos, caso da Capoeira, Literatura de Cordel, Dança Popular e Contemporânea, indicando que dentro de uma malha de práticas há valorização de determinadas práticas, que, por sua vez, gera desigualdades. Outro apontamento são as dificuldades em manter a cultura de tais grupos, tais quais foram concebidos, visto que, concorrem com outras práticas culturais orientadas ao mercado (Santos *et al.*, 2021).

Dias (2021) em pesquisa sobre Práticas Organizativas do SLAM em Caruaru (Sistema Literário Anarco-Marginal), articula a noção de prática a partir de Theodore Schatzki com a ferramenta da Interseccionalidade. A autora argumenta que práticas são parte do cotidiano permeadas por relações de poder, e estas no contexto Agrestino, passam pela especificidade do hibridismo local, que gera relações, em

determinadas situações, desarmônicas. Assim, a interseccionalidade possibilitou evidenciar diferenças e desigualdades que marcam a identidade e vivência dos(as) praticantes do Slam, grupo de poesia marginal, como também, as resistências elaboradas por eles e elas no seu dia a dia.

Dentre os achados da pesquisa, a autora coloca que as resistências percebidas acontecem de forma relacional, uma vez que, “só existe resistência, porque existe algo ou alguém exercendo uma pressão” (Dias, 2021, p. 82). Ou seja, a resistência é uma resposta às desigualdades impostas. Assim, os temas das poesias foram percebidos como formas dos(as) praticantes resistirem às opressões, como desigualdade de classe, racismo, sexismo, heteronormatividade, capacitismo, entre outras, as quais compõem suas subjetividades. A exposição de tais poesias em espaços públicos são entendidas como resistência à academia, posto que é quem define o que é poesia.

Além disso, a existência e formação do próprio Slam é configurada como uma desigualdade. Isto porque não é um segmento originário da cultura popular do Agreste Pernambucano. Pelo contrário, tem suas raízes no Norte Global e em grandes cidades. O que gera tensão com o poder público local que não o reconhece, e por isto, não o incentiva, visto que, diferencia e hierarquiza o Slam com as demais organizações das culturas populares, sendo assim necessário que os(as) praticantes exerçam outras atividades remuneradas. Desvalorização que também ocorre por parte do público local (Dias, 2021).

Acerca do exposto, esta pesquisa visualiza que a prática segundo Schatzki é constituída por ações que são organizadas por elementos de estados mentais, os quais emergem de dinâmicas sociais e relacionais que comunicam aspectos da informalidade multidimensional. É importante dizer que a elaboração destas dinâmicas sociais pode acontecer de diferentes formas conforme os arranjos estabelecidos nos ambientes das facções, e desse modo, apontar as possíveis desigualdades e resistências dos(as) praticantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Em consonância com os estudos baseados em prática (Schatzki, 2003, 2006; Nicolini, 2013; Santos e Silveira, 2015; Figueiredo, 2015; Oliveira, 2016; Santos *et al.*, 2016; Santos; Almeida; Helal, 2016; Graebin, 2020; Santos *et al.*, 2021; Dias, 2021), a presente pesquisa é caracterizada como de abordagem qualitativa, pois reconhece a importância de uma compreensão aprofundada de um fenômeno social, do seu significado e dos elementos que o envolvem e que formam o contexto. Sendo assim, não está preocupada com a quantidade de sujeitos, mas com a interação destes na composição do fenômeno estudado (Gerhardt; Silveira, 2009).

Ao defender a abordagem qualitativa, não se busca dizer que esta seja a melhor para o desenvolvimento de uma pesquisa, visto que como colocado por Vieira (2006, p. 15) “é difícil classificar um método como qualitativo ou quantitativo, uma vez que informações qualitativas podem ser contadas e informações quantitativas podem ser interpretadas. Aliás, se não forem, pouco valor costumam ter”. Mas, para determinadas questões de pesquisa, de acordo com o posicionamento ontológico e epistemológico do(a) investigador(a), a escolha por uma ou outra abordagem tem impactos diferentes (Vieira, 2006). Por isso, faz-se necessário entender o que é e qual a ontologia está em conformidade com este estudo, uma vez que é esta o que dá base para o surgimento de problemas de pesquisa (Saccol, 2009).

Saccol (2009, p. 252) diz que ontologia está relacionada a crenças e pressupostos que as pessoas têm sobre a realidade, é o entendimento de “como as coisas são”. Este entendimento direciona o modo como o mundo e os fenômenos físicos ou sociais são percebidos, o que define, portanto, a maneira como a investigação de uma pesquisa é conduzida. No entanto, para esta condução acontecer parte-se antes de um outro entendimento, o epistemológico. A epistemologia, para o autor, é a forma pela qual se acredita que o conhecimento possa ser gerado. Assim, a epistemologia, em consonância com a ontologia, indica quais métodos e técnicas tornam-se adequados a responder determinadas questões de pesquisa e por sua vez contribuem para gerar um novo conhecimento (Saccol, 2009).

Posto isso, entende-se que ao se declarar quais pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos fazem parte da presente pesquisa, declara-se

também um posicionamento quanto ao modo de gerar conhecimento, visto que há diferentes lentes teóricas e metodológicas que podem ser usadas para compreender um mesmo fenômeno. Logo, se admite também que a pesquisa não é neutra, mas feita por escolhas que devem ser coerentes com a perspectiva de mundo/realidade do(a) investigador(a) e com aquilo que emerge em campo. Diante disso, a ontologia que rege esta pesquisa se opõe a dicotomia objetividade-subjetividade, como faz os estudos baseados em prática. Considera, na verdade, que o mundo nasce da interação sujeito-objeto, em que a realidade é possível através de um processo coletivo de compartilhamento de significados (Sacco, 2009; Vieira, 2006, Peci, 2006).

Por essas razões, entende-se que é preciso que se questione a maneira que o fenômeno social investigado se apresenta, servindo a pesquisa qualitativa para “ajudar o pesquisador a avançar em relação às concepções iniciais ou a revisar sua estrutura teórica” (Vieira, 2006, p. 18). A vista disso, esta pesquisa está alinhada com a ideia de Círculo das Matrizes Epistêmicas proposta por Paes de Paula (2016) que enfatiza que o conhecimento não surge de rivalidades paradigmáticas por conta de incomensurabilidade. Na verdade, surge de incompletudes cognitivas que geram reconstruções epistêmicas.

Essas reconstruções são guiadas pela concepção de matrizes epistêmicas, também denominadas de abordagens sociológicas, as quais possuem teorias e metodologias próprias. Tais abordagens são divididas em puras, aquelas com origem em uma única matriz, caso das abordagens funcionalista (matriz empirico-analítica), interpretativista (matriz hermenêutica) e humanista (matriz crítica). E híbridas, que transitam entre matrizes, caso da estruturalista (matriz empirico-analítica e matriz hermenêutica), pós-estruturalista (matriz hermenêutica e crítica) e realista crítica (matriz empirico-analítica, matriz hermenêutica e matriz crítica) (Paes de Paula, 2016).

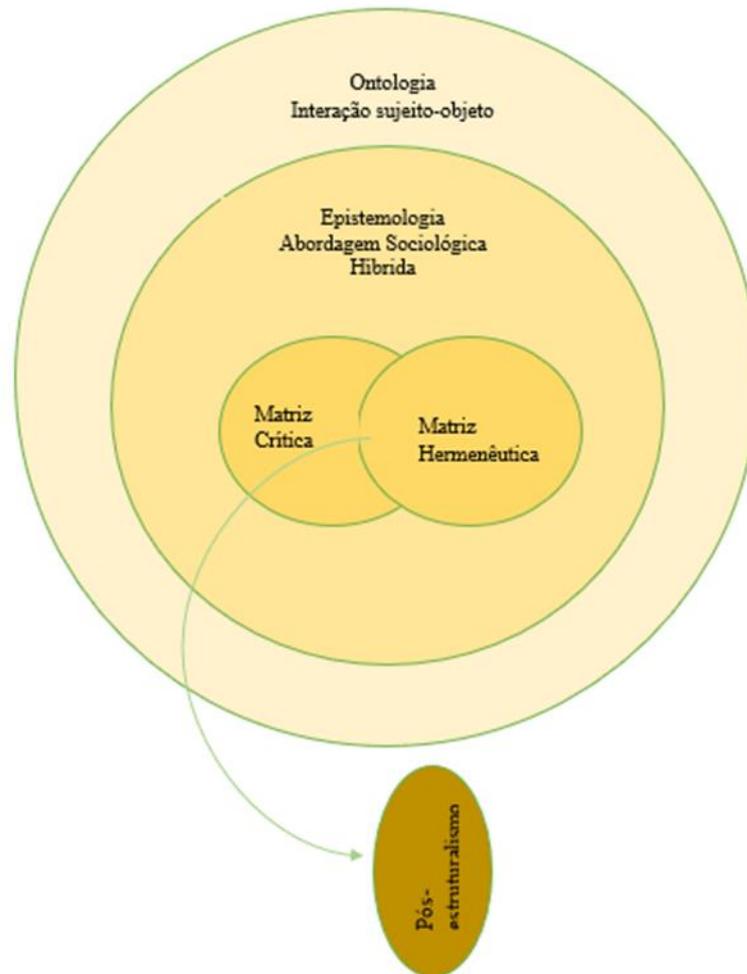
Para a autora, as abordagens puras geram reconstruções epistêmicas embrionárias quando aqueles(as) situados(as) nessa concepção elaboram teorias e metodologias de fronteira. Quando este processo extrapola contemplando mais de um interesse cognitivo, identificados por técnico, prático e emancipatório, um novo sistema independente de conhecimento é formado e chega-se a reconstruções epistêmicas avançadas e a abordagens híbridas. Ao perceber que estar próximo(a) da complexidade social é atender a mais de um interesse cognitivo, Paula (2016) argumenta em favor de uma interdependência dos interesses cognitivos para compreender os fenômenos sociais. Sobre isso, a autora diz que:

o interesse emancipatório sozinho torna-se crítica pela crítica [...]; o interesse prático isolado tende a se transformar em pura compreensão e descrição, uma vez que precisa dos interesses técnicos e emancipatórios para ser capaz de inferir na realidade; e o interesse técnico apenas, converte-se em instrumentalismo, pois é necessário também contemplar as necessidades sociais de compreensão e emancipação (Paes de Paula, 2016, p. 37-46).

A partir das formulações tecidas pela autora e pelo posicionamento ontológico, percebe-se que a construção do conhecimento desenvolvida nesta pesquisa é possibilitada pelo trânsito e combinação de matrizes epistêmicas, entre elas: a hermenêutica e a crítica. Assim, está próxima da abordagem sociológica híbrida pós-estruturalista, a qual busca em maior ou menor dimensão contemplar as filosofias hermenêutica e negativa, lógicas interpretativista e dialética e interesses prático e emancipatório. É importante destacar que, como apontado por Paes de Paula (2016), a matriz empírico-analítica dialoga com as demais matrizes na busca por superar incompletudes cognitivas. Apesar disso, a autora também sinaliza para a dificuldade que é transitar entre duas ou mais matrizes. Com isso, se reconhece que não abarcar a matriz empírico-analítica é uma das limitações desta pesquisa.

A fim de tornar o entendimento sobre as concepções que acompanham esta pesquisa didático, elaborou-se a seguinte figura:

Figura 2 - Posicionamento de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em conformidade com a ontologia e epistemologia apresentadas, a abordagem considerada (qualitativa) reconhece que o conhecimento do(a) pesquisador(a) é parcial e limitado, necessitando por isso da dinâmica com os(as) participantes da pesquisa e os elementos do campo. A compreensão do fenômeno analisado segundo o lugar de quem o experiencia é importante, pois permite que os sentidos e significados de dado fenômeno para determinados praticantes possam surgir e serem compreendidos em seu contexto, como aponta a ontologia de “site” proposta por Theodore Schatzki. Por isso, é necessário maior tempo do pesquisador(a) com o campo, a fim de captar os significados dos comportamentos observados (Gerhardt; Silveira, 2009; Teixeira, 2003).

3.2 COLETA DE INFORMAÇÕES

Como meio de operacionalizar a pesquisa de acordo com as bases ontológica e epistemológica, e o caráter qualitativo apresentado, decidiu-se utilizar entrevistas narrativas, observações não participantes, diário de campo e imagens como meio de obter informações a fim de dar subsídio à análise da pesquisa. Sobre estes instrumentos, Teixeira (2003) diz que por mais que o caráter qualitativo da pesquisa guarde técnicas de coleta de informações e procedimentos interpretativos diversos, todos auxiliam na busca por descrever, decodificar e traduzir os sentidos dos fenômenos sociais. Por isso, predominam em pesquisas qualitativas, principalmente nas de cunho fenomenológico/interpretativa ou crítica/dialética.

A entrevista narrativa foi elencada por se entender que a prática vivenciada pelos participantes da pesquisa é aprendida de forma geracional e ao longo de suas vidas, adquire, portanto, um caráter pessoal que é relatado como narrativa. Assim, como colocado por Flick (2009, p. 116), “o interesse pode estar em algum aspecto específico, temporal e tópico da biografia do informante”. Para esse tipo de entrevista, o(a) pesquisador(a) estabelece diretrizes tais como: formular uma pergunta geradora da narrativa, sondar a narrativa e, na fase de equilíbrio, fase final, fazer perguntas entendendo os participantes como especialistas. Por essa razão, as entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro semiestruturado (ver apêndice A), no qual, antes das perguntas referentes ao fenômeno pesquisado (prática das facções), fez-se necessário entender as características dos participantes no intuito de perceber o que dessas características podem ser manifestadas em suas falas e de que forma.

Antes de iniciar a entrevista, foi esclarecido aos participantes sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (ver apêndice C) e a necessidade da assinatura como autorização voluntária para o prosseguimento da entrevista, bem como o teor das perguntas. Muitos dos participantes sinalizaram desconfiança quanto ao pedido da assinatura. Para estes, foi percebido que isso acontecia devido ao medo pelo caráter informal das suas práticas, como alguns demonstraram em suas falas. Por esta razão, oito (08) dos vinte e três (23) entrevistados(as) concederam a entrevista com a condição de não assinarem o TCLE. Logo, para garantir o registro de autorização, foi pedido que a entrevista pudesse ser gravada. Ao iniciar a gravação, uma das primeiras perguntas foi sobre o consentimento da entrevista, o qual foi concedido. Prosseguiu-se assim para todos(as) os(as) participantes. As gravações

aconteceram por meio do Aplicativo Gravador de Voz baixado no celular da pesquisadora e também por meio de gravador portátil. As entrevistas foram renomeadas e enviadas para uma pasta armazenada no Google Drive e transcritas no menor tempo possível.

Quadro 1 – Corpus da pesquisa: entrevistas

Nome fictício dos(as) praticantes	Data da entrevista	Duração das entrevistas	Quantidade de páginas transcritas (Fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento simples)
Vitor	12/07/2022	27 min 54 seg	09
Marcos	12/07/2022	26 min 04 seg	08
Beatriz	15/07/2022	18 min	06
Mônica	15/07/2022	18 min 29 seg	06
Luna	15/07/2022	29 min 14 seg	10
João	18/07/2022	1 h 03 min 23 seg	20
Eduarda	18/07/2022	21 min 30 seg	07
Bárbara	18/07/2022	13 min 28 seg	05
Tulipa	28/07/2022	19 min 20 seg	07
Magda	28/07/2022	19 min 38 seg	07
Margarida	05/08/2022	20 min 40 seg	07
Isis	12/08/2022	32 min 17 seg	10
Ana	12/08/2022	18 min 28 seg	06
Leticia	12/08/2022	10 min 38 seg	04
Marta	12/08/2022	14 min 47 seg	06
Rosa	22/08/2022	36 min 33 seg	10
Carol	14/02/2023	25 min 28 seg	08
Patrícia	15/02/2023	15 min 09 seg	06
Claudia	15/02/2023	30 min 55 seg	10
Roberto	22/08/2022	1 h 46 min 07 seg	27
Manoel	18/07/2022	26 min	08
Henrique	14/02/2023	19 min 09 seg	07
Alberto	16/02/2023	15 min 39 seg	06

Fonte: A autora (2023).

No que diz respeito ao momento das entrevistas, estas ocorreram da seguinte maneira: apresentação da pesquisadora e da pesquisa (intenção do estudo); esclarecimentos dos preceitos éticos e dos direitos e deveres dos participantes (anonimato das identidades, possibilidade de desistência ou de não responder a alguma questão por considerá-la inconveniente, conceder entrevista por meio da leitura e explanação do TCLE; pedido de autorização (escrito e gravado); início da entrevista se deu por perguntas sobre as características (perfil) dos(as) participantes, depois, seguiu-se os grupos de perguntas orientadoras 2, 1 e 3. É importante destacar que as entrevistas aconteceram presencialmente no ambiente de trabalho dos praticantes e que estas foram gravadas somente o áudio que posteriormente foram transcritas para viabilizar a análise da narrativa (AN).

Posto que as entrevistas podem não ser suficientes para acessar a interação sujeito-objeto que os(as) entrevistados(as) estabelecem no seu dia a dia, as observações não participantes mostraram-se importantes por provocar na pesquisadora uma atenção e afetação que auxilia no processo de interpretação dos significados, pois segundo Flick (2009), a experiência do processo torna mais perspicaz o olhar do(a) pesquisador(a) para aspectos essenciais da pesquisa, sendo assim, facilitados pela observação. Visto que a pesquisadora não possuía contato prévio com o campo e por se tratar de organizações margeadas, decidiu-se mobilizar conhecidos(as) que já possuíam este contato. Assim, por intermédio das relações tecidas no mestrado, foi possível adentrar o campo adquirindo em certa medida a confiança dos(as) participantes. É válido ressaltar que essa estratégia não foi possível em todas as idas a campo. Logo, optou-se por estabelecer contato, entrevistar os(as) envolvidos(as) e permanecer no local para continuar com as observações. É importante destacar que durante a entrevista e a ida ao local, a pesquisadora já fazia observações e anotações sobre o campo. Outra decisão foi, após as entrevistas, pedir o contato telefônico e a permissão para voltar, observar e tirar dúvidas sobre as práticas organizativas. Sobre o retorno, só foi possível em algumas facções cuja confiança foi melhor desenvolvida e na qual havia disponibilidade do(a) praticante em receber a pesquisadora.

Tabela 1 - Corpus de pesquisa: observações

Observações

(Intuito: observar características objetivas e subjetivas da facção)

Facções de Costura

- 12/07/2022 e 08/08/2022: Facção Marcos
- 15/07/2022: Facção Beatriz
- 15/07/2022: Facção Mônica
- 15/07/2022 e 16/08/2022: Facção Luna
- 18/07/2022: Facção João
- 12/07/2022 e 18/07/2022 Facção Eduarda
- 28/07/2022 e 05/08/2022: Facção Tulipa
- 05/08/2022: Facção Magda
- 05/08/2022: Facção Margarida
- 12/08/2022: Facção Isis
- 12/08/2022: Facção Ana
- 22/08/2022: Facção Rosa
- 14/02/2023: Facção Carol

Facções de Modelagem Automatizada e Corte

- 18/07/2022: Facção Manoel
- 22/08/2022: Facção Roberto

Observações em outros espaços

(Intuito: compreender os nexos das facções com outros lugares)

- 28/07/2022: Fabrico (Lucas)
- 30/08/2022: Não consegui entrevistas. Observei de modo externo as facções enquanto caminhava pelo bairro Salgado.
- 21/09/2022: Feira de Caruaru
- 19/10/2022: Fabrica (André)

Fonte: A autora (2023).

Para que informações não fossem perdidas, e com o intuito de fazer resgates na memória da pesquisadora, diário e imagens de campo foram usadas com o propósito de tornar tangível as respostas das questões de pesquisa. O diário de campo teve o objetivo de viabilizar o registro de informações da observação não participante, o qual ocorreu por meio de um caderno 13 x 18 cm e gerou um total de 33 páginas. A utilização desta técnica deu-se em momento real da interação com o fenômeno estudado e posterior, dada a rapidez de ocorrência e momentos de reflexão após ida a campo, além de ser guiado por um roteiro de observações como orientação (ver apêndice B). As imagens foram elencadas no intuito de acrescentar possíveis informações que não foram captadas com os instrumentos anteriores e que sejam relevantes à pesquisa, estas geraram um arquivo com 56 imagens de campo guardadas em uma pasta no drive da pesquisadora. No mais, o conjunto desses

instrumentos possibilitaram uma dinâmica recursiva ao processo de análise de informações, fomentando a construção e organização de reflexões sobre o fenômeno estudado, além de permitir obter mais detalhes que possam estar invisibilizados (Teixeira, 2003; Martins, 2019).

3.3 LÓCUS E PRATICANTES DA PESQUISA

O estudo partiu de um cenário social no qual encontram-se os participantes em suas práticas cotidianas relacionadas com a informalidade no setor de facção da confecção. Neste estudo, a cidade de Caruaru, Pernambuco, especificamente o bairro Salgado, foi entendido como favorável ao desenvolvimento desta pesquisa, por dispor de características consideráveis ao fenômeno em estudo e a teoria utilizada, como: a) alta concentração de unidades faccionadas; b) as facções possuem modos de gestão e produção imbricados entre formal e informal; c) a prática dos diferentes segmentos das facções são estabelecidas por laços de personalidade, amizade e parentesco; e d) segmento permeados por desigualdades (Almeida Pereira, 2018; Almeida Pereira; Almeida Andrade; Silva, 2018; Almeida Pereira; Almeida Andrade, 2019). Dentre os(as) praticantes das facções, foram acessados aqueles que atendiam os seguintes critérios: a) ser faccionista há, no mínimo dois anos, pois isso implica ter desenvolvido habilidade técnica e, possivelmente, dimensão teórica para informar a pesquisadora sobre as práticas desenvolvidas na organização; b) ser preferencialmente natural da cidade de Caruaru, pois, possivelmente, o (a) participante saberá associar sua história com o desenvolvimento socioeconômico local e; c) ser de tipos diferentes de facção (corte, modelagem, costura) pois auxilia a compreensão da dinâmica informal. Essas razões possibilitaram refletir sobre como a prática das facções está relacionada a desigualdades e resistências (re)produzidas nesses ambientes, questões que orientam este estudo.

É válido ressaltar que o acesso à campo foi viabilizado em um primeiro momento por intermediação de um contato estabelecido por relações desenvolvidas durante o mestrado, o que possibilitou certa confiança por parte dos(as) praticantes em aceitarem participar da pesquisa. Quando estes contatos se esgotaram, deu-se o segundo momento no qual a pesquisadora foi à campo sem intermediações, contudo, foi percebido maior desconfiança no acesso à campo. Um terceiro momento de acesso à campo aconteceu com o auxílio da companhia de uma outra pesquisadora,

contato viabilizado pela coorientadora, no qual foi percebido que melhorou a confiança perante o campo, o que tornou possível adentrá-lo. Outra medida tomada durante as idas à campo foi pedir, após entrevistas com os praticantes, indicação de outras pessoas praticantes das facções, configurando a técnica de “bola de neve”. Dessa forma, chegou-se aos seguintes praticantes:

Quadro 2 – Perfil dos(as) praticantes

Nome Fictício	Gênero	Idade	Sexualidade	Naturalidade	Maternidade / Paternidade	Ensino Formal	Início no segmento de Facções	Autodeclaração de Renda
Vitor	Cisgênero	52	Heterossexual	São Paulo	Pai	Ensino Médio Incompleto	Infância	Entre 2. 500,00 a 3.000 reais
Marcos	Cisgênero	25	Heterossexual	Caruaru-PE	Não é pai	Ensino Médio Incompleto	Infância	2.000, 00 reais
Beatriz	Cisgênero	36	Heterossexual	Caruaru-PE	Não identificado	Ensino Fundamental Incompleto	Infância	Período de alta 2.000,00 reais
Mônica	Cisgênero	53	Heterossexual	Caruaru-PE	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Fase adulta	2.000, 00 reais
Luna	Cisgênero	53	Heterossexual	Caruaru-PE	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Adolescência	Período de alta 1.500,00
João	Cisgênero	37	Heterossexual	Caruaru-PE	Não é pai	Ensino Fundamental Incompleto	Infância	Não quis informar
Eduarda	Cisgênero	33	Heterossexual	Caruaru-PE	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Adolescência	Período de alta 1.500,00 reais
Bárbara	Cisgênero	42	Heterossexual	Batateiras-PE	Não identificado	Ensino Fundamental Incompleto	Fase adulta	Média de 1.500,00
Tulipa	Transsexual	32	Heterossexual	Caruaru-PE	Não é mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Adolescência	Média de 1.500,00 reais
Magda	Cisgênero	57	Heterossexual	Riacho das Almas-PE	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Adolescência	Não quis informar
Margarida	Cisgênero	46	Heterossexual	Ceará	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Adolescência	Não quis informar

Isis	Cisgênero	34	Heterossexual	Caruaru-PE	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Adolescência	Entre 1.500,00 a 2.000,00 reais
Ana	Cisgênero	71	Heterossexual	Riacho das Almas-PE	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Fase adulta	Não quis informar
Leticia	Cisgênero	47	Heterossexual	Salgueiro-PE	Não identificado	Ensino Fundamental Incompleto	Fase adulta	Menos que um salário mínimo
Marta	Cisgênero	47	Heterossexual	Caruaru-PE	Não identificado	Ensino Fundamental Incompleto	Infância	2.000,00 reais
Rosa	Cisgênero	60	Heterossexual	Alagoas	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Fase adulta	Menos que um salário mínimo
Carol	Cisgênero	30	Heterossexual	Caruaru-PE	Mãe	Ensino Médio Incompleto	Infância	Média de 1.500,00 reais
Patrícia	Cisgênero	29	Heterossexual	Caruaru-PE	Mãe	Ensino Médio Completo	Fase adulta	Média de 1.500,00 reais
Roberto	Cisgênero	42	Heterossexual	Caruaru-PE	Pai	Ensino Médio Incompleto	Adolescência	Em períodos de alta entre 8.000,00 a 9.000,00 reais
Manoel	Cisgênero	32	Heterossexual	Riacho das Almas-PE	Pai	Ensino Médio Completo	Infância	Não quis informar
Claudia	Cisgênero	34	Heterossexual	Caruaru-PE	Mãe	Graduação Incompleta	Fase adulta	Entre 10.000,00 a 12.000,00 reais
Henrique	Cisgênero	32	Heterossexual	Caruaru-PE	Pai	Ensino Médio Completo	Adolescência	Não quis informar
Alberto	Cisgênero	35	Heterossexual	Caruaru-PE	Pai	Ensino Médio Incompleto	Infância	Não quis informar

Fonte: A autora (2022).

Ao ser traçado o perfil dos praticantes desta pesquisa, buscou-se entender a localização social dos(as) faccionistas. Ou seja, 'Quem são? e Quais as características pessoais, familiares e sociais que os marcam em dado contexto?'. Isto porque, entendeu-se que as diferenças sociais dos(as) praticantes poderiam manifestar ou está ligado a aspectos de desigualdades e/ou resistências nas suas práticas de trabalho nas facções, demonstrados, ou não, nas suas falas. Pontos relevantes para esta pesquisa.

3.4 CRITÉRIOS DE VALIDADE E CONFIABILIDADE

Ao considerar a pesquisa qualitativa como abordagem que conduz esta pesquisa, entende-se que esta se utiliza de métodos próprios para enxergar a realidade e a subjetividade do estudo, que para adquirir validade e confiabilidade, meios pelos quais pesquisadores(as) verificam a qualidade de uma pesquisa, deve ser compartilhada pelos autores que fazem uso dessa abordagem e da teoria em questão. Em outros termos, a validade e confiabilidade, respectivamente entendidas como "capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa propiciam à consecução fidedigna de seus objetivos" e "garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados", são critérios indispensáveis que conferem cientificidade ao estudo (Paiva Jr.; Souza Leão; Mello, p. 194-195, 2011).

Além do levantado anteriormente, o respeito às questões éticas da pesquisa torna-a válida e confiável. Com este intuito, os participantes desta pesquisa foram aqueles maiores de idade, que concordaram em participar da pesquisa com suas identidades mantidas em sigilo. O asseguramento dessas questões aconteceu por meio da assinatura de ambas as partes, pesquisadora e participantes, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo a pesquisadora deste estudo, o cuidado de ler e explicar o termo além de informar os riscos e garantir o direito de desistência da pesquisa a qualquer momento (Creswell, 2010). Haja vista que a condição de informalidade das facções tornou difícil o acesso a campo em razão do medo dos participantes em fornecer informações que pudessem prejudicar o seu negócio, e que alguns praticantes aceitaram participar do estudo sob a condição de não assinarem o TCLE, optou-se por, durante a gravação da entrevista, pedir o consentimento verbal dos participantes de modo que pudesse ser registrado para fins

de garantia da pesquisa. Adotou-se esta decisão também para aqueles que assinaram o TCLE.

Ainda acerca da qualidade e cientificidade da pesquisa, os seguintes procedimentos foram adotados: realização das transcrições das entrevistas narrativas, verificação das transcrições, verificação na definição dos códigos, triangulação de fontes (entrevistas, observações e imagens), descrição rica e densa, esclarecimento do viés do estudo, apresentação de informações discrepantes, revisão por pares (orientadora e coorientadora) e maior tempo em campo. Outra abordagem utilizada foi o auxílio de uma outra pesquisadora que se dispôs a acompanhar a condução de algumas entrevistas, conforme sua disponibilidade, proporcionando mais indagações no momento das entrevistas e ampliando a criticidade da pesquisadora neste estudo, colaborando para a reflexividade ao longo do processo de investigação (Creswell, 2010; Paiva Jr.; Souza Leão; Mello, 2011).

Quanto ao encerramento do campo, este aconteceu no momento que foi percebido o aumento da dificuldade de acesso ao campo visto que o local de funcionamento das facções acontece dentro das residências, e por vezes a portas fechadas, e também pela saturação das informações fornecidas pelos praticantes do tipo facção-costura. Sobre a primeira razão, foi entendido que se dava em razão de: a) medo dos(as) praticantes em fornecer informações que pudessem prejudicar seu trabalho dada a condição de informalidade; b) em algumas situações, falta de tempo do(a) praticante para conceder a entrevista. Acerca da segunda razão, constatou-se que no tipo facção-costura os relatos se repetiam e não geravam informações contributivas para a pesquisa. No que diz respeito aos tipos: facção de modelagem automatizada e de corte, não se chegou ao encerramento via saturação, mas em função da dificuldade de acesso no tempo destinado a parte de campo. Além disso, a heterogeneidade dos negócios faccionados, característica da informalidade, e a necessidade de detalhamento sobre essas diferenças, bem como, a necessidade de um recorte para a pesquisa, conduziram este estudo a enfatizar as práticas de costura e de gestão.

3.5 TÉCNICA ANALÍTICA

Visto que a literatura aponta que o fenômeno da Informalidade no Agreste de Pernambuco está associado a processos global, nacional, mas também a

especificidades do local, estando estas ligadas às pessoas que formam a região e, portanto, aos seus modos de vida e suas histórias, escolheu-se a Análise de Narrativa (AN) como técnica de tratamento das informações, decisão que dialoga com os aspectos ontológicos, epistemológicos e o caráter qualitativo da pesquisa, pois busca na história das pessoas envolvidas em dado fenômeno os significados atribuídos e/ou construídos sob determinado aspecto da vida social (Saraiva, 2007; Seefeld; Rese, 2020).

De acordo com Barbara Czarniawska (2011; 2004) a abordagem narrativa tem ganhado relevância no campo dos Estudos Organizacionais a partir do final dos anos 1990, posto que passou a ser vista como uma das principais fontes de conhecimento das sociedades. Isso porque as sociedades são formadas por repertórios de narrativas, que para a autora, são o que permitem a formulação de sentido à ação social, possibilitando assim, a vida social. Saraiva (2007) corrobora com Czarniawska (2011; 2004) quando diz que as pesquisas com metodologia narrativa, inseridas no campo dos estudos não positivistas, têm ganhado maior espaço nos últimos 20 anos por serem reconhecidas como fonte de conhecimento, construídos a partir dos valores e significados de grupos de pessoas em certos contextos e tempo.

Seefeld e Rese (2020) também defendem o uso de narrativas como meio pelo qual se constrói sentido e significado nas relações humanas. São representações em forma de histórias, as quais possuem uma ordem específica (início, meio e fim) e que representam acontecimentos de um determinado tempo e espaço. Estão presentes em materiais escritos, virtuais e também na memória das pessoas, sendo percebida através da oralidade em conversas e/ou diálogos. Sobre os aspectos temporal e memória, Saraiva (2007, p. 122) afirma que para fazer sentido, a história narrada deve ser considerada enquanto uma série de “eventos específicos que se desenrolam ao longo do processo” e que partem de “um quadro de referência subjetivo”. Assim, a memória torna-se o lugar onde as histórias são guardadas e resgatadas, mas também filtradas, posto que contar sobre o que já aconteceu é tecer “um olhar presente sobre o passado” daquilo que compete a uma experiência individual, mas estruturada por uma memória coletiva, que legitima ou não o fato narrado.

Ceni e Rese (2020, p. 270) dizem que “as narrativas humanas [...] são tanto históricas quanto situacionais, carregando consigo os elementos da produção das condições humanas de existência e os direcionamentos interpretativos das situações”. Assim, entendeu-se que as narrativas comunicam o modo de vida das pessoas, que

quando vista de forma conjunta, diz respeito a uma organização do social, a qual acontece por meio da partilha de sentidos e significados de situações do cotidiano. Para as autoras, tais significados são construídos e fazem parte de todas as instâncias da vida social, como no meio organizacional e nas práticas envolvidas nesses contextos, podendo ser compreendidas como uma espécie de linguagem.

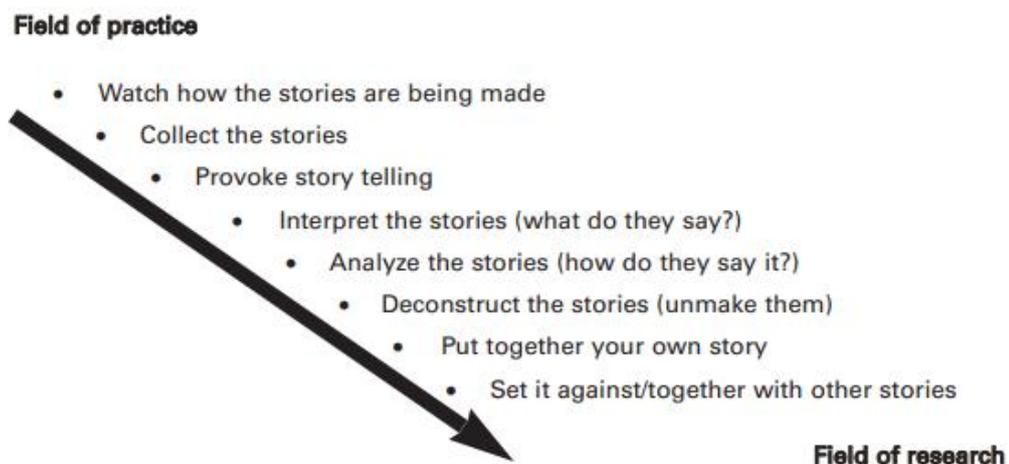
Czarniawska (2000; 2011) coloca que, através de narrativas, organizações formais imitam traços de pessoas reais como forma de estabelecer uma identidade coletiva. Ou seja, para além de documentos históricos oficiais que objetivam caracterizar uma organização, as narrativas dentro dessas instituições buscam criar um pseudo-sujeito, uma identidade, para a organização. Por isso, a autora afirma que é importante reagir a aquilo que é disseminado no campo organizacional. Em concordância com este pensamento, o presente trabalho entendeu que por meio da Análise de Narrativa é possível ao pesquisador(a) compreender como e por que são organizadas as práticas informais das facções de confecção em Caruaru-PE, atentando para criticar os discursos de modo que seja possível também compreender quais desigualdades e resistências podem ser, ou não, percebidas pelos(as) praticantes destas organizações.

Para esta pesquisa, adotou-se a Análise de Narrativa com base em Czarniawska (2000; 2004; 2011), que inspirada na tríade hermenêutica formulada por Paul Hernadi evidencia uma sequência de análise como uma das variadas formas de ler uma narrativa. Logo, o roteiro de entrevista semiestruturado (ver apêndice A) foi pensado no intuito de dialogar com a técnica analítica. Para isso, após as perguntas sobre o perfil dos(as) participantes, decidiu-se iniciar pelas perguntas orientadoras 2: 'Quando e porque você começou a trabalhar em facções?'. Decisão que buscou entender a ordem cronológica, bem como, tempo e contexto dos episódios narrados. Ou seja, "o quadro de referência subjetivo" dos praticantes para compreensão dos sentidos construídos por eles e elas sobre aquilo que foi narrado (Saraiva, 2007 p. 122).

Quanto à análise, Czarniawaska (2004) apresenta que a proposta da tríade hermenêutica de Paul Hernandi consiste em dividir a leitura ou análise da narrativa em: A) explicação: indagando "O que o texto diz?" Fase em que se coleta e observa as histórias dos participantes enquanto experiência individual e também coletiva; etapa correspondente ao momento das entrevistas em que há a escuta e questionamentos sobre a trajetória do(a) participante. B) explanação: "Como é que ele diz?" Fase em que se confronta as informações coletadas de diferentes fontes

(entrevistas, observações e imagens); observa-se a cronologia das histórias e a forma como foi contada no contexto que foi contada. Nessa etapa, a pesquisadora teve o cuidado de analisar o ambiente concreto e abstrato que se deu no momento das entrevistas, visto que, alguns elementos como por exemplo familiares circulando no espaço e o receio em dar informações que prejudicasse o negócio informal ou outros aspectos da vida social como a aposentadoria, corroboram para gerar distorção na veracidade das informações; C) exploração: “O que entendi?” fase em que a pesquisadora assumiu o papel de desconstruir e reconstruir as narrativas a partir de uma estrutura que fizesse sentido com a lente teórica escolhida. Assim, Bárbara Czarniawska (2004) elabora a seguinte sequência:

Figura 3 - Sequência de análise de narrativa



Fonte: Czarniawska (2004, p. 15).

A decisão por seguir a sequência de análise anterior, permitiu que aquilo que foi narrado e observado não fosse tomado como verdade absoluta, posto que, como Saraiva (2007) argumenta, as pessoas selecionam aquilo que vai ser dito, assim como aquilo que vai ser esquecido, pois há uma conexão entre memória e poder que não pode ser negada. Isto porque as experiências individuais estão contidas na experiência coletiva, as quais atuam como elemento que estrutura aquilo que será valorizado ou desvalorizado. Em consonância com essa ideia, Czarniawska (2000) sugere que se deve ver as narrativas para além do que dizem, percebendo as conexões entre os vários elementos daquilo que foi dito verbalmente como também daquilo que foi dito de modo não verbal.

Desse modo, a primeira fase da análise correspondente a explicação teve início com o recolhimento das entrevistas a partir de um roteiro semi estruturado (ver apêndice A), provocação de mais perguntas conforme o curso da narrativa pedia, observações não participantes, momento em que a pesquisadora captava falas e comportamentos dos(as) praticantes e imagens com características do ambiente da facção. Ocasão em que mais perguntas eram feitas e respondidas pelos(as) praticantes. A segunda fase, correspondente a explanação, teve início com a leitura das transcrições e a codificação, em que foram usados marca-textos de diferentes cores que representassem os elementos teóricos que organizam a prática segundo Schatzki e as dimensões da informalidade multidimensional segundo Almeida Pereira (2018). Assim, as entrevistas foram impressas e conforme fossem lidas trechos iam sendo marcados com a cor correspondente a categoria elencada. É importante dizer que em muitos trechos de entrevistas houveram sobreposições de categorias da prática com as da informalidade, as quais informaram uma relação interpretada pela pesquisadora. A explanação seguiu com a seleção e separação dos trechos marcados por categorias e que foram alocados em tabelas com o intuito de confrontar narrativas de diferentes praticantes sobre uma mesma categoria. As observações e imagens foram revisitadas neste momento com o propósito de auxiliar no confronto e desconstrução das narrativas. Já na terceira fase, a de exploração do material de campo, buscou-se construir uma nova narrativa com a finalidade de responder às perguntas orientadoras. Por isso, a próxima seção é resultado do respeito às etapas da tríade hermenêutica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, compreendeu-se que as práticas identificadas no segmento das facções de confecção de roupas no Agreste de Pernambuco, particularmente na cidade de Caruaru, são constituídas por ações que estão organizadas por elementos de estados mentais, elencados por Schatzki (2001; 2003; 2006; 2016) como entendimentos, inteligibilidades, teleoafetividade, regras e por arranjos materiais. Acerca destes elementos, percebeu-se que são elaborados com base em aspectos da informalidade multidimensional experienciados na trajetória de vida dos(as) praticantes e (re)produzidos nas unidades faccionadas. Além disso, entendeu-se também que estes negócios e suas práticas são marcados principalmente por desigualdades relativas à classe e ao gênero, tensionadas com os vínculos engendrados para a consecução das práticas. Com isso, percebeu-se que as práticas das facções são atravessadas por situações de desigualdades, mas também por situações de resistência. Em vista da complexidade e amplitude do fenômeno da informalidade, as práticas das facções de confecção são apresentadas de forma separada, seguida das formas de desigualdade e resistência percebidas em cada segmento de facção.

4.1 PRÁTICA DE COSTURA

A partir da perspectiva de Theodore Schatzki (2001; 2003; 2006; 2016) a prática é entendida nesta pesquisa como ações ou atividades humanas que são organizadas por uma estrutura composta por: entendimentos relativos à ação, inteligibilidades, teleoafetividade, regras, arranjos materiais, que de forma relacional e em determinado contexto geram o saber-fazer da prática. Nos negócios das facções de costura no Agreste, a partir das informações de campo, compreendeu-se que as ações que compõe a prática de costura iniciam-se com o entendimento do tipo de tecido da peça de roupa (jeans, brim, PT, malha, cetim ou outros), o público destinado (feminino, masculino, infantil, juvenil ou adulto), o modelo da peça (short, saia, camisa, blusa, jaqueta, macacão, vestido e outros) e o padrão requerido pelo(a) dono(a) da peça (costura aparente ou não, tamanho dos pontos da costura, preferência de cor e marca de linha). A relevância destes entendimentos consiste na dinâmica da prática de costura e em toda a cadeia de confecção, que está baseada na produção por

“modinha”. O termo “modinha” se refere à produção rápida e variada de modelos de roupas que estão em alta e implica em pequenas adaptações para a consecução da prática de costura, pois, como exemplificado por João:

As costuras são diferentes. Por exemplo no jeans, o jeans é um tecido um pouco mais pesado, mais grotesco, e com isso, ele requer uma máquina com uma agulha mais forte, mais grossa. Na fábrica de camisa as máquinas mudam e com isso tem aquela questão de ser um trabalho mais leve na blusa, malha, cueca, lingerie, essas coisas.

Observa-se, a partir desse trecho, que entender sobre o tecido é importante para a escolha da agulha de costura e para a forma de lidar com o tecido, com mais ou menos força. Além disso, em notas do caderno de campo, foi percebido que entender sobre o público e o modelo da peça é importante para não confundir as partes da peça no momento da costura. Quanto à produção por “modinha”, a importância reside na consecução de uma prática de acordo com o que é vendido nos mercados globais. Estes entendimentos apontam para a inter-relação de elementos presentes nas dimensões socioeconômica e contextual da informalidade multidimensional, proposta por Almeida Pereira (2018). No que diz respeito à primeira dimensão, compreendeu-se que os entendimentos estão ligados à organização do processo produtivo, que nos negócios informais, são representados por improvisos e adaptações na maneira de exercer a prática de costura e que implicam em uma qualificação tácita dos(as) praticantes. A segunda dimensão, consistiu na utilização dos entendimentos como forma de auxiliar o desenvolvimento da prática como alternativa de sobrevivência, característica que remonta a origem histórica das facções no Agreste e que é reconfigurada pela produção por “modinha”, cujo o modo de produção local conecta-se com as tendências regional, nacional e global na tentativa de suprir a necessidade anterior, de sobrevivência.

Após os entendimentos e a depender do número de peças recebidas, do porte e especialidade da facção, passa-se a contar as peças, separar por tamanho, separar por partes (frente, verso, bolso, cós, riata, outros) e alocar as partes próximas a determinadas máquinas de costura. Seguidos estes processos, os(as) praticantes, por meio de determinadas máquinas, dão início à união das partes das peças. Acerca desta última consideração é importante dizer que nos negócios das facções a etapa correspondente à união das partes da peça não requer uma sequência linear a ser seguida, uma vez que depende da especificidade da demanda, do número e

funcionamento do maquinário e da dinâmica de trabalho estabelecida em cada facção, como exemplificada pela praticante Rosa:

No fim do dia a gente vai ver o que vai dar continuidade amanhã. Então a gente separa o que a gente vai fazer naquela manhã, aí a gente ali no meio das peças a gente vê o que vai fazer primeiro, se é pregar bolso, se é butar vista, se é abanhar, entendesse?! Vai da produção do dia o que vai ser feito no outro dia.

A falta de uma sequência linear na união das partes das peças é explicada pela própria constituição das unidades faccionadas, que no Agreste é informada pela dimensão contextual da informalidade (Almeida Pereira, 2018). Isso porque essas unidades se popularizaram por atuarem como subcontratadas de fabricos e fábricas da região, tendência que gerou a fragmentação das unidades faccionadas e do processo produtivo e por sua vez da etapa correspondente a união das partes das peças de roupas. Dinâmica reforçada pela produção por “modinha” que preza por uma rapidez de produção e comercialização em grande escala. No entanto, em algumas facções cuja função é unir frente e verso da peça, percebeu-se, em certa medida, o padrão de se iniciar pela máquina interlock, representado no trecho do praticante João:

Tem pessoas que tem várias formas de iniciar uma calça ou uma saia ou um short feminino ou masculino, porque tem serviço pra todas as máquinas, porém vai ter serviço na máquina de duas agulhas que primeiro tem que passar pela interlock. Então a interlock digamos, coloca uma parte da peça e a de duas agulhas vem rebater. Ou seja, passar aquela costura que vai servir de acabamento e concluir aquela parte.

Sobre esta maneira de fazer, ressalta-se que ela é comum nas facções que possuem a máquina interlock porque representa a função que outrora era conseguida com a utilização das máquinas reta e de duas agulhas. Logo, a busca por iniciar pela máquina interlock consiste em agilizar a produção corroborando para atender a produção por “modinha”. É importante dizer que as máquinas retas e de duas agulhas são utilizadas para costurar outras partes da peça, que a depender da facção, pode se dar no início ou não. Quanto a estas diferenças, notou-se que faz parte da heterogeneidade dos negócios faccionados e comunicam aspectos das dimensões

socioeconômica e contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

Entendidas as ações que compõe a prática de costura e alguns entendimentos para que esta ocorra, observou-se que estes são sustentados por inteligibilidades, que, segundo Schatzki (2001; 2003) dizem respeito ao sentido atribuído pelos(as) praticantes ao desempenhar uma ação. O autor enfatiza que a inteligibilidade prática não pode ser entendida como sinônimo de racionalidade, ainda que, por vezes, estas coincidam. Para Schatzki, isto acontece visto que a inteligibilidade é determinada por fenômenos mentais, teleologia e afetividades, ou seja, pela busca por fins permeados por emoções e humores, características que colaboram para o desvio de uma escolha racional.

Na prática de costura das facções do Agreste, foi percebido que a inteligibilidade é desenvolvida a partir de aspectos da trajetória de vida dos(as) praticantes, que por sua vez, está vinculada ao contexto e cultura local, chamadas nesta seção de orientações. Salienta-se que um(a) praticante tem sua inteligibilidade constituída por uma ou várias orientações, que podem permanecer ou ser alteradas ao longo do tempo por aspectos pessoais da sua trajetória, por questões relativas ao contexto e cultura, que no ambiente das facções, são elementos que também compõe a informalidade na região. Por isso, retoma-se um pouco do contexto e da cultura a fim de perceber como estes elementos atravessam os(as) praticantes e contribuem para as orientações que integram suas inteligibilidades e por sua vez, a informalidade da prática.

Na história da confecção no Agreste é possível perceber que o desenvolvimento da prática de costura e a importância adquirida como meio de sobrevivência foi o que possibilitou a prática tomar proporções maiores, assim como fomentar o desenvolvimento de outras práticas atreladas a esta, como a de modelagem, corte, diferenciado, acabamento, entre outras, formando o que hoje é conhecido como Polo de Confecções do Agreste. É importante lembrar que a prática em questão foi protagonizada em seu início por mulheres, que em sua maioria também eram mães e/ou filhas, e que não puderam migrar com seus cônjuges ou pais para outras regiões em busca de melhores condições de vida. Sobre isto e a partir das informações de campo, observou-se que a história se repete ainda que com algumas modificações, a exemplo da inserção de homens e crianças na confecção de roupas e nas condições

informais da prática que atualmente estão combinadas com aspectos formais, configurando situações de desigualdade e resistência.

Assim como no início desta prática na região, a maioria dos(as) praticantes acessados(as) autodeclararam-se mulheres cis gênero com exceção da praticante Tulipa (mulher transgênero) e dos praticantes Vitor, Marcos e João, homens cis gênero. Para boa parte das praticantes, a inserção na costura aconteceu como forma de obtenção de renda para a criação dos(as) filhos(as), orientação que também conduziu a inserção do praticante Vitor. Porém, não pode ser afirmado para as praticantes Tulipa, Beatriz, Letícia e Marta, as quais não relataram questões relativas à maternidade, bem como para Marcos e João, que afirmaram não terem filhos(as). Outra orientação que também remete ao início da prática na região e que na experiência de algumas praticantes é somada às questões da maternidade, reside no fato destas e destes terem sido inseridas(os) desde a infância e adolescência por familiares e amigos na prática discutida, como ilustra os seguintes trechos da praticante Margarida e do praticante Marcos, respectivamente:

Eu tive minhas filhas logo cedo, aí minha mãe costurava aí me ensinou e eu costuro até hoje, desde meus 15 anos.

Quando a gente era muito novo já fazia essas tarefas e ela [mãe] nos ensinou desde moleque.

Acerca destas narrativas, é possível perceber que embasam uma outra orientação explicitada por outros(as) praticantes como a única profissão aprendida ao longo dos anos e que interessa a região, como expressado pelas praticantes Magda e Bárbara, respectivamente:

Eu comecei a trabalhar com facção porque eu não tinha outra coisa pra fazer, aí eu conheci uma amiga que ela costurava, aí ela me ensinou. Aí faz uns 40 anos que eu trabalho com facção.

Aqui em Caruaru o foco é facção né?! Aí eu pretendi investir em facção mesmo.

Sobre essa orientação ressalta-se o quesito escolaridade descrito no perfil dos(as) praticantes, evidencia o ensino fundamental incompleto como nível escolar mais comum entre os(as) praticantes. É importante destacar que a praticante Tulipa foi a única entre os(as) praticantes acessados(as) que mencionou a não conclusão da

educação formal como orientação para a inserção na prática de costura, ainda que a maioria dos(as) demais praticantes também não tenham concluído. Esta característica pode contribuir para a não reflexividade da prática e a naturalização das desigualdades presentes nos negócios das facções, o que comunica aspectos da dimensão contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018) e que pode informar a dificuldade de acessar outros espaços de trabalho e que contribui para a continuidade de prática informais como percebidas em outras pesquisas como em Almeida Pereira, Almeida Andrade e Silva (2018); Almeida Pereira e Almeida Andrade (2019); Gomes, Junior e Costa (2019); Graebin (2020) e Almeida Pereira e Freire (2021).

Nos trechos narrados é possível observar que as orientações acerca da inteligibilidade dos(as) praticantes são influenciadas por vínculos familiares e de amizade que contribuem para a continuação da prática ao longo das gerações, pela necessidade de sobrevivência e pela popularização dos negócios das facções, que conformam os(as) praticantes ao aprendizado relativo à confecção. Esse último aspecto pode ser compreendido ainda pela valorização das práticas concernentes às facções terem acontecido pelos(as) próprios(as) praticantes em vista da distância do aparato estatal. Características que emergem da interação das dimensões sociocultural e contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018). Sobre estas orientações, é possível observá-las também na prática do artesanato de barro figurativo do Alto do Moura (Martins, 2019) e no estudo seminal de Keith Hart (1973) sobre emprego, rendimento e igualdade no Kenya.

No que diz respeito às experiências de vida de outros(as) praticantes, o que orientou a inserção na prática de costura foi o desejo de sair de situações de trabalho que, para os(as) praticantes, eram desagradáveis, como trabalho doméstico, agricultura e em outras fábricas, fabricos e facções, caso das praticantes Patrícia, Luna, Bárbara, Ana e Beatriz. Sobre isso a praticante Patrícia expõe o seguinte:

Eu quis trabalhar pra mim porque queria ficar perto do meu filho principalmente, e que trabalhar pros outros é assim, às vezes é descompensatório, muito estressante, entendesse? Como é que eu posso dizer... tem coisas boas de você trabalhar numa empresa, mas eu optei por trabalhar pra mim em questão de juízo mesmo porque trabalhar pros outros é onde tem pessoas muito soberba, gosta de tá humilhando, botando pra trás, essas coisas aí não dá certo não.

Para estas outras(os) praticantes, a prática de costura foi visualizada como alternativa de não submissão direta a outrem, posto que a prática pode ser exercida de forma individual ou coletiva, em espaço doméstico próprio ou de familiares e amigos, com poucas ou muitas máquinas, podendo estas serem alugadas, emprestadas ou próprias. Dada essas possibilidades para o desempenho da prática de costura, a praticante Marta e o praticante João sinalizaram outra orientação em suas trajetórias: a vontade de serem dona(o) do próprio negócio e, com isso, possuírem flexibilidade de tempo e maiores chances de aumentar a renda, expressado nos seguintes trechos:

Pra deixar de trabalhar pro povo. Ter meu próprio negocinho.

Eu decidi montar a facção pelo fato de que ser dono do próprio negócio torna-se um pouco mais rentável e você tem um pouco de liberdade com o seu tempo.

A respeito desta orientação, foi percebido que assim como na situação anterior, esta também é uma forma de fugir da submissão direta a outrem, e com isso, ter a possibilidade de evitar sofrer situações de desigualdade de renda e jornada de trabalho intensas, ainda que se recaia na mesma dinâmica, posto que, fatores endógenos e exógenos referentes a confecção, permanecem configurando a informalidade na região. Sobre as orientações comentadas, compreendeu-se que se assemelham aos achados de Graebin (2020) no que diz respeito a uma forma de reagir a relações de poder de sujeitos com maior força. Apesar disso, este estudo diverge de Graebin (2020) quando o referido estudo afirma que as costureiras não se atentam para a sobrecarga e precariedade de seus trabalhos, posto que, isso acontece, porém os vínculos paternalistas informados pela dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (2018) são difíceis de serem modificados.

Logo, no que tange à continuação dos(as) praticantes na costura, é interessante observar que algumas das orientações anteriores permanecem, no entanto, sobrepostas a outros aspectos da dinâmica social na qual estão inseridas(os). Para as praticantes gestantes e/ou com filhos(as) pequenos(as), a orientação continua estando relacionada à maternidade, à conciliação com atividades domésticas e à possibilidade de trabalhar em espaço próprio. Uma vez que a gravidez é vista como um impeditivo para a admissão, a continuação da prática se dá pela necessidade rápida de sobrevivência e pela popularização e valorização dos negócios da

confeção, que fez com que as(os) praticantes continuassem a exercer a prática de costura sob condições paternalistas. Sobre isso, a praticante Eduarda e Carol relatam o seguinte:

Sim, se Deus quiser [continuar trabalhando com a costura]. Senão der em casa, vai ser fora. E eu já tava pensando nisso, mas eu engravidei agora, aí ninguém vai me querer grávida. Mas se não der certo em casa, do jeito que tá o preço das coisas, eu vou correr pra fora, pra costurar também.

Por mim, sim [sobre continuar com a facção de costura]. Meu namorado queria que eu trabalhasse com vendas. Tipo aqui nesse espaço que é de costurar, fazer coisas pra vendas já por conta do menino, porque ia demandar menos de mim no serviço e eu ia poder dar mais atenção pra ele [filho]. Mas realmente eu gosto de costurar. Se eu abrisse qualquer coisinha aqui, eu continuaria costurando.

Observa-se que os cuidados com os(as) filhos(as) é naturalizado como responsabilidade apenas das mulheres, que por não contarem com outra forma de apoio e não terem tido a oportunidade de aprender sobre outras práticas de trabalho, dedicam-se à costura como possibilidade de alguma autonomia financeira e de conciliação com uma tarefa social não dialogada.

Sob os aspectos anteriores, é importante ressaltar que a não reflexão de relações patriarcais, a não oportunização de outras práticas de trabalho, a popularização e valorização da prática, aspectos pertinentes a dimensão sociocultural e contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), além do longo tempo de exercício, fazem com que os(as) praticantes muitas vezes disfarcem, de maneira irracional o desejo de permanência na costura sob a afirmação de “gostarem” da prática. Apesar disso, também foi possível perceber praticantes que afirmaram “não gostarem” e ainda assim permanecerem exercendo a prática, posto que, dentre as orientações que as conduziam estava a complementação da renda.

Na experiência das praticantes Luna, Beatriz, Ana, Margarida, Magda e Isis, compreendeu-se que, em certa medida, o “desgosto” pela prática de costura reside no reconhecimento das desigualdades advindas de elementos comunicados pelas dimensões jurídico-institucional, como a temporariedade do exercício da prática, e socioeconômica, como baixa remuneração e alto preço dos equipamentos, e com isso, o interesse por reduzirem ou pararem de fazê-la, como visto no seguinte trecho da praticante Isis:

Eu não vou mentir a você não. Principalmente depois dessa pandemia eu mesma desgostei muito, muito mesmo. Porque é feito eu disse, a gente compra as coisas tão caro com tanto sacrifício, trabalha tanto pra comprar [máquinas], no tempo que afraça a gente tem que se desfazer daquelas coisas pra sustentar no período que tá ruim.

Acerca desta narrativa, entendeu-se que a situação de pandemia e o período de sazonalidade foram os elementos que despertaram o “desgosto” da praticante, situação semelhante a Luna, que reduziu a prática dada à venda no período pandêmico de algumas de suas máquinas. No entanto, para outras praticantes como Magda e Ana, as mudanças da prática, adesão a produção por “modinha”, pandemia, e o longo tempo de exercício foram os elementos que despertaram para a redução do trabalho, representado na seguinte fala de Ana:

Eu não tenho essas vontades muita de prosseguir mais o que eu fiz antes não. Porque o tempo mesmo já tá afacando, e assim, não era como antigamente, mudou. Aí também tô só com essa menina [cliente], a minha idade também [71 anos] não dá pra tá puxando com trabalho, com essas coisas, sabe?! Só um pouquinho, só pra entreter a vida.

A partir das observações de campo, notou-se que tanto para Ana quanto Magda, a redução da prática de costura foi possibilitada pelo ganho de outra renda, a aposentadoria. Além disso, foi possível perceber que esta orientação foi acompanhada pelas questões relativas à maternidade não mais influenciarem suas inteligibilidades. Compreendeu-se que isso acontece, por exemplo, quando os(as) filhos(as) encontram-se na fase adulta, residindo muitas vezes em outros espaços e, portanto, não representando mais a necessidade de “criá-los”. A partir disso e mediante o recebimento da aposentadoria ou outra fonte de renda, como a venda de comida na situação de Luna, a redução da participação na prática foi possível. A partir disso, entendeu-se que estes resultados se diferem de Martins (2019) no que tange a necessidade de motivação ou paixão para o exercício da prática de artesanato, comparadas neste estudo com o “gosto” pela prática de costura. Isso porque as inteligibilidades que fomentam a prática de costura estão ligadas a necessidades básicas dos núcleos familiares.

Ainda sobre a redução da prática de costura, é importante dizer que em alguns casos como das(os) praticantes Margarida, Mônica, Rosa e Vitor, cuja maternidade e paternidade não as(o) orienta de maneira exclusiva, ela não acontece por elas e ele não contam com outra fonte de renda. Além disso, não consideram a prática

desagradável ou ruim pois as dimensões sociocultural e contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018) contribuem para a valorização da prática enquanto identidade pessoal e profissional. Situação que favorece o discurso irrefletido do “gosto” pela prática comentado anteriormente.

Acerca da formação da identidade dos(as) praticantes, este estudo corrobora com Gomes, Junior e Costa (2019) e Noronha (2003) por entender que a identificação com a prática se configura como um modo de resistência a invisibilidade social que práticas e trabalhos informais carregam por serem interpretados muitas vezes como ilegais e/ou injustos, uma vez que, não são reconhecidos e auxiliados por órgãos oficiais como prefeituras e sindicatos. Foi possível perceber ainda que a construção da identidade pessoal e profissional com a prática é atravessada por um senso moral, que orienta a inserção na prática desde cedo e que conduz em posterior a (re)produção da prática sob as mesmas condições. A seguir, o trecho de João e Tulipa expressam o comentado:

Eu comecei com 11 anos de idade e hoje a gente sabe que existem leis que não permite isso, mas hoje eu dou graças a Deus por ter começado cedo porque isso me tirou das ruas. Eu era um filho um pouco rebelde, vamos dizer assim. Eu diria que se não existisse essas oportunidades, a sociedade em si, hoje, seria um pouco mais violenta porque a gente sabe que os fabrico, facções, eles agrega muito essas pessoas que se não tiver algo pra ocupar a mente, terminam ocupando a mente com coisas negativas.

É importante sim [o trabalho] porque ali tá também seu ego né?! Porque você monta uma coisa aí você vê que tá bonita, tá bem feita, então você vai receber elogios, então isso preenche seu ego, isso mostra que você é uma boa profissional. Então isso vai fazer você pegar mais gosto pelo o que você faz e fazer cada vez melhor.

Na fala da praticante percebe-se que a prática de costura enquanto forma de trabalho adquire sentido quando possibilita reconhecimento social. Sobre isso, foi notado, a partir das observações em caderno de campo, que outros(as) praticantes entrevistados(as) também demonstraram sentirem-se reconhecidos(as) em conceder informações sobre suas práticas de trabalho, expressado na atenção que os(as) praticantes tiveram em detalhar, exemplificar e mostrar aspectos do seu dia a dia de trabalho.

Ainda sobre o parágrafo anterior, compreendeu-se que a moral estabelecida na prática de costura constitui e naturaliza a (re)produção da prática sob condições

precárias e desiguais. Elemento subjetivo que emerge principalmente da inter-relação das dimensões contextual e sociocultural da informalidade multidimensional (2018). Dado que, a prática toma forma na medida em que emana de um discurso existente e dos significados a ele articulados (Schatzki, 2001). Aspecto semelhante aos achados de Martins (2019) quando coloca a moral como condição necessária para a vida dos indivíduos em comunidade. Por outro lado, o autor observa que a presença de valores morais em torno da prática do barro figurativo reduz relações de autoridade e subserviência. Aspecto divergente deste estudo que identifica relações de autoridade e subserviência nas desigualdades e resistências.

No que tange à desigualdade, entendeu-se que são expressadas na prática de costura principalmente por meio das dimensões socioeconômica e sociocultural, informados na organização do processo produtivo e nos vínculos sociais, que se utiliza da extenuação da força de trabalho, repetitividade e longas jornadas de trabalho. Esta última, disfarçada nas experiências dos(as) praticantes por meio do chamado “cerão”, termo local que corresponde a três horas a mais de trabalho, que em períodos de alta demanda se dá de maneira excessiva e quase obrigatória, uma vez que, para não romper os laços que sustentam a prática, os(as) praticantes aceitam, ainda que sem vontade trabalhar mais horas por dia.

Na experiência dos praticantes Marcos e João, a orientação a partir da moral sustenta outra: o desejo por auferirem maiores rendimentos, ainda que, em certa medida, os(as) praticantes reconheçam as dificuldades de se trabalhar com a prática de costura, expresso pelos praticantes acima da seguinte forma:

A gente [ele e esposa] iniciou com facção própria pra poder ter um pouco mais de renda e também um pouco mais de liberdade com o nosso tempo;

Eu decidi montar a facção pelo fato de que ser dono do próprio negócio torna-se algo um pouco mais rentável e você tem um pouco mais de liberdade com o seu tempo. Eu pretendo trabalhar com facção até onde a gente conseguir, e a gente sabe que é uma área um pouco complicada, tem facção que consegue trabalhar de segunda a sexta, mas às vezes tem facção que tem que trabalhar um pouco do sábado também, mas não é uma área ruim de você trabalhar se você conseguir administrar com cuidado e zelo”.

No caso dos praticantes acima, e assim como outros(as), a aproximação de suas facções ao padrão formal e a posição que estes ocupam no negócio (donos e gerentes), articulada por discursos modernos presentes na região, são elementos que

ajudam a sustentar a orientação por maiores rendimentos. É importante lembrar aqui que segundo Noronha (2003) os tipos de trabalhos informais estão baseados na relação de dependência ou subordinação entre as pessoas do grupo, observadas nesta pesquisa pela posição que os(as) praticantes exercem nas facções, o que por sua vez direciona acordos e noções de trabalho justas ou injustas.

Sobre estes aspectos que compõe a orientação inteligível de rendimentos, notou-se que estão ligadas às dimensões sociocultural e contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), pois os praticantes foram inseridos por familiares e amigos em circunstâncias em que os negócios das facções de confecção foi o que “vingou” como atividade rentável; as atividades foram popularizadas com as feiras de rua, e com isso, naturalizou-se trabalhar com facção desde cedo; e à moral, pois ser dono(a) do próprio negócio representa *status* social.

A partir das orientações que compõem a(s) inteligibilidade(s) da prática de costura, tecida(s) acima, é possível perceber algumas das pistas que movem a “estrutura teleoafetiva” dos(as) praticantes. É importante resgatar que por “estrutura teleoafetiva” entende-se, segundo Schatzki (2001; 2003), a combinação de estados mentais, teleologia e afetividade. Ou seja, é a maneira como alguém procederá para atingir objetivos ou fins, associada às suas crenças, esperanças, expectativas, emoções e humores, que quando expressadas no comportamento corroboram para sustentar a existência da(s) prática(s).

Como sugerido nos parágrafos anteriores, o principal fim buscado pelos(as) praticantes, que constitui a estrutura teleológica da prática de costura, é a obtenção de renda para o subsídio de necessidades próprias e familiares. Sobre esse objetivo, foi percebido que é acompanhado da afetividade quando os(as) praticantes demonstraram esperança em suprir não só as necessidades próprias e familiares, como também atingir melhores condições de vida. Por essa razão, compreendeu-se que os(as) praticantes estabelecem laços para o exercício da prática, em um primeiro momento, com familiares, e posteriormente ou em concomitância com vizinhos e amigos.

A narrativa da praticante Isis ajuda a exemplificar essa questão. Depois de aprender a prática com a vizinha, se juntou com a mãe e a avó para atingir os fins comentados. Após a desistência da mãe, a praticante relatou que a avó adquiriu as máquinas da filha e doou para a neta (Isis), com o intuito de continuarem a prática. Com o falecimento da avó e o casamento com o esposo, a praticante relatou que

ensinou a prática de costura ao esposo para que a renda continuasse “dentro de casa”, como se observa no seguinte trecho:

O que a gente ganha [praticante e o esposo] é tudo pra dentro de casa. Se é pra arrumar uma casa, se é pra comprar um móvel, se é pra ajeitar uma moto, se é pra ajeitar uma máquina, tudo é relacionado pra dentro de casa. Então o que a gente pega [ganha], não tem essa de dizer assim “esse dinheiro é meu. Não”. Se a gente ganhar quinhentos, é quinhentos pra dentro de casa”.

Sobre essa narrativa, notou-se que ela é comum nas trajetórias dos(as) praticantes entrevistados(as), especialmente entre as mulheres da mesma família, e indica que a obtenção de renda com a prática de costura ainda atua como meio de manutenção de um lugar simbólico para as mulheres, o espaço doméstico e de cuidados. Acerca disso, percebeu-se que a prática de costura é configurada por questões patriarcais relativas ao gênero, engendradas através dos vínculos familiares e de amizade, que conformam as praticantes neste lugar simbólico, a casa. Características que se assemelham aos achados de Graebin (2020) quando diz que as costureiras das facções domésticas localizadas em Sarandi, Paraná, agiam em termos de prática e discurso performando o padrão heteronormativo.

No que concerne à elaboração dos vínculos, observou-se que, apesar dos(as) praticantes preferirem tecer vínculos de trabalho com familiares no intuito da renda obtida ficar “dentro de casa” como visto anteriormente, estes podem acontecer com diferentes pessoas como: amigos, vizinhos, desconhecidos, ou até não acontecer, caso dos(as) praticantes que atuam sozinhos(as); e ainda, acontecer com mais de um dos grupos mencionados em um mesmo ou diferentes momentos. Com relação a isso, compreendeu-se que para alcançar um dos fins principais que constituem a estrutura teleológica – obtenção de renda – e que nos negócios das facções se dá por produtividade, característica que confere emergência a prática, o formato das relações é (re)feito de modos diversos entre os(as) praticantes. Esta situação pode ser visualizada na experiência da praticante Carol, quando relata sobre a sua inserção na prática:

Aqui foi família e vizinhos. Tem a vizinha da frente que trabalhou aqui desde novinha. Acho que uns 15, 16 anos. Aí trabalhou uma prima minha, trabalhou outra vizinha do lado com o irmão. Geralmente a gente, como era uma casa, que era dentro de casa, aí preferia colocar gente que fosse conhecida e de casa, de fora nunca trabalhou não.

Assim como na narrativa anterior, apesar de envolver outros vínculos que não apenas familiares, o principal fim que constitui a estrutura teleológica da prática continua sendo a obtenção de renda para subsídio próprio, de familiares, e no caso, também de vizinhos. A afetividade também permanece na expectativa dos praticantes em atingir melhores condições de vida. Estes elementos acompanham a praticante Carol em momentos posteriores, quando comenta que depois que a facção da família acabou, chegou a trabalhar com uma amiga, depois casou, parou de exercer a prática durante certo tempo e após o nascimento do primeiro filho, voltou a exercer a prática sozinha. Assim, é possível perceber que mesmo que os vínculos sejam (re)feitos sob outros formatos, a orientação teleológica e afetiva se mantém conformando, principalmente as mulheres, no espaço simbólico discutido anteriormente a partir da dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

Ainda com relação aos vínculos da estrutura teleológica e afetiva, observou-se que ao se tratar dos(as) praticantes não familiares, os vínculos são melhor sustentados quando os(as) praticantes desejam, por meio da experiência e da renda em dada facção, adquirir os meios e o aperfeiçoamento da prática para exercê-la de modo independente, como exemplificado pelas praticantes Eduarda e Magda ao comentarem sobre as praticantes que trabalharam com elas:

O sonho que eu tinha antes que era trabalhando fora de conseguir minhas máquinas, é o sonho que elas tinham e tem ainda né. Só que hoje tá muito complicado porque as máquinas tá muito caro.

Aqui tinha assim, de colocar também, trabalhar com facção. Aí depois quando elas saíram daqui, elas já foram trabalhar pra elas mermo já.

Sobre isso, compreendeu-se que a estrutura teleológica comentada antes é alcançada, muitas vezes, quando os(as) praticantes partilham de projetos semelhantes: montar a própria facção, subsidiar as necessidades próprias e familiares etc. Estes por sua vez acompanham outro elemento da afetividade: o sentimento de ajuda ou troca de favores que permeia as relações de trabalho das facções, novamente, aspecto da dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018). Acerca deste elemento da afetividade, percebeu-se em muitos casos, que atua como justificativa para a permanência dos(as) praticantes funcionários nas devidas facções. Isso porque a necessidade de renda, partilhas de

sonhos semelhantes e a posições que ocupam, entre outros fatores, desperta-nos um entendimento de ajuda que os(as) praticantes promovem como sentimento de gratidão. Para Noronha (2003 p. 121) esses acordos são aceitos por “misturarem noções de necessidade pessoal, eficiência, ética pessoais, familiares, de justiça, valores, normas e hábitos socialmente definidos”.

A partir disso, percebeu-se que a estrutura teleológica e afetiva, nestes casos, corrobora para a informalidade da prática e sua (re)produção quando estabelecem dinâmicas de poder que são disfarçadas por meio dos vínculos de amizade e paternalismo na organização da prática, visualizado no seguinte trecho do praticante Vitor:

Com certeza houve mudança [na maneira de organizar a prática]. Por exemplo, funcionário. Pra aumentar a produção. Tem pessoas que gosta de pregar bolso, outra parte gosta de fazer glitter, fazer a parte da frente e outra gosta de fazer a parte de trás da calça. Aí a gente coloca aquela parte que a pessoa gosta mais, assim a produção aumenta mais.

Notou-se aqui que o praticante Vitor, movido pela expectativa (afetividade) de aumentar a produção, organiza os(as) praticantes a partir daquilo que ‘gostam’ de fazer, mantendo assim, a relação de amizade, paternalismo e de poder, configuração da dimensão sociocultural da informalidade. É importante destacar que assim como em momento anterior, o entendimento de ‘gosto’ pela prática é questionado.

Em contrapartida ao que foi comentado nos parágrafos anteriores, observou-se também que a busca por montar a própria facção, que se efetiva para alguns, nada mais é do que uma tentativa de se distanciar de relações de amizade e paternalistas no contexto de trabalho, e com isso, de sair de relações de ajuda/trocas de favores/poder, além da possibilidade de auferir maiores rendimentos. Sobre essas relações, é importante dizer que por vezes não se dão de maneira óbvia para os(as) praticantes, como aponta a fala da praticante Beatriz:

Eu tive que aprender a trabalhar com outras pessoas né, pessoas de fora, mas a mercadoria, produzir, não. Só conviver com outras pessoas, que você trabalhar com família é uma coisa e trabalhar com outras pessoas é outra né?!.

Acerca desse trecho e a partir do que já foi dito, compreendeu-se que, de certa forma, a praticante reconhece que a dificuldade de se trabalhar com pessoas ‘de fora’

existe em função dos conflitos que surgem, e que aparentam ser mais latentes com estes, cujo laço tem certa distância se comparado ao familiar. Posto isso, entendeu-se que estes conflitos se dão por causa de situações de poder e que, em alguns casos, são resistidas com o pouco empenho dos(as) praticantes na consecução da prática e pela desistência por trabalhar em grupo, como demonstrado pela praticante Bárbara:

Já trabalhei com mais gente. Hoje eu trabalho em casa, sozinha eu acho melhor. Porque um se escorava no outro, entendesse?! Aí eu achei melhor parar. Eu sozinha tá melhor.

Essa situação também se apresenta na experiência de Mônica quando comenta sobre a ausência de praticantes funcionários:

Assim, por conta das peças que são baratas e também assim, tem muitos que se acomoda, não quer trabalhar mas no dia quer receber o dinheiro né. E a gente às vezes trabalhava eu e ele [esposo], a gente fazia cerão já pra adiantar a mercadoria, aí a gente viu que não tava dando [financeiramente], aí foram saindo, foram pedindo e agente foi deixando. Aí ficou só eu e ele mermo.

Sobre estas falas compreendeu-se que o ato das praticantes funcionárias de se ‘escorar’ e ‘acomodar’, pode ser lido como um modo de resistir ao baixo preço das peças, a extenuação da força de trabalho, longas jornadas de trabalho e repetitividade da prática, elementos que compõe a dimensão socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018). A inclinação da praticante Bárbara por romper os vínculos com os(as) praticantes funcionários(as) é facilitada pela distância nos laços da relação.

Outra dimensão dos vínculos que corrobora para o alcance da estrutura teológica e afetiva aqui já discutidos e para a (re)produção da prática enquanto dimensão sociocultural, é a relação dos(as) praticantes de costura com os(as) donos(as) das peças. Nos negócios das facções de confecção é esta relação que dá início à prática, e assim como na relação entre praticantes, também é estabelecida a partir de laços de amizade, paternalismo e naturalização.

A partir das informações de campo, foi possível perceber que dada a configuração destes vínculos sob os aspectos já mencionados, o principal fim que constitui a estrutura teleológica da prática – obtenção de renda – ocorre também por meio do sentimento de ajuda ou troca de favores comunicados pela afetividade, o que

acompanha, por sua vez, dinâmicas de poder. Sobre esta última, notou-se que é assentada por meio de uma inscrição hierárquica não explícita, a partir daquele(a) que demanda a prática de costura e que também é aquele(a) que detém o dinheiro na relação.

Essa situação mantém a dimensão jurídico-institucional da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), uma vez que, por conta dos laços de amizade, parentesco e naturalização, o registro da relação de trabalho é dispensado; e, devido a prática acontecer em sua grande maioria no espaço doméstico, o registro do negócio também é entendido como desnecessário. Apesar disso e a partir de Noronha (2003) entendeu-se que as condições citadas produzem um efeito simbólico e ilusório de “igualdade contratual” posto que na dinâmica das facções antes do(a) praticante torna-se dono(a) do negócio, há de se passar pela experiência enquanto funcionário(a) sob condições parecidas. Circunstância esta que previne as partes de situações futuras de processos jurídicos.

A respeito desta dinâmica, a praticante Letícia e Margarida comentam:

Não tem contrato. Ele [cliente] disponibiliza pra gente, a gente faz. Se ele gostar, fica trazendo [peças] aí assim vai, aí a gente fica fazendo, fazendo direitinho, aí o cliente vem.

A gente pega [as peças] porque as conhecidas da gente já trabalha aí indica a gente, aí eles traz, mas tem poucos clientes. É difícil a gente arrumar uma pessoa que sustente a gente.

Nas palavras destas entrevistadas e de outros(as) praticantes, a relação acontece por indicação e é mantida pela qualidade do trabalho. Apesar dessa crença, ambos os elementos não dão garantias ao(a) praticante de que atingirá o principal fim da estrutura teleológica da prática, ainda que a afetividade se apresente. Nesse sentido, a praticante Beatriz reconhece que a relação entre dono(a) da peça e praticante acontece da seguinte forma:

É você precisar da mercadoria e ele chegar com a mercadoria pra você fazer, e assim, torcer pra ele pagar. É o único jeito, tem outro não [...] Hoje em dia é mais a gente atrás do cliente. Mas de primeiro era eles que vivia atrás da gente, porque eles fabricavam muito, vendia muito, a demanda era muito grande. Já hoje caiu muito!.

No que tange a esta última fala, foi percebido que tem se tornado cada vez mais comum os(as) praticantes tomarem a iniciativa de ir em busca do cliente. Ao contrário do que foi dito pela praticante Beatriz, foi percebido que este movimento tem ocorrido em vista da produção da cadeia de confecção ainda sentir os efeitos da pandemia de COVID-19, bem como, pelo grande número de facções de costura. Estas condições contribuem para que dinâmicas de poder sejam elaboradas por meio da interrelação das dimensões sociocultural e socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), percebidos, em alguns casos, quando o(a) praticante se dedica a manter uma boa relação com poucos(as) donos(as) de peças, na expectativa (afetividade) de conseguir desempenhar a prática com qualidade, no tempo estimado, e com isso, garantir a fidelidade de pagamento desejada, alcançando assim, o fim almejado na estrutura teleológica.

A partir do que foi discorrido no parágrafo anterior, observou-se também que em certa medida os(as) praticantes reconhecem as dinâmicas de poder desta relação, mas que, dada a naturalização no contexto, corroboram para a (re)produção da informalidade da prática. Isso fica evidente no seguinte trecho da praticante Rosa:

Nesse tempo que a gente tá vivendo hoje não é o tempo de antes. As pessoas hoje por direito, as pessoas trabalham muito elas tem todo direito de exigir mais e as pessoas tão exigente hoje. Antes a pessoa costurava, eu fazia até costurinha assim que é de duas agulhas eu fazia na reta e as pessoas aceitavam, mas hoje as pessoas tão exigente porque tudo mudou. As pessoas também trabalha muito e elas tem todo direito de exigir as coisinhas bem feitinha, até porque se fosse pra gente, se amanhã fosse trabalhar pra mim, eu também ia exigir que a minha costureira fizesse as coisa certinha.

Nesta fala, entendeu-se que, ainda que a praticante suavize a postura exigente dos(as) donos(as) de peças, e isso devido ao posicionamento hierárquico não explícito que estes adquirem na relação, ela também admite que isso tem influenciado na maneira como desempenha a prática. No entanto, quando se posiciona no lugar do(a) dono(a) das peças, a praticante afirma ter a intenção de agir de forma semelhante, reproduzindo a mesma dinâmica. Acerca desta alternância de posição, compreendeu-se com base em Noronha (2003) que é um dos elementos que contribui para a continuidade de acordos informais, que se deve a um entendimento compartilhado de uma certa igualdade por aqueles(as) que se encontram em situação de semelhança.

Por outro lado, também foram percebidas situações em que os(as) praticantes, após sentirem-se (afetividade) em condições impostas de trabalho, reconheceram e romperam com a relação, buscando em outras relações alcançar aqueles fins que constituem a estrutura teológica da prática. Sobre isso, relembra-se a seguinte nota de campo, quando a pesquisadora deste trabalho presenciou uma discussão entre uma praticante e um dono de peças:

Na situação, a praticante se recusava a receber a demanda de peças do cliente por não conseguir entregar na data pretendida por ele, uma vez que ela já havia se comprometido com as demandas de outros(as) donos(as) de peças. A discussão continuou com o dono de peças em questão, reclamando da costura de uma determinada peça que chegou a 'estourar' depois da lavagem e a praticante argumentando sobre a qualidade do trabalho da sua facção. Após perceber que a praticante não iria ceder a sua intenção, o dono de peças se retirou do local.

É importante dizer que nesta situação a resistência da praticante foi possível porque a sua facção se aproxima do padrão formal de produção, pois conta com maior número de clientes, máquinas e praticantes funcionárias, o que posiciona a praticante em questão como praticante e gestora. Isso indica que as possibilidades de resistência na prática dependem da posição ocupada na estrutura da facção. Além da posição como gestora, as questões relativas à maternidade são importantes de serem mencionadas porque ora podem fomentar a situação de resistência e ora podem servir para a aceitação de situações desiguais.

Acerca das dinâmicas relacionais que comunicam e mantêm aspectos da informalidade multidimensional vistos acima, compreendeu-se que o desempenho da prática de costura é composto por regras que os(as) praticantes estabelecem com base em experiências de desigualdade e resistências vividos por eles e elas nos espaços das facções. Sobre as regras, relembra-se que são formulações das quais os(as) praticantes estão cientes e que ensinam ações particulares (Schatzki, 2001).

Dentre as regras relacionadas à prática de costura, observou-se que 'a qualidade da costura' é a mais comum entre os(as) praticantes. No que diz respeito a esta regra, entendeu-se que envolve unir frente e verso da peça; utilizar a cor de linha da preferência do(a) dono(a) da peça; a parte visível da costura deve estar em linha reta ou seguir o contorno de parte da peça, exemplo do bolso e berguilha; o tamanho da perfuração da agulha deve estar de acordo com o desejado pelo dono(a) da peça. Em relação a esta regra, observou-se que, como ilustrado anteriormente, seu

cumprimento consiste em não deixar a peça ‘estourar’ na etapa de lavagem. Ou seja, a costura das partes da peça não deve ser desfeita após o processo mecânico de lavagem. Além desta consideração, notou-se que a costura visível deve estar ‘apresentável’ ao consumidor(a) final.

No que concerne ao primeiro caso, é importante dizer que quando a peça ‘estoura’, os(as) donos(as) das peças muitas vezes exigem que os(as) praticantes paguem o valor equivalente ao preço de venda da peça ‘estourada’. Essa situação gera tensão entre os(as) praticantes, pois em alguns casos, há o receio ou o rompimento de fato da relação de trabalho. Associada a esta regra os(as) praticantes comentaram que a rapidez, habilidade, atenção e produtividade são indispensáveis para o desempenho da prática com qualidade. Nesse sentido, o praticante Marcos diz que na sua facção:

uma das regras que a gente exige bastante é não tá conversando tanto porque conversa na hora do trabalho tira muito a atenção, atrapalha a produção e atrapalha a qualidade da mercadoria.

Logo, entendeu-se que os elementos citados, bem como o ‘não conversar durante o trabalho’ são estabelecidos a fim de corresponder não só à qualidade da costura e à necessidade por renda, percebidos aqui como uma forma de resistência à desigualdade hierárquica da relação. Estes elementos também desencadeiam a (re)produção da informalidade da prática sob condições precárias quando estabelecem uma dinâmica de produção baseada no prazo determinado pelo dono(a) das peças, e por sua vez aos dias de funcionamento da feira da cidade e região, aspectos da inter relação das dimensões sociocultural, contextual e socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

Apesar dos elementos citados fazerem referência a uma dinâmica local, condições impróprias de trabalho são vistas em outras localidades como apresentado por Gomes, Junior e Costa (2019) sobre os camelôs da Zona Franca de Manaus. Para os autores, os protagonistas do estudo oscilam entre trabalhar sob sol, chuva, sem segurança e aposentadoria ao mesmo tempo que utilizam estas condições como oportunidade para a obtenção de renda. Logo, o que se observa é o fomento à visão dicotômica, que não faz jus à realidade quando limita o entendimento de trabalho formal ao de restrição de liberdade e o de trabalho informal como sinônimo de autonomia (Gomes, Junior e Costa, 2019).

Ainda no que concerne às regras, é interessante notar que no caso dos(as) praticantes que atuam juntos(as) em uma facção, esta só é efetiva na promoção de resistência se houver o cumprimento em conjunto. Nesse sentido, a praticante Isis relatou a seguinte situação de conflito com uma das praticantes funcionárias de sua facção:

Eu tinha uma costureira aqui que eu falei mil vez a questão do celular. Mas não tinha jeito. Ela mexia. Se alguém ligasse ela atendia, e você sabe, hoje em dia trabalho você tem que trabalhar, porque enquanto você tá mexendo ali no celular que sua máquina tá ligada, quem tá perdendo é eu porque tá gastando a minha energia e nem você tá produzindo.

Sobre esta situação, compreendeu-se que a falta de atenção e comprometimento da praticante funcionária impossibilita a consecução da prática de costura com a qualidade esperada, assim como, poderia atrasar a data da entrega das peças e a venda por parte do(a) dono(a) da facção. Em consequência, o não cumprimento dessa regra ameaça a relação de trabalho entre dono(a) das peças e praticante Isis, e por sua vez, com a própria praticante funcionária.

Na experiência da praticante Carol, para que consequências como essas não fossem sentidas pelo dono da facção para quem trabalhou, a praticante relatou que passou pela seguinte situação:

Já aconteceu de eu trabalhar numa fábrica e estourar todas as riatas. Aí eu sozinha tive que consertar todas as riatas. Se o rapaz que colocou as riatas tivesse prestado atenção... mas como só eu [na fábrica] sabia consertar, eu tive que consertar todas as setecentas peças.

Sobre isso, a praticante comentou ainda que para cada uma das setecentas peças, foram costuradas cinco riatas em cada peça, e que por este trabalho, não houve remuneração a mais. Após esse episódio, a praticante informou que prestar atenção tanto na sua prática quanto na de outros(as) praticantes é o que constitui a regra na sua atual facção. Logo, entendeu-se que a situação vivenciada pela praticante diz respeito a uma forma de desigualdade, instituída por uma relação de poder inscrita na identidade hierárquica entre dono da facção e praticante e que não pôde ser resistida no período, mas que ficou incorporada e retornou tempos depois como forma de resistência a partir da regra.

A partir de Schatzki (2006) compreendeu-se que a praticante possuía uma memória prática, ou seja, uma estrutura do passado que persistiu e possibilitou a resistência. A esse resultado entendeu-se que foi praticável pela memória prática ser constituída de uma memória autobiográfica, cognitiva e de habilidade. Isso porque a primeira permitiu que a praticante refletisse sobre seu passado, implicando naquilo que fez e que sofreu. A segunda porque permitiu construir uma linguagem sobre seu passado e os significados atrelados a ele. Já a terceira porque permitiu exercer a ação em momentos posteriores (Schatzki, 2006).

Para outros(as) praticantes, observou-se que a proximidade do vínculo familiar dentro da facção dificulta o estabelecimento de regras, ainda que estes(as) queiram aplicá-las, como comentou a praticante Margarida:

Aqui não tem como não conversar não (risos). Eu sempre quis butar essa regra, mas nunca consegui impedir não. É difícil porque a gente somos o que? Família né?! Mas se caso tivesse outra pessoa, eu ia exigir. Não telefone, não conversar e produção. Porque sem produção não tem como pagar né?!.

Na experiência da praticante, foi possível perceber que por trabalhar com a filha, no espaço doméstico e em contato com outros membros familiares, poucas são as regras definidas, seguidas e/ou penalizadas. Sobre essa ausência, notou-se que está relacionada ao perfil da facção, com poucas máquinas, trabalho familiar, compromisso com apenas um(a) dono(a) de peças. A praticante também apontou que caso a facção adquirisse outro perfil, demandando outros(as) praticantes não familiares, regras seriam definidas. Compreendeu-se que isso se assemelha ao discorrido anteriormente sobre a praticante Isis e à praticante Rosa, que comentou:

Assim, não tem uma regra. Eu não posso especificar uma regra. A gente trabalha aqui em casa, quando a gente trabalha fora, aí é a norma, regra da empresa. Então aqui a gente procura uma melhor forma possível pra tocar. Já quando a gente vai trabalhar pros outros tem uma regra? Tem! Porque assim, eu vou receber meu salário, então eu tenho uma regra a cumprir. E aqui não. Aqui é assim, nós recebe nosso dinheirinho, sabe? Não é um pagamento. O nosso dinheirinho é pouquinho. A gente divide e procura se entender.

Em semelhança à praticante Margarida e como identificado em outras facções, o vínculo familiar e a pouca aproximação com o padrão formal de produção, inibem a postulação de regras. Ainda assim, percebeu-se que para estes(as) praticantes, a

‘qualidade da costura’ continua a ser uma regra executada por eles e elas, uma vez que está relacionada com a manutenção da relação com o(a) dono(a) de peças e com os fins teleoafetivos. Logo, notou-se que as regras comunicam aspectos das dimensões sociocultural da informalidade multidimensional, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento dos vínculos; contextual, no que diz respeito a influência das feiras na prática das facções e socioeconômica, no que tange a organização do trabalho com a intenção de obter renda (Almeida Pereira, 2018). E que dada a forma como são elaboradas, podem (re)produzir desigualdades e resistências como também a manutenção da informalidade da prática.

A realização da prática de costura envolve também vínculos entre praticantes e os arranjos materiais do contexto, que neste caso são: máquinas interlock, overlock, reta, duas agulhas, traveto, cóis e caseado, além de linhas, tesouras, agulhas, chave de fenda, ferro e compressor. É importante dizer que dada a fragmentação do trabalho das facções, os(as) praticantes podem exercer a prática com poucos ou muitos arranjos materiais, aspecto que confere diferentes formatos de facções de costura.

No período em campo, observou-se que os(as) praticantes reconheceram como facções de costura aquelas unidades que continham as máquinas interlock, overlock, reta e de duas agulhas. Já para aquelas unidades que continham as máquinas de cóis, traveto e caseado, foram identificadas pelos(as) praticantes como facções de acabamento. Apesar disso, foi possível perceber que o tipo de costura proporcionada pelas últimas três máquinas pode ser desempenhado pelas máquinas citadas anteriormente, e que o surgimento das três consiste em agilizar a produção.

Acerca da consecução da prática por meio dos arranjos materiais os(as) praticantes explicaram que a máquina interlock é uma das mais atuais e indispensáveis ao trabalho nas facções de costura. Contudo, é preciso cuidado e atenção ao utilizá-la, como explicou a praticante Carol:

A interlock é duas costura em uma. Pra você pegar uma interlock além de ter muita linha pra você aprender a colocar, porque tem que colocar tudo certinho, ela é tipo a lateral da peça que você vai fechar. Se não fechar direito, fica toda torta [a peça]. Tem que tá prestando atenção na costura, se não tá pulando ponto, se não tá feio. A interlock é realmente essencial, e antes não tinha. Antes se passava na overlock e na reta.

Baseado no que foi narrado e em outras informações de campo, percebeu-se que a importância da interlock reside em tornar mais rápida a produção, uma vez que,

corresponde a junção do trabalho das máquinas overlock e reta. No entanto, esta mudança corrobora para adaptar ainda mais o corpo do(a) praticante à máquina, posto que suaviza o cansaço do(a) praticante que outrora se debruçava sobre duas máquinas para desempenhar uma única função. O que também contribuiu para naturalizar o uso da máquina interlock e a dinâmica por produtividade. Sobre essas mudanças nos arranjos materiais, compreendeu-se que está relacionada com a dimensão socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), quando, para organizar o processo produtivo, ajusta, neste caso, objeto e corpo para a consecução da prática. A fim de facilitar o entendimento, destacou-se a seguinte imagem de campo da máquina discutida.

Figura 4 – Máquina interlock



Fonte: arquivo de campo da pesquisadora (2022).

No que diz respeito à máquina interlock, foi possível perceber que a sua utilização depende ainda do uso de cinco carreteis de linha e duas agulhas, componentes que, como apontados pela praticante Carol, tornam o seu manuseio complexo. Apesar disso, quando compreendido, possibilita unir frente e verso da peça de roupa a partir da lateral, tornando viável o produto final na prática da costura. É importante ressaltar que os(as) praticantes demonstraram importância à máquina interlock por ser uma das máquinas ligada de forma direta à prática de costura. No entanto, como é possível observar na imagem, a cadeira destinada como apoio ao corpo da(o) praticante também para o exercício da prática não adquiriu a mesma importância. No que se refere a isso foi possível refletir que este objeto por representar um certo conforto ao praticante e não estar ligado diretamente a prática de costura, não adquiriu relevância. O que sinaliza que os aspectos de precariedade da prática residem em objetos e situações que estão mais distantes do produto final da prática.

Sobre as outras partes da prática de costura, compreendeu-se que são executadas a partir das máquinas de duas agulha e reta. É importante dizer que estas nomenclaturas foram atribuídas pelo(as) praticantes a partir de uma característica da máquina. Como o próprio nome sugere, a primeira compreende uma máquina que possui duas agulhas e dois carreteis de linhas. É interessante mencionar que as duas

agulhas possuem uma estrutura que as conecta na parte superior, transformando-as, na verdade, em uma. Segundo o praticante Vitor, a máquina de duas agulhas na sua facção é utilizada com a finalidade de fazer a costura do bolso e fazer o desenho da berguilha. Já a máquina reta, adquire este nome por permitir a costura em sentido retilíneo. Seu manuseio envolve o uso de uma agulha e um carretel de linha. Na facção do referido praticante, esta máquina possui a finalidade de fazer a costura do zíper e “presponto lateral” ou costura encadeada. Para melhor compreensão, imagens das máquinas são apresentadas a seguir.

Figura 5 – Máquina de duas agulhas



Fonte: arquivos de campo da pesquisadora (2022).

Figura 6 - Máquina reta



Fonte: arquivo de campo da pesquisadora (2022).

Nas imagens apresentadas, ambas as máquinas estavam sendo utilizadas para a costura de diferentes modelos de bolso. Sobre isso, é interessante observar a seguinte fala da praticante Patrícia, no que tange à finalidade conseguida por meio da máquina reta:

Olha, eu posso fazer cabecinha, posso fazer abanhada, posso fazer presponto, posso fazer costura de duas agulhas, eu posso fazer praticamente uma peça toda sendo que dá mais trabalho se eu for fazer serviço de duas agulhas, mas aqui eu posso fazer ela toda.

A partir deste trecho e do que foi notado em campo, compreendeu-se que apesar dos(as) praticante especificarem a finalidade desempenhada por meio de cada máquina, estas determinações não podem ser tomadas em definitivo, posto que, como visto, é possível atingir finalidades diversas por meio de máquinas diferentes. Por isso, entendeu-se que a finalidade alcançada por meio das máquinas é estabelecida pelos(as) praticantes de acordo com o número e tipo de máquina disponível na sua facção, bem como, pela demanda no que remete ao tipo de costura.

Entre outros objetos mencionados pelos(as) praticantes estão tesoura, utilizada para cortar excessos de linha; chave de fenda, usada para auxiliar o encaixe e desencaixe de uma agulha ou o ajuste de outras partes da máquina; compressor de ar, empregado para limpar o interior das máquinas e ferro de passar, utilizado para

uniformizar o bolso antes de ser costurado. Apesar do compressor de ar ter sido citado, é importante dizer que nas facções de costura visitadas, este objeto não foi encontrado. Sobre isto, percebeu-se que os(as) praticantes buscam atingir a mesma finalidade por meios improvisados, como relatado pela praticante Isis:

Eu mesmo hoje não tenho compressor, eu limpo mais por cima ou dou um jato com o secador [de cabelo].

Sobre o ferro de passar, o praticante Vitor explica que:

passando o ferro no bolso traseiro ele fica bem quadrado, a pessoa vai só colocar o bolso em cima da peça e pregar, e se não passar ferro tem que dobrar no dedo, dobrar e pregar o bolso. Já demora mais, vai mais tecido e não vai ter aquele padrão, tudo no mesmo tamanho. Se você coloca o molde e passa o ferro, todas ficam iguais.

Acerca desta explicação, assim como visto com a máquina interlock, compreendeu-se que constitui mais uma forma de agilizar a produção, nos termos dos(as) praticantes “dar produtividade”, e que continua a adaptar objeto e corpo do(a) praticante para a consecução da prática, aspecto comunicado pela dimensão socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

Nas experiências das(o) praticantes Carol, Isis e João, observou-se que os improvisos e adaptações nos objetos constituem uma maneira de resistência à sobrevivência. Sobre isso, as(o) praticantes relataram que para acompanhar a tendência de mudança nos tecidos, e com isso, continuar desempenhando a prática de costura, passaram a alterar a numeração das agulhas. Alteração também comentada pelas(os) praticantes para a costura de máscaras no período pandêmico.

Acerca deste período, notou-se que para alguns praticantes, a forma de resistência compreendeu em vender as máquinas e auferir rendimentos. Para outros, em não às vender, pois como comentado pela praticante Magda, adquirir esses objetos após vendê-los pode se tornar mais difícil, uma vez que os preços tendem a aumentar. Para outros(as), a alternativa foi continuar com as máquinas e desempenhar a prática ainda que sob condições incertas.

Outra maneira de resistência relatada pelos(as) praticantes consistiu em aprender através de vídeos no Youtube e/ou com outros(as) praticantes a fazer pequenos consertos nas máquinas quando estas apresentam defeitos, evitando assim pagar um mecânico. Nesse sentido, a praticante Rosa lembrou que “de cada uma

[máquina] é bom ter duas. Porque quem tem duas tem uma (risos)”, se referindo a continuação do exercício da prática de costura quando as máquinas apresentam defeitos e a praticante não consegue consertar sozinha, situação observada no momento em campo com a praticante.

No mais, a praticante Tulipa explicou que:

A gente não só precisa de uma máquina feito antigamente. A gente precisa de uma equipe. Então a minha equipe por mais que não seja ninguém trabalhando comigo, esteja só, mas eu tenho que ter minha equipe de máquinas que é reta, duas agulhas, interlock, pra eu poder montar uma peça e a peça sair adequadamente.

Ainda que a praticante mencione estas máquinas como principais, observou-se que outros objetos comentados acima atuam em conjunto com os demais objetos e praticantes para possibilitar a consecução da prática de costura. Sobre a relação dos(as) praticantes com estes objetos, compreendeu-se que ao possibilitarem a consecução da prática, contribuem também, por meio de adaptações, improvisos e/ou aquisição de mais máquinas, para formas de resistência relativas à desigualdade de classe e de gênero, sofrido por eles e elas nos espaços das facções. Embora essa resistência aconteça e promova certa mudança para o(a) praticante, em sentido coletivo e a longo prazo, ela pouco surte efeito. Logo, conduz os(as) praticantes a realimentarem o ciclo ao fazê-los repetirem as resistências, corroborando para a (re)produção da informalidade da prática.

No intuito de tornar didático a relação entre os elementos que organizam a prática de costura e as dimensões da informalidade multidimensional, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 3 – Intersecção entre prática e informalidade

Elementos da Prática	Entendimentos	Inteligibilidade	Estrutura Teleoafetiva	Regras	Objetos
Dimensões da Informalidade					
Jurídico-institucional (aspectos regulatórios)	Há um consenso coletivo da não necessidade de registros contratuais na região para este tipo de negócio.		Ausência de registro da relação de trabalho e do negócio subsidiam a teologia, obtenção de renda.		
Socioeconômica (organização produtiva)	Entendimentos ligados à organização do processo produtivo: improvisos e adaptações.	Complementação da renda ou desejo por auferir maiores rendimentos.		Rapidez, habilidade, atenção e produtividade.	Objetos adaptados ao corpo.
Sociocultural (vínculos sociais)		Aspectos da trajetória de vida dos(as) praticantes: maternidade, paternidade, inserção por	Afetividade é sustentada por: sentimento de ajuda ou troca de favores, expectativa de auferir maiores rendimentos e	A qualidade das peças comunica a qualidade do trabalho e é influenciada pelos(as) clientes.	

		familiares e amigos(as), facção em espaço doméstico, possibilidade de sair de situações desagradáveis.	alcançar melhores condições de vida para si e para familiares.		
Contexto (aspectos do ambiente)	A organização do processo produtivo está alinhada com o conceito de moda difundido nas feiras locais.	Moral, profissão de interesse na região, não conclusão da educação formal, ser dono(a) do próprio negócio.		Regras baseadas na dinâmica das feiras locais.	Improvisos na utilização dos objetos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4.2 PRÁTICA DE MODELAGEM AUTOMATIZADA

No que diz respeito à prática de modelagem automatizada, compreendeu-se que na região do Agreste esta prática surge como uma reinvenção da prática manual como forma de tornar mais ágil a cadeia produtiva da confecção de roupas, e com isso, manter-se em aderência com a dinâmica produtiva do mercado global. Como explicado anteriormente, segundo Theodore Schatzki (2001; 2003), a prática é composta por ações que são organizadas por elementos da prática ou estados mentais, como entendimentos relativos à prática, inteligibilidade, teleoafetividade, regras e arranjos materiais. Assim, entendeu-se que as ações acessadas que compõem a prática de modelagem automatizada consistem em: medir o tamanho do tecido; utilizar o sistema Audaces para: adicionar as medições da peça de roupa desejada pelo(a) dono(a) e do tecido, construir digitalmente o modelo da peça, encaixar digitalmente o modelo construído ao longo da figura do tecido; e utilizar a impressora Plotter.

Sobre essas ações, foi possível perceber que são acompanhadas por alguns entendimentos como: noções de métricas, noções de informática, noções das versões e ferramentas do sistema Audaces e noções do funcionamento da impressora Plotter. Na experiência da(o) praticante acessada(o), Cláudia e Roberto, estes entendimentos foram possibilitados por vivências em diferentes espaços das facções e por cursos profissionalizantes ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Sobre isto, a(o) praticante expressou que a combinação foi importante para o aprendizado da prática. No entanto, para o praticante Roberto, o aprendizado foi melhor desenvolvido com a experiência do dia a dia, pois, segundo o praticante, o curso que participou ofereceu um conhecimento básico.

A partir de Schatzki (2001; 2003) compreendeu-se que a consecução da prática por meio dos entendimentos é possibilitada por aquilo que faz sentido as(os) praticantes fazerem, denominada de inteligibilidade. Na trajetória de ambos os praticantes, percebeu-se que após desempenharem diferentes práticas em diferentes facções, estes buscaram se inserir na prática de modelagem, dado o espaço para o exercício da criatividade na construção dos moldes e pela possibilidade de exercer a prática de modo individualizado. Além disso, notou-se que o apoio do(a) dono(a) da facção no qual aprenderam a prática fez com que a(o) praticante se sentisse valorizado(a), como expressado pelo praticante Roberto no seguinte trecho:

Então, eu cheguei nessa empresa me senti acolhido, me senti respeitado. Só tinha uma noção de modelagem, mas na própria empresa eu senti que eu cresci, porque existia uma modelista, ela foi e me deu uma capacitação dentro da própria empresa, o básico. Lá existia o sistema Audaces, aí fui pro SENAI, fiz o curso, isso pela própria empresa.

Acerca destas orientações que comunicam a inteligibilidade do praticante, observou-se que estão relacionadas a uma qualificação da prática, que por um lado possibilita ao praticante sua compreensão e consecução como um todo da prática e de modo individual, o que proporciona certa liberdade de exercício e decisão. Por outro lado, corrobora para o aumento da demanda e para situações de extenuação do trabalho, uma vez que a prática automatizada permite acelerar a produção. Aspectos que se referem a organização do processo produtivo, ou melhor, da prática, e que comunicam sobre a dimensão socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018). A respeito desta organização, entendeu-se que está relacionada com os aspectos da dimensão sociocultural da informalidade, posto que, o aprendizado e a consecução da prática foram subsidiados por vínculos sociais, a naturalização da prática, a pessoalização e o paternalismo.

Compreendeu-se ainda que as orientações inteligíveis que movem as ações do praticante Roberto também residiam na vontade de possuir o próprio negócio, e com isso, possuir flexibilidade de tempo e poder de decisão, além da necessidade de criar os filhos. Com base em Almeida Pereira; Almeida Andrade e Silva (2018) as orientações citadas possuem influência no discurso de promoção do empreendedorismo como sinônimo de autonomia, que para as autoras e autor tem como fomentadores os agentes do sistema S (SENAI/SEBRAE), mas que não se observa na realidade em campo.

Para a praticante Claudia, as orientações inteligíveis foram suscitadas após uma situação de desigualdade de gênero e exploração da sua força de trabalho, em que, mesmo de licença maternidade, a praticante foi impelida a continuar exercendo a prática. Ao se recusar a permanecer em tal situação, a praticante foi demitida. Logo, a praticante resistiu a esta situação executando a prática de modelagem automatizada de modo independente. Ainda que neste caso, a praticante tivesse a carteira de trabalho assinada, os direitos previstos em lei não foram assegurados. Achado que corrobora com Noronha (2003) quando afirma que a formalidade/informalidade deve

ser entendida a partir dos pares legalidade/ilegalidade, justo/injusto mas não deve ser tomada como uma aderência conceitual linear.

Nesse sentido, observou-se que as orientações que comunicam a inteligibilidade dos praticantes, ainda que promovam resistência, o fazem contribuindo para a (re)produção da informalidade da prática. Isso porque ao desempenhar a prática de modo independente, a praticante recai em condições semelhantes a de outros(as) praticantes: vínculos familiares, de amizade, pessoalização do trabalho, naturalização (dimensão sociocultural); influência do funcionamento das feiras e períodos festivos na dinâmica de trabalho, produção por “modinha”, pagamento do trabalho por combinação de data (dimensão contextual); organização do processo produtivo com adaptações e improvisos, qualificação tácita da praticante, falta de profissionalização da gestão (dimensão socioeconômica) e ausência de registro do negócio (dimensão jurídico-institucional) (Almeida Pereira, 2018).

Segundo Schatzki (2001), as inteligibilidades dos praticantes são movidas por uma estrutura teleoafetiva, que em outros termos, pode ser entendida como a combinação da teologia e da afetividade. Sobre o fim principal que constitui a estrutura teleológica acessada, compreendeu-se que, assim como os(as) praticantes da costura, consiste em obter renda para o subsídio das necessidades próprias e familiares. Sobre esse objetivo, notou-se que os praticantes o alcançam por meio dos laços de amizade, aspecto da dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), demonstrado no seguinte trecho da praticante Claudia:

Então, aqui eu terceirizo. Todas as pessoas que tu visse, eles vêm buscar risco. Aquela mulher que chegou, ela tem um corte, aí como ela não tem esse sistema Audaces, ela não faz risco. Então ela tem uma parceria comigo. Os cliente dela vem pra mim e eu faço o risco e entrego pra ela.

Acerca desta fala, é importante esclarecer que, como comentado pela praticante, o risco corresponde ao desenho impresso da modelagem em justaposição. Quanto ao vínculo, notou-se que é elaborado dado a prática de modelagem anteceder a prática de corte na cadeia produtiva, e pela praticante do corte não desempenhar também a prática de modelagem. Já no que concerne à afetividade, que também constitui a estrutura teleoafetiva, percebeu-se que há a expectativa de auferir maiores rendimentos com o negócio próprio, de melhores condições de vida e o desejo de não

vivenciar situações de desigualdade ou subalternidade. Assim, os praticantes estabelecem regras para a consecução da prática que visam alcançar fins e afetos discutidos, e estes, por sua vez, envolvem formas de resistir a desigualdade de classe e gênero nas facções de confecção.

Para a praticante Claudia e para o praticante Roberto, as regras relativas à prática de modelagem automatizada consistem principalmente em ter atenção ao adicionar as medidas do tecido do(a) cliente e do molde a ser confeccionado no sistema Audaces. Sobre isso a praticante Claudia justificou dizendo que:

tem que prestar muita atenção porque qualquer falta de atenção ocorre um erro e o erro vai aparecer lá na frente que por sinal é o fim.

A respeito desta fala, entendeu-se que é importante para a(o) praticante cumprir a regra elaborada posto que a prática discutida corresponde à primeira etapa da cadeia produtiva da confecção, logo, a falta de atenção pode desencadear uma sequência de erros nas etapas/práticas posteriores. Esta situação pode ameaçar o vínculo com o(a) cliente e/ou gerar conflito, uma vez que, alguns clientes exigem que o(a) faccionista pague pelo erro acontecido.

Entre outras regras comentadas pelos(as) praticantes estão conhecer as partes da peça de roupa e estar atento(a) às tendências do mercado da moda. Acerca destas regras entendeu-se que são importantes para a consecução da prática, pois os(as) praticantes utilizam de linguagem específica para definir as partes da peça de roupa, linguagem também requerida para a utilização do programa Audaces. Sobre as tendências do mercado da moda, compreendeu-se que são importantes para o desenvolvimento de moldes diferentes, uma vez que, a produção local é influenciada pela produção nacional e global. Aspectos que comunicam a dimensão contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), posto que são elementos considerados na dinâmica produtiva para corresponder ao requerido nas feiras locais.

Como sugerido nos parágrafos anteriores, a consecução da prática envolve a utilização de arranjos materiais como mesa, cadeira, computador, internet, impressora plotter, papel, sistema Audaces e DigFlash. No que concerne ao manuseio, percebeu-se que a mesa é relevante como apoio para o computador, a cadeira como apoio para o(a) praticante, o computador e a internet como meio para operacionalizar o sistema

Audaces e o DigFlash, e o quadro serve como suporte para fotografar a modelagem de papelão quando se deseja o mesmo modelo no formato digital.

Em relação ao sistema usado, os praticantes afirmam que é o mais comum na região e que atende às demandas atuais, e que por isso, continua sendo o sistema utilizado. Os(as) praticantes afirmam ainda que há versões atualizadas, mas que para se ter o acesso, é necessário pagar, por isso, as versões que estes utilizam são as mais simples. Ainda assim, os(as) praticantes comentaram que preferem desempenhar a prática com estas versões do que de forma manual, visto que é mais rápido e o resultado é padronizado. Sobre isso, foi possível perceber que consiste em uma forma de adaptar o processo produtivo a fim de acompanhar as dinâmicas produtivas nacional/global, aspecto da dimensão socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), e contextual, por implicar na dinâmica das feiras na região.

Além disso, o uso do sistema Audaces representa ainda um modo de resistência à desigualdade de classe retratada pelos praticantes no tocante à concorrência e à necessidade de sobrevivência. Contudo, assim como apontado por Bezerra (2018), quando comparado com a prática de costura, as de modelagem automatizada e corte são as práticas que melhor remuneram e que requerem equipamentos com maior custo, a exemplo da impressora Plotter. Acerca desta relação é possível observar que guarda questões de gênero, ou melhor, da divisão sexual do trabalho, posto que como visto em campo a prática de modelagem automatizada é executada por uma mulher quando ela desempenha somente esta prática. Para o praticante Roberto, a prática discutida tornou-se parte da sua facção por facilitar a prática de corte desempenhada por ele no início do seu negócio.

4.3 PRÁTICA DE CORTE

Assim como a prática de modelagem automatizada, a prática de corte com sentido industrial surge enquanto negócio faccionado após a popularização da prática de costura e o crescimento das feiras locais no Agreste de Pernambuco. Semelhante às práticas anteriores, esta também foi reinventada com o intuito de tornar mais ágil a cadeia produtiva de confecção de roupas, e com isso, manter-se em aderência com a

dinâmica do mercado global. No entanto, sob condições particulares que (re)produzem a informalidade, e que podem ser compreendidas a partir da perspectiva de Schatzki (2001; 2003). A partir das informações de campo observou-se que as ações da prática de corte acessadas são: receber o tecido do cliente, verificar se o tecido está ou não rasgado, verificar se o tecido precisa descansar ou não, medir o tecido, enfiar o tecido sobre a mesa, colocar o risco da modelagem sobre o tecido enfiado e cortar seguindo o risco da modelagem.

Acerca dessas ações, foi possível perceber que seguem alguns entendimentos que podem ser compreendidos como formas de resistências, posto que foram elaborados com base em experiências de desigualdade além da observação do dia a dia. Dito isto, os entendimentos identificados foram: não seguir a consecução da prática com um tecido rasgado, uma vez que poderá gerar peças danificadas; tecidos feitos à base de elástico devem descansar no mínimo 24 horas, pois encolhem e pode haver perda de alguns centímetros de tecidos se cortados sem o período de descanso; a medição do tecido serve para checar se está de acordo com a medição do risco da modelagem; o enfiar é o processo em que se desenrola o tecido para estendê-lo na mesa de corte e é repetido algumas vezes de modo que vários tecidos sejam enfiados um em cima do outro, formando camadas para que uma maior quantidade de tecido possa ser cortada de uma única vez; o uso do risco da modelagem serve para evitar possíveis erros no momento do corte.

Para os praticantes, compreender os entendimentos relativos às ações torna-se importante porque garante que a prática será executada sem erros, e desta forma, evita que a relação com o(a) dono(a) do tecido seja rompida ou que este(a) exija um retorno financeiro pelo erro. Sobre isso, percebeu-se com base em Noronha (2003) e Gomes, Junior e Costa (2019) que a prática de corte para acontecer depende de um acordo informal subentendido e aceito entre as partes, que no caso, diz respeito à medida punitiva financeira em situações de má qualidade do corte. Para os autores, os acordos subentendidos fazem parte de uma característica da rede social e que os negócios informais adquirem postos que são articulados dentro dela.

No que tange aos entendimentos relativos à prática, percebeu-se que estes são elaborados porque os(as) praticantes atribuem sentidos à prática que desempenham, também conhecida por inteligibilidade. Sobre os(as) praticantes do corte acessados, compreendeu-se que as orientações que comunicam suas inteligibilidades estão relacionadas às suas trajetórias de vida. Na experiência do praticante Manoel,

primeiro aconteceu a inserção na prática de costura por intermédio familiar. Depois de trabalhar para diferentes facções e ter contato com a prática de corte, o praticante decidiu montar o próprio negócio, dada a insatisfação no atraso do pagamento na última facção em que trabalhou. O praticante Alberto também iniciou na prática de costura e por intermédio familiar, após trabalhar em diferentes facções e outros ramos de atividade, decidiu montar a facção de corte para acompanhar o trabalho da mãe que exerce a prática de modelagem.

O praticante Roberto, por sua vez, iniciou como auxiliar de produção, dada a necessidade de criar sua primeira filha. Depois de trabalhar para diferentes facções e ter tido contato com a prática de corte, o praticante, inserido em determinada facção, pôde desenvolver a prática e aperfeiçoá-la. Após o fechamento desta facção, o praticante decidiu montar a própria, posto que, desejava ter flexibilidade de horário e auferir maiores rendimentos. Em semelhança com este pensamento, o praticante Henrique também montou a própria facção de corte. No entanto, diferente dos demais, foi inserido desde o início como auxiliar de corte por intermédio de amigos.

Sobre a trajetória dos praticantes notou-se que estes são inseridos em um primeiro momento em práticas correlatas ao corte, depois, em facções de terceiros, são ensinados sobre essa prática e só após determinado tempo é que passam a montar a própria facção de corte. Com relação a essa trajetória foi percebido que se assemelha com as demais práticas já discutidas, contudo, observou-se também que por esta prática movimentar um volume maior de capital financeiro, há uma preocupação maior no treinamento e automação dos processos da prática de corte. Nesse sentido relembra-se que são elementos elaborados pelas dimensões socioeconômica, sociocultural e contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

No que concerne às dimensões sociocultural e contextual, entendeu-se que corroboram para a inteligibilidade dos praticantes por serem acompanhadas de um aspecto moral elaborado através dos vínculos sociais e da valorização pelos próprios praticantes dos negócios faccionados. Característica acentuada pela ausência da atuação do Estado no início da confecção na região, ausência de tradição industrial e protagonismo da população local na busca por sobrevivência. Esses aspectos fomentam a moral no que reside a formação identitária do(a) praticante com sua prática e no senso de pertencimento à rede social da facção.

A respeito do elemento moral na experiência do praticante Roberto, visualiza-se no seguinte trecho:

Eu cheguei como fosse uma mão na roda. Cheguei lá, eu trabalhava de dia à noite, mas eu me senti mais útil. Eu não sei porque. Eu disse: “eu tô gostando daqui, vou ficar aqui!”. Eu cheguei lá eu tinha respeito, e em muito canto a gente não tinha respeito.

No que tange a essa narrativa, é importante dizer que o momento de chegada do praticante na devida facção coincidiu com a necessidade desta de haver um praticante de corte, posição ocupada pelo praticante com o incentivo do dono da facção. Com isso, notou-se que apesar do praticante mencionar um aspecto de desigualdade relativo à extenuação da sua força de trabalho, não chegou a ser suficiente para que o praticante desistisse ou reivindicasse modificações na jornada de trabalho, isto porque os sentimentos referentes à moral do trabalho condicionaram a permanência do praticante. No mais, compreendeu-se que os praticantes se inseriram na prática de corte também pela possibilidade de a desempenharem de modo individualizado, com flexibilidade de horário e sob a condição de não possuírem superior. Aspectos que apontam que as inteligibilidades estão relacionadas a um modo de resistência à desigualdades constituídas principalmente nos vínculos sociais na dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

A partir do que foi discutido sobre as inteligibilidades dos praticantes de corte e em semelhança com as práticas anteriores, compreendeu-se que as inteligibilidades estão relacionadas à estrutura teleoafetiva da prática, ou seja, aos objetivos e sentimentos que os praticantes carregam. Nesse sentido, a teologia dos praticantes residiu na busca por obtenção de renda com o intuito de subsidiar necessidades próprias e familiares, e a afetividade consistiu na expectativa de auferir maiores rendimentos, alcançar condições melhores de vida e de não vivenciarem situações que os(as) praticantes julgaram desagradáveis.

No que concerne ao alcance desta estrutura teleoafetiva, observou-se que é elaborada com base nos vínculos sociais, tanto com os(as) donos(as) dos tecidos quanto com os praticantes funcionários. Sobre os vínculos, os praticantes relataram que muitos foram estabelecidos em momentos anteriores, quando os(as) praticantes trabalhavam em outras facções. Outros foram formados através de indicações de familiares ou amigos que lidavam com a prática de modelagem, publicações em redes

sociais e outros meios. Acerca da configuração dos vínculos compreendeu-se que corroboram para sustentar a estrutura teleológica, posto que são acompanhados pelo sentimento de dependência, ajuda ou troca de favores, aspectos comunicados pela afetividade, além dos mencionados acima, expressado pelo praticante Roberto:

Eu tava conversando esses dias com uns amigos. Cara, tem dias que eu tô aqui, eu chego ali na porta, eu olho pro canto, olho pro outro... vontade de sair sem rumo de tão estressado e tão agoniado que eu fico, mas você tem pessoas que depende de mim e eu deles, eles tem família pra gerir. Às vezes você tá sobrecarregado que você tem que se rebolar.

Sobre o trecho exposto, é possível perceber que ainda que o praticante pense em desistir de desempenhar a prática, não o faz em vista da proximidade dos vínculos e do sentimento de dependência e de ajuda, posto que, os praticantes da devida facção, se unem em torno da prática de corte buscando alcançar a mesma estrutura teológica: obtenção de renda para subsídio próprio e familiar. Logo, entendeu-se que a elaboração dos vínculos, elemento informado pela dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), sustenta a estrutura teleoafetiva.

Segundo Schatzki (2001; 2003), para que a prática aconteça, além da estrutura teleoafetividade, são necessárias regras, que para os praticantes do corte e em semelhança com o discutido nas outras práticas, consiste na qualidade da consecução da prática. Ou seja, está relacionada aos entendimentos e cumprimento das ações relativas à prática de corte e que são acompanhadas por outras regras como paciência, agilidade e força de vontade. Sobre o estabelecimento destas regras, percebeu-se que se deve a uma forma de resistir a um possível rompimento com o(a) dono(a) do tecido, visto que quando o resultado da prática não sai como desejado pelo(a) dono(a) do tecido, este(a) pode não voltar à facção e, em alguns casos, pode exigir um retorno financeiro sobre o erro cometido com o tecido.

Além dessa compreensão observou-se também que as regras são estabelecidas para dar consecução ao andamento da cadeia produtiva da confecção. Logo, a regra sobre a qualidade da prática consiste também em uma forma de não atrasar a produção, uma vez que esta é influenciada pelo funcionamento das feiras locais e por períodos sazonais, aspecto da dimensão contextual da informalidade que contribui para (re)produção da prática. Nesse sentido, aderir ou não às regras torna-se

mecanismo de inclusão ou exclusão na prática de corte e nas demais relativas à confecção.

Assim, como nas práticas discutidas acima, para que a prática de corte aconteça, há uma relação entre elementos humanos e arranjos materiais como: mesa industrial, enfiadeira, máquina de corte, lâminas de corte e pregadores. Sobre o manuseio desses objetos percebeu-se que a mesa serve como apoio para o corte dos tecidos, a enfiadeira serve para auxiliar esticar os tecidos sobre a mesa, a máquina de corte junto com as lâminas serve para cortar de fato as camadas de tecido com base na modelagem sobreposta e para fixar o tecido a mesa utiliza-se pregadores. No que diz respeito às lâminas, o praticante Henrique explicou que geralmente se utiliza dois tipos, a do tipo navalha, indicada para tecidos ditos pesados, e a do tipo disco, indicada para tecidos ditos finos.

Acerca da prática, observou-se que apesar de ser perigosa dada a necessidade de tais lâminas, no período de campo, não foi notado o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) por parte dos praticantes. Outra observação comum nos negócios das facções e que comunica a resistência dos praticantes, reside no fato de possuírem mais de um dos objetos mencionados. Sobre isso, compreendeu-se que a preocupação consiste em não parar o exercício da prática em vista de um possível dano nas máquinas, posto que, como afirmado pelo praticante Alberto: “um dia de trabalho aqui perdido na questão do corte atrapalha todo o seguimento” e impossibilita a obtenção da renda.

No que concerne a utilização dos objetos para a prática de corte, notou-se que estes são específicos para a prática, mas que também contam com adaptações e improvisos, como o uso de pregadores para fixar o tecido na hora de cortar. A qualificação dos(as) praticantes para o uso destes equipamentos se dá no dia a dia, através de observação, tentativa e experiência em diferentes espaços de facções ao longo da vida. Elementos que informam sobre a dimensão socioeconômica da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

Assim como apontado por Bezerra (2018), observou-se nesta pesquisa que a distribuição de homens e mulheres na cadeia produtiva da confecção não acontece de modo equitativo. Os praticantes homens cisgênero acessados encontram-se em menor frequência na prática de costura e modelagem automatizada, e mesmo nestas práticas estes ocupavam a gestão da facção como donos do negócio. Já nas práticas de corte notou-se que a participação deles é maior tanto como gestores quanto como

funcionários. Acerca disso, Bezerra (2018) argumenta sobre a prevalência dos papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho, também encontrado em Graebin (2020), em que os trabalhos com costura e de designer são entendidos como trabalhos leves e delicados, e por isso adequados às mulheres, enquanto que os trabalhos de corte e de gestão são entendidos como pesados e complexos, e por isso mais adequados aos homens cisgênero. É importante dizer que essa segmentação é ocultada no discurso dos(as) praticantes, principalmente aqueles posicionados enquanto gestores. Logo, são entendidas no cotidiano, com os processos de desigualdade e resistência, e na ocupação dos(as) praticantes nos ambientes de facções.

4.4 PRÁTICA DE GESTÃO DAS FACÇÕES

A partir das informações de campo foi possível perceber que para as práticas discutidas acima acontecerem, outra prática se faz necessária: a prática de gestão das facções. Sobre essa prática, é importante dizer que diz respeito à maneira como os(as) praticantes organizam o espaço da facção e as pessoas para a consecução das diferentes práticas, e que, dada a variação no perfil destes negócios, pode acontecer de diferentes maneiras. Apesar disso, compreendeu-se também que há similaridades quanto a forma de organizar estes espaços, posto que, antes de montar o próprio negócio, é comum que os(as) praticantes atuem como funcionários(as) em outros espaços e com isso incorporem e reproduzam os entendimentos relativos à gestão tacitamente.

Acerca disso, relembra-se o que Schatzki (2006) chama de “memória da prática ou memória organizacional”, quando afirma que a construção desta memória se dá pela repetição daquilo que coletivamente foi convencionado como certo ou errado a se fazer, explícitos ou implícitos em comportamentos aceitáveis ou não. Dito isto, observou-se que nas facções acessadas não é comum o registro do negócio ou da relação de trabalho, quer seja entre praticante gestor(a) e cliente ou praticante gestor(a) e praticantes funcionários(as). Dentre os(as) praticantes acessados apenas Roberto afirmou ter inscrição como Microempreendedor Individual (MEI), mas que no momento em campo, a inscrição estava inativa em vista da falta de regularidade no pagamento da contribuição mensal. Para este e outros(as) praticantes, a falta de registro do negócio ou da relação de trabalho reside na baixa remuneração adquirida com as práticas, que faz com que seja inviável pagar impostos e praticantes

funcionários(as) como o previsto em lei. Além disto, outros(as) praticantes enfatizaram que dada a prática de trabalho acontecer em ambiente doméstico, por vezes com poucos equipamentos e a partir de laços familiares, de amizade e baseados na confiança, os registros seriam dispensados. Sobre esses elementos, compreendeu-se que estão relacionados a inter-relação das dimensões jurídico-institucional e sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018).

No que concerne às regras de gestão, foi possível perceber o estabelecimento de horário de início, intervalo e término da prática. Sobre esses horários compreendeu-se que foram inspirados ao padronizado por empresas ditas formais. Além dos horários notou-se também que o “cerão” comentado pelos(as) praticantes, equivalente a três horas a mais de trabalho corresponde ao horário extra do dia trabalhado; há também um período de teste equivalente a duas semanas que inspirado no padrão formal corresponde ao período de experiência antes de se admitir um(a) trabalhador(a) em uma organização. Observou-se ainda que para as facções que atuam com certo número de praticantes funcionários(as), exige-se ainda que os(as) praticantes não conversem demais e que não mexam no celular durante o desempenho da prática. Aspectos que corroboram com Noronha (2003) no que consiste em tratar a informalidade do trabalho no Brasil a partir da noção de formalidade e daquilo que está previsto em lei, bem como, do entendimento de justo e injusto abarcado naquilo que é aceitável ou não socialmente.

Sobre as regras de gestão descritas, compreendeu-se que estão ligadas ao cumprimento da regra de qualidade da prática e às experiências dos(as) praticantes no que tange a desigualdades e resistências. Como discutido anteriormente, quando a regra de qualidade da prática não é cumprida, o(a) praticante pode sofrer o rompimento da relação com o(a) cliente e/ou pagar pelo erro cometido com a peça. É importante dizer que, nesse caso, como comentado pelos(as) praticantes, o valor a ser pago corresponde ao valor da peça que seria vendida no comércio, e não o correspondente pago ao praticante para o desempenho da prática.

Em outra situação e com objetivo semelhante, foi percebido que determinada facção criou uma regra de gestão, o registro em caderno da presença dos(as) funcionários(as) praticantes. Acerca dessa regra, compreendeu-se que não é comum entre as facções, mas que, neste caso, fez-se necessário dada a uma circunstância conflituosa em que, segundo o praticante gestor, uma das praticantes funcionária faltava e dizia que não faltava, ocorrendo a necessidade de comprovação dos dias

trabalhados para o pagamento. Deste modo, entendeu-se que as regras de gestão são elaboradas tanto para subsidiar as regras relativas às práticas de trabalho quanto para evitar situações particulares de desigualdade/subalternidade.

No que diz respeito a outros aspectos da gestão das facções identificou-se a relação financeira que os(as) praticantes gestores(as) possuem com o(a) cliente e com praticantes funcionários(as). Como comentado acima, a relação de trabalho é baseada na confiança e em laços familiares e de amizade, portanto, sem registros, característica da dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018). À vista disso, foi possível perceber que para os(as) praticantes que atuam sozinhos(as), estabeleceu-se que o recebimento da remuneração se dá após o desempenho da prática. Já para aqueles(as) que atuam com praticantes funcionários(as), é comum que o recebimento do pagamento dos(as) clientes seja feita com quinze dias depois do acordado e em seguida seja feito o pagamento dos(as) praticantes funcionários, o qual foi convencionado como correspondendo a um salário mínimo. Sobre essa forma de gestão o praticante Vitor comentou o seguinte:

Se a gente não conhecer o cliente, a gente recebe a mercadoria, terminou, liga pra ele, ele vem buscar e de imediato ele traz o pagamento. Aí conseqüentemente, como é de costume, a gente começa a pegar amizade, conhecimento, confiança e daí então pra facilitar pra eles também ter um capital pra girar, a gente opta em dar essa força né?! (pagar após quinze dias do recebimento da demanda)

Apesar do início da narrativa de Vitor ser percebida em campo, observou-se que esta forma de gestão foi estabelecida para garantir ao praticante certo controle financeiro no momento de remunerar os(as) praticantes funcionários(as). Isto porque evita que o(a) praticante gestor(a) despenda o pagamento em outras situações que não com os(as) praticantes funcionários(as), ainda que essa forma de gestão aconteça com o risco de inadimplência do(a) cliente. A partir disso, compreendeu-se que a gestão financeira dos negócios das facções comunica aspectos da dimensão socioeconômica da informalidade, no que tange a uma falta de profissionalização da gestão e que por sua vez, está inter relacionada com a dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018), posto que é tensionada pela proximidade dos vínculos sociais.

Ainda no que concerne ao parágrafo anterior, compreendeu-se também que o estabelecimento destas formas de gestão está relacionado aos dias de funcionamento

das feiras locais, posto que alguns donos(as) de peças preferem pagar o(a) praticante após a venda delas no comércio de feira, o que comunica aspectos da dimensão contextual da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018). Nesse sentido, o estabelecimento da forma de pagamento entre donos(as) de peças e praticante gestor(a), bem como entre este(a) último(a) e praticantes funcionários(as) consiste na confiança entre os membros e na necessidade de obtenção de renda.

Nas informações de campo, foi possível perceber que ainda que esta elaboração seja comum e em certa medida aceita pelos(as) praticantes das facções, situações de desigualdade como exploração e subordinação do trabalho podem ser vistas, assim como, algumas formas de resistência. Sobre isso, destacou-se a seguinte narrativa da praticante Isis:

Quando eu tava grávida chegou um pra butar peça, “vai Isis, pega. É pouquinha”. Eu disse: “meu amigo, eu tô que não aguento”. Mas ele: “pega”. Aí eu fui e peguei. Aí trabalhei no dia de ganhar o neném, com contração em cima de contração, passando mal em cima da máquina, trabalhei até seis horas. Fui pra casa de saúde e ele veio, levou a mercadoria. Falou com a minha avó que na segunda trazia [o pagamento] e até hoje. Esse homem sumiu, ninguém sabe notícia.

Nesta situação, observou-se que a praticante desempenhou a prática, mas de forma compelida, e que, dada a circunstância de não poder estar presente no momento da entrega das peças, ocasião em que poderia expressar consentimento ou não com a postura do dono das peças, teve sua força de trabalho explorada. Na experiência do praticante Roberto, após vivenciar situações parecidas de inadimplência com donos(as) de tecido, foi percebida a seguinte maneira de resistência: pedir que o(a) dono(a) do tecido deixe um rolo de tecido na facção como garantia caso este(a) não retorne para pagar as peças cortadas após a venda no comércio de feira.

No que se refere a outras situações relativas à gestão financeira e a circunstâncias de desigualdade e resistência, percebeu-se a partir das informações de campo, o baixo valor pago aos praticantes pelo desempenho da prática, principalmente os(as) praticantes da costura. Sobre isso, foi observado que se dá em vista da elaboração dos vínculos entre os(as) praticantes, que constituem os aspectos da dimensão sociocultural da informalidade, e contribuem para subsidiar relações desiguais de exploração e subordinação, exercidas muitas vezes pelo(a) dono(a) das

peças ou tecidos sob a ameaça implícita de desistência de demanda. Nesse sentido, destacou-se a seguinte narrativa do praticante João:

Algumas pessoas por achar que só por ele ter mercadoria o ano inteiro e pagar certinho, isso é um pé pra explorar as costureiras que muitas vezes precisam do emprego. Então ali é meio o que eles usam pra dizer assim “não, eu posso pagar menos porque eu tenho serviço direto e pago em dias”.

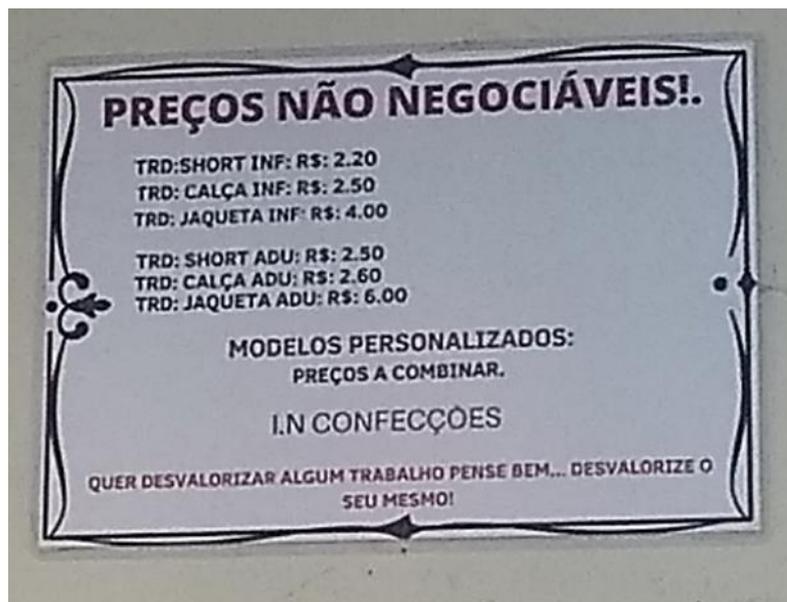
Esta é uma narrativa comum entre os(as) praticantes, como pode ser observado na fala de Rosa:

Não adianta ninguém pedir aumento. Eu prefiro assim porque é melhor, porque se a pessoa fala: “eu quero tanto!”, não, porque pras outras [costureiras] ele [dono das peças] tá pagando esse valor, aí também eu não posso pedir aumento. Eu acho assim, é melhor porque é continuado. Não é bom ganhar pouco, não é. Mas é melhor se eu tenho peça certa, se ele sempre tá trazendo.

Sobre essa narrativa, percebeu-se, como apontado por João, que a praticante sofreu exploração e subordinação da sua força de trabalho. Situação tensionada por vínculos paternalistas e de pessoalização com o dono das peças e informada pela dimensão sociocultural da informalidade multidimensional (Almeida Pereira, 2018). Somada a isto, notou-se que a sazonalidade da produção que acompanha os períodos festivos locais, aspecto da dimensão contextual da informalidade, contribuiu para que a praticante naturalizasse a situação de desigualdade. Por conseguinte, compreendeu-se também que a confluência das dimensões da informalidade mencionadas provocou disputas concorrenciais no que tange aos baixos preços sobre as práticas de trabalho entre as facções, o que corrobora para a continuação de dinâmicas desiguais.

Como forma de resistir às situações discutidas sobre o baixo valor das peças, foi possível perceber, na facção do praticante Vitor a seguinte placa:

Figura 7 - Placa com preços da prática de costura



Fonte: Arquivo de campo da pesquisadora (2022).

Sobre essa medida, foi possível observar que consistiu em uma forma de valorização da prática de costura uma vez que, é comum na região os(as) donos(as) de peças determinarem os preços ou pedirem os chamados “descontos”, posição sustentada pelo praticante Vitor ao dizer “aquele que não chora é o que fica” se referindo às informações da placa. Além disso, foi observado que esta iniciativa foi possível para o praticante Vitor por sua facção estar em aderência a aspectos de uma gestão próxima ao formal, contando com um número razoável de praticantes funcionários e capacidade produtiva. É importante salientar que este último fator, somado à posição de gestor e à identidade cisgênero masculina do praticante em um ambiente marcado por questões patriarcais, contribuiu para que a resistência pudesse acontecer.

Dentre outras formas relativas à gestão e que também informam modos de resistências referentes à sobrevivência dos negócios, e por sua vez dos(as) praticantes, destaca-se a forma de aquisição dos objetos para a consecução da prática. A maioria dos(as) praticantes relataram que após certo tempo de trabalho em facções de terceiros, juntaram determinada quantia de dinheiro, e a partir disso, compraram a(s) primeira(s) máquina(s), dando início à própria facção. Para outros(as) praticantes, a aquisição das máquinas se deu por condições subordinadas, quando o(a) praticante exercia a prática de trabalho durante determinado tempo e para determinado dono(a) de peça/tecido ou faccionista, como forma de pagar para adquirir uma das máquinas daqueles(as).

Na experiência do praticante Roberto, um dos objetos da sua facção foi adquirido da seguinte maneira: “Eu tinha uma máquina que eu tinha vendido a meu patrão, na época ele não me pagou, eu peguei ela de volta”. Já na experiência da praticante Margarida aconteceu por uma espécie de consórcio, em que, um grupo de praticantes se reuniu e elegeu uma pessoa que ficou responsável por receber e gerir uma quantia mensal paga pelos(as) praticantes para que, de forma periódica, aquele(a) eleito(a) comprasse e repassasse o maquinário necessário a cada praticante.

Além destas formas, outros(as) praticantes mencionaram que adquiriram os objetos das suas facções com a ajuda de familiares ou cônjuges, de forma parcelada, por meio de cartão de crédito de terceiros, outros(as) iniciaram a partir de máquinas alugadas. Ainda que de formas diversas, foi possível compreender que a busca por adquirir as próprias máquinas reside no desejo de montar a própria facção, e com isso, de sair da posição de praticante funcionário(a) para a de praticante gestor(a), com a possibilidade de flexibilidade de horário e de auferir maiores rendimentos.

Ademais, percebeu-se também que muitos(as) praticantes, mesmo após conseguirem montar a própria facção, ainda buscam adquirir mais objetos, segundo a praticante Tulipa:

O cliente já ganha mais confiança porque no lugar dele sair espalhando um pouquinho aqui, um pouquinho ali, então você tendo realmente um maquinário completo de tudo é até mais fácil pra você arrumar mais cliente.

Sobre essa narrativa, entendeu-se que aumentar o número de máquinas pode ajudar a fidelizar o cliente, assim como, auferir maiores rendimentos e não parar a produção, caso alguma das máquinas apresente defeito. Ou seja, o modo de organizar das máquinas, os números destas e a maneira como são usadas são entendidas nesta pesquisa como uma forma de gestão da facção que está implicada de uma forma micro do(a) praticante resistir.

Ademais, salienta-se que a forma de gestão dos negócios das facções é permeada pelas quatro dimensões da informalidade multidimensional, informadas por Almeida Pereira (2018), às quais se interrelacionam e subsidiam a consecução das práticas relativas à confecção de roupas. Sobre essa forma de gestão, é possível dizer que é característica das facções do Agreste de Pernambuco, e que nesse sentido, aqueles negócios faccionados que não se encontram em aderência com tais aspectos

podem não encontrar adesão dos(as) praticantes. A respeito disso, o praticante Roberto lembrou a seguinte situação:

A empresa tava crescendo um pouco mais, aí eles mudaram de local, quando mudou de local, veio um pessoal de fora que não trabalhava de acordo com a gente, como a gente era acostumado a trabalhar, como a gente convive um com o outro, como a gente conversa. A gente sabe como trabalhar, mas o cara tem outra estrutura, outra ideologia, outra visão de trabalho, mas a gente não era acostumado.

Acerca desta narrativa o praticante explicou que a facção para a qual trabalhou estava passando por um processo de consultoria com pessoas da região sul do país, e que dada a rigidez nas novas regras de gestão, decidiu sair da facção. É interessante comentar que no momento do relato o praticante assumia a posição de gestor de sua facção e que reavaliou a sua postura passada com o momento atual demonstrando dar importância ao estabelecimento de regras mais rígidas para o atingimento de melhores resultados produtivos. Isto porque, segundo o praticante, é difícil gerir uma facção cujos membros possuem proximidade de laços de amizade e parentesco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender a informalidade das facções de confecção em Caruaru-PE a partir da abordagem da prática. No que concerne ao proposto, entendeu-se que a informalidade, enquanto noção multidimensional é constituinte dos negócios faccionados da confecção na cidade de Caruaru-PE, uma vez que está presente desde a origem das facções e implicados na história da cidade de Caruaru. A partir da perspectiva de Theodore Schatzki acerca da prática, foi possível perceber que os elementos que organizam a prática das facções são comunicados por aspectos das dimensões da informalidade multidimensional, às quais acontecem de forma inter relacionada, e que também compõe a trajetória de vida dos(as) praticantes. Esta articulação foi elaborada a partir da primeira pergunta orientadora: Quais são as práticas organizativas relativas à informalidade produzidas no segmento das facções de confecção em Caruaru-PE? Em resposta a esta pergunta, foram identificadas: prática de costura; prática de modelagem automatizada; prática de corte e prática de gestão, em que se entendeu também como estas práticas são elaboradas e perpassadas pela informalidade multidimensional.

No que diz respeito à segunda pergunta orientadora: Quais as desigualdades percebidas nas práticas informais das facções de confecção em Caruaru-PE? Entendeu-se que são relativas a questões de classe e de gênero e estão intimamente ligadas a elaboração dos vínculos entre os(as) praticantes para a consecução da(s) prática(s) e as identidades construídas nesta elaboração, compreendidas a partir de situações descritas entre dono(a) da peça/tecido e praticante gestor(a); praticante gestor(a) e praticante funcionário(a), com diferenciações entre praticante funcionário(a) membro familiar ou não.

Acerca da terceira pergunta orientadora: Quais as resistências podem ser encontradas nas práticas informais das facções de confecção de Caruaru-PE? Percebeu-se que estão relacionadas à própria sobrevivência do(a) praticante; que se dão em sentido micro e aparecem entremeadas na organização das próprias práticas. Sobre as resistências, é importante dizer que estas às vezes são possíveis e às vezes não, visto que dependem do reconhecimento da situação de desigualdade para que o(a) praticante possa agir e de condições mínimas que garantam a própria sobrevivência.

A partir do que foi tecido sobre o fenômeno analisado e a lente teórica escolhida, entendeu-se que esta pesquisa contribui com o campo da gestão ao discorrer sobre aspectos subjetivos, objetivos e locais dos(as) praticantes que auxiliam no entendimento da consecução da prática elaborada de modo conjunto com a noção multidimensional da informalidade. Nesse sentido, a articulação colabora para ampliar a discussão sobre práticas organizativas no contexto do Agreste de Pernambuco sob uma perspectiva que foge das visões dualistas hegemônicas no campo da administração. Em aspecto prático, esta pesquisa contribui para conscientizar os(as) praticantes de situações de desigualdades e de resistências produzidas por meio das práticas relativas à informalidade nas facções de confecção na região. Outra contribuição reside no reconhecimento da linguagem própria dos(as) praticantes sobre termos relacionados às práticas das facções de confecção (ver apêndice D). Como contribuição social, esta pesquisa pode ser utilizada como subsídio para a elaboração de políticas públicas que visem alcançar os objetivos 08 “trabalho digno e crescimento econômico” e 10 “reduzir desigualdade” do desenvolvimento sustentável (ODS) que fazem parte da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

No que tange a lacunas de pesquisas, algumas inquietações foram suscitadas a partir do perfil dos(as) praticantes, como: por que a grande maioria dos(as) praticantes não concluíram a educação formal? Por que a educação formal se encontra distante das realidades dos(as) praticantes de costura? Qual o papel da gestão municipal, estadual e federal na aproximação destas realidades que coexistem em um mesmo espaço? Por que no segmento pesquisado foi acessada apenas uma praticante LGBTQIAP+? O que as desconfianças e desistências na assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido podem informar a respeito da (in)visibilidade da informalidade dos negócios faccionados? Por que a gestão pública municipal se mantém distante das unidades produtivas faccionadas, mas próximas no que tange a comercialização na feira? Com estas questões, acredita-se que *insights* para pesquisas futuras possam surgir e que mais investigações nas práticas de modelagem automatizada e de corte devem ser feitas, bem como, na prática de diferenciado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA DE ANDRADE, F. M.; ALMEIDA PEREIRA, A. M. B. **Dinâmicas da informalidade nas facções de jeans em Caruaru-PE**. Relatório final do programa de bolsa de iniciação científica, 2019.
- ALMEIDA PEREIRA, A. M. B. **Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso. Nível de doutorado. Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- ALMEIDA PEREIRA, A. M. B., *et al.* O padrão de relações de trabalho no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil/Roberto Vêras de Oliveira, Gerry Rodgers (org.)**. – São Paulo: Annablume, 2021.
- ALMEIDA PEREIRA, A. M. B.; ALMEIDA DE ANDRADE, F. M.; SILVA, R. F. L. As condições e o ideário de “autonomia” do trabalhador por conta própria no setor de confecções do Agreste de Pernambuco. In: Encontro Nacional Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, XVI, 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Tema: Cultura, Identidade e Experiência social em meio às (re)configurações do mundo do trabalho.
- ALMEIDA PEREIRA, A. M. B.; FREIRE, C. O trabalhador por conta própria na produção de confecções em Caruaru-PE. In: Encontro Nacional Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, XVII, 2021, Evento online. **Anais [...]**. Evento online: Universidade Federal Fluminense, 2021. Tema: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia.
- BARBOSA, A. F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens as novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.
- BEZERRA, ELAINE MAURICIO. **Trabalho de Mulher, trabalho de homem no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- BISPO, M. Estudos Baseados em Prática: conceitos, história e perspectivas. In: **RIGS-Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. v. 2, n. 1, p. 13-33, jan/abr, 2013.
- BISPO, M. S.; SOARES, L. C.; CAVALCANTE, E. D. Panorama dos Estudos sobre “Prática” no Brasil: uma análise da produção. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, Rio de Janeiro, 2014.
- BISPO, M. S.; GHERARDI, S. Flesh-and-blood knowing. **RAUSP Management Journal**, v. 54, p. 371-383, 2019.

- BISPO, M. S.; SOARES, L. C.; CAVALCANTE, E. D. C. Panorama dos estudos sobre “prática” no Brasil: uma análise da produção. **Encontro Anual da ANPAD**, v. 38, 2014.
- BORGES, A. F.; ENOQUE, A. G.; KATRIB, C. M. I.; GONÇALVES, L. R. D. Práticas Organizativas: um estudo sobre o congado na região do triangulo mineiro. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 1, p. 129-151, jan/abr, 2016.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Social paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Great Britain: Heinemann Education Books, 1979.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, v. 09, n. 14, p. 153-174, 2000.
- CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Trabalho de Conclusão de Curso - Doutorado em Economia). Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CASTRO, J. C.; FERREIRA, M. O.; COSTA, M. F. Estratégias de Políticas Públicas para Redução da Informalidade no Setor de Confecções: aplicação do método de análise hierárquica. São Paulo, **Future Studies Research Journal**, v. 11, n. 2, p. 176-196, ami./ago, 2019.
- CENI, J. C.; RESE, N. Samarco e o rompimento na barragem de Fundão: a narrativa como um recurso performativo da prática estratégica de sensegiving inerente ao strategizing pós-desastre. **Organizações & Sociedade**, v. 27, p. 268-291, 2020.
- CETINA, K. K.; SCHATZKI, T. R.; VON SAVIGNY, E. (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. Routledge, 2001.
- CORTELETTI, R. F. **Informalidade, terceirização e trabalho domiciliar em fações de costura de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Trabalho e Globalização periférica: um estudo comparativo em três setores produtivos, 2020.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CZARNIAWSKA, B. Narrating organization studies. **Narrative Inquiry**, v. 21, n. 2, p. 337-344, 2011.
- CZARNIAWSKA, B. **Narratives in social science research**. Sage, 2004.
- CZARNIAWSKA, B. The uses of narrative in organization research. **Rapport NR.: GRI reports**, n. 2000, 2000.
- DE PAIVA JÚNIOR, F. G.; DE SOUZA LEÃO, A. L. M.; DE MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

- DIAS, P. K. **Práticas organizativas do Slam Poesia em Caruaru: uma análise interseccional**. Dissertação de Mestrado em Administração. Programa de Pós-graduação em Gestão, Inovação e Consumo. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.
- FIGUEIREDO, M. D. Embodied prejudices: a study on diversity and practices. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, v. 34, n. 6, p. 527-538, 2015.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.
- GHERARDI, S. Introduction: The Critical Power of the 'Practice Lens'. **Management Learning**, v. 40, n. 2, p. 115-128, 2009a.
- GHERARDI, S. Practice? It's a Matter of Taste! **Management Learning**, v. 40, n. 5, p. 535-550, 2009b.
- GOMES, S. F., JÚNIOR, A. A. S., COSTA, G. V. Sol, Chuva e Temporal: o significado do trabalho informal sob a perspectiva dos camelôs que trabalham no centro da cidade de Manaus. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, V. 13, n. 3, jul–set, 2019.
- GRAEBIN, I. **Cotidiano, gênero e práticas organizativas: um estudo com mulheres em uma facção doméstica**. Dissertação de Mestrado em Administração. Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.
- HART, Keith. Informal income opportunities and urban development in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 1, março, 1973.
- LOPES, E. A. B. Informalidade: um debate sobre seus distintos usos e significados. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 65, p. 49-70, 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, v. 15, n. 37, 2002.
- MARQUES, L., HENRIQUE, A., TEIXEIRA, D., ABÍLIO, L. **Informalidade Realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2018.
- MARTINS, D. F. V. A Perspectiva da Moral na Aprendizagem da Prática do Artesanato de Barro Figurativo no Alto do Moura. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. I.], v. 8, n. 1, 2019.
- MIETTINEN, R.; SAMARA-FREDERICKS, D.; YANOW, D. Re-turn to Practice: Na Introductory Essay. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1309-1327, 2009.

MOURA, R. L.; DINIZ, B. D. Analisando projetos através das práticas: um ensaio teórico. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 7, n. 2, p. 34-41, 2016.

NORONHA, E.G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, 2003.

NICOLINI, D. **Practice Theory, Work, & Organization: an introduction**. Oxford University Press, 2013.

OIT. **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Genova: OIT, 1972.

OLIVEIRA, J. S. *et al.* Práticas Organizativas e Memórias: um Estudo Sobre uma Organização Artesanal na Cidade de Goiás-GO. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, p. 16-40, 2016.

OLIVEIRA, J. S. Práticas Organizativas e Emoções: Contribuições para as Pesquisas sobre Organizações Culturais. **Revista Interdisciplinar de gestão social**, v. 5, n. 2, 2016.

OLIVEIRA, R. V.; BRAGA, B. M. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. **Política & Trabalho**, n. 41, 2014.

Ortner, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. **MANA**, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; SOUZA LEÃO, A. L. M.; MELLO, S. C. B.. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, mai./ago, 2011.

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 24-46, 2016.

PECI, A. Além da dicotomia objetividade-subjetividade. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.) **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PERES, T. B. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p. 270-289, 2015.

PÉREZ SÁINZ, J. P. Globalización y neoinformalidad em América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 135, p. 36-41, 1995.

PIMENTEL, R.; NOGUEIRA, E. E. S. Estudos baseados na prática: possibilidades metodológicas para pesquisas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 25, p. 350–370, 2018.

POLANAYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

RANGEL, F. Percepções da informalidade: sobre representações e experiências. In: MARQUES L. (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 193–205.

SÁ, M. Experiências Agrestinas: Pistas para a pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 2, p. 120–130, 2020.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM, [S.l.]**, v. 2, n. 2, p. 250-269, July 2010. ISSN 1983-4659.

SANTOS, E. C.; ALMEIDA, M. F.; HELAL, D. H. Representações como práticas organizativas da cidade de Caruaru/PE. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, 2016.

SANTOS, E. C.; HELAL, D. H. O moderno e o tradicional no agreste de Pernambuco. **Ciência & Trópico**, v. 42, n. 1, 2018.

SANTOS, L. L. S.; SILVEIRA, R. A. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações e Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 79–98, jan/mar. 2015.

SANTOS, E. C.; SILVA, Í. H. F. R.; DIAS, P. K.; MORAIS, W. M. Saberes e Práticas Organizativas das Culturas Populares na cidade de Caruaru, Pernambuco, Brasil. **Revista Organizações e Sociedade**, 2021.

SARAIVA, L. A. S. Métodos Narrativos de Pesquisa: uma aproximação. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 5, n. 2, mai./ago., 2007.

SCHATZKI, T. On organizations as They happen. **Organization Studies**, 2006.

SCHATZKI, T. Practice theory as flat ontology. In: SPAARGAREN, G.; WEENINK, D.; LAMERS, M (Editors). **Practice Theory and Reserch: Exploring the dynamics of social life**. Routlage, 2016.

SCHATZKI, T. R. A new societist social ontology. **Philosophy of the social sciences**, v. 33, n. 2, p. 174–202, 2003.

SEEFELD, R.; RESE, N. “Para bom entendedor, meia palavra basta?!”: um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato. **Cadernos EBAPE**. Br, v. 18, p. 124-141, 2020.

SOUZA LEÃO, A. L. M.; DE MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em administração. In: GODOY, C. K.; BANDEIRA DE SOUZA, A. M. **A gente trabalha onde a gente vive: a vida social das relações econômicas-parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no agreste das confecções**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de

Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

SOUZA, D. M. *et al.* Informalidade no Brasil: aspectos socioeconômicos dos trabalhadores informais sob a ótica regional. **Revista Interface**, v. 16, n. 1, p. 142-165, 2019.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica importância e desafios em estudos organizacionais. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v.1, n. 2, p. 177-201, 2003.

THEODORO, M. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2000.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 66-72, 2005.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. (org.). **Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2006.

ZUNDEL, M.; KOKKALIS, P. Theorizing as engaged practice. **Organization Studies**, v. 31, n. 9-10, p. 1209-1227, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Características dos(as) praticantes
Qual seu nome completo? Qual nome fictício deseja para compor a pesquisa?
Qual sua idade?
Você se identifica com qual gênero? (a) feminino (b) masculino (c) não binário?
Você se considera: (a) branco (b) preto (c) pardo (d) amarelo (e) indígena (f) outro?
Qual a sua naturalidade?
Qual a sua orientação sexual?
Você possui alguma deficiência?
Qual ou quais sua fonte de renda?
Qual seu nível de renda mensal?
Onde você reside? Quantas pessoas moram com você?
Qual sua formação escolar?
Pergunta orientadora 1: Quais são as práticas organizativas relativas à informalidade produzidas no segmento das facções em Caruaru-PE?
Theodore Schatzki (Saber-fazer)
Quais as atividades do seu dia a dia na facção de confecção?
Como você aprendeu a fazer essas atividades?
Você precisou aprender algo novo para continuar trabalhando na facção?
Houve mudanças na maneira como você faz o seu trabalho na facção ao longo do tempo?
A pandemia fez com que você(s) mudassem a forma de trabalho? Se sim, de que forma?
(Arranjos Materiais)
Quais os objetos que permitem você fazer as atividades necessárias ao trabalho nas facções?
Por que esses objetos são importantes para o trabalho nas facções?
(Inteligibilidade, teleoafetividade, entendimentos e regras)
Você acredita que o trabalho que desempenha na facção é importante? Porquê?

Como você enxerga suas relações com as pessoas que trabalham com você? E com os objetos? Como isso interfere no seu trabalho?
Você considera que partilha de projetos/sonhos comuns aos demais que trabalham com você? Se sim, pode citar um exemplo?
Você se sente ouvido, pelas pessoas que trabalham com você, quando encontra alguma dificuldade no desempenho do seu trabalho?
Você acredita que há uma maneira correta de fazer/organizar o trabalho na facção? Por que?
Há regras para realizar as atividades? Se sim, como você aprendeu?
Pergunta orientadora 2: Quais as desigualdades percebidas na prática de informalidade das facções em Caruaru-PE?
Por que você começou a trabalhar em facções?
Quando você começou a trabalhar em facções? Como iniciou nesse ramo?
No início, você sentiu dificuldade para se estabelecer nesse meio? Se sim, qual(ais)?
Hoje, quais as dificuldades que você percebe?
Você percebe alguma diferença no segmento que você trabalha em relação a outros? Se sim, quais? Pode dar um exemplo?
Pergunta orientadora 3: Quais resistências podem ser encontradas na prática de informalidade das facções em Caruaru-PE?
Você já sofreu ou presenciou alguma situação de preconceito por conta da sua prática de trabalho? Se sim, como você se sentiu? E como reagiu?
O que você faz ou poderia fazer para superar as dificuldades existentes na facção?
Você pretende continuar trabalhando na facção? Porque?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

1º Identificar a facção (nome fictício), o dia, a hora de chegada e partida do local observado.
2º Observar e anotar sobre o local: Que tipo de espaço é utilizado para servir como chão de fábrica (cedido, alugado, improvisado como parte da residência)? Qual o aspecto do espaço? Quais arranjos materiais compõem o espaço? Como esses arranjos estão dispostos? Há uma ordem? Qual o número de equipamentos?
3º Observar e anotar sobre os praticantes: Quantos e quem desempenha atividade(s) naquele espaço? Quais atividades exercem? Como exercem? Por que exercem? Como foram orientados a exercer? Como transmitem a prática? Quais expressões, falas e interjeições exprimem durante a prática? Quanto tempo levam com a prática?
4º Observar e anotar aspectos relacionados à informalidade: Que tipo de vínculo os praticantes possuem com a facção? Carteira assinada? Trabalho temporário? Há praticantes menores de idade? A facção está subordinada a alguma empresa? Que tipo de vínculo os praticantes têm entre si? (parentesco, amizade, pessoalização)? Os arranjos materiais são próprios, cedidos ou alugados?
5º Observar e anotar aspectos relacionados às desigualdades: O que dificulta a prática dos praticantes da facção? De que forma dificulta? Há relações hierárquicas nas atividades da facção? Se sim, geram situações de subalternidade? A prática exercida pelos praticantes, permite que estes(as) tenham qualidade de vida? Naturalizam a precariedade?
6º Observar e anotar aspectos relacionados a resistências: Quais ações os praticantes exercem no sentido de amenizar dificuldades encontradas na prática da sua atividade? Como os praticantes reagem em situações de preconceito relacionado à prática que exercem?
7º Observar e anotar diferenças e semelhanças nas práticas exercidas entre os praticantes, bem como alterações no local, como de recursos materiais.
8º Se possível, registrar com fotos e vídeos as práticas e o espaço de atividade.
9º Após a finalização de cada observação, organizar em uma pasta no drive o diário de campo.
10º Contrastar os achados das observações com o apoio teórico.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido você por meio deste termo a participar na pesquisa de campo do projeto/pesquisa de mestrado intitulado “Práticas Organizativas e a Informalidade nas Facções de Caruaru-PE” de responsabilidade do (a) pesquisador (a) Stéfanni Maria dos Santos Lopes, sob coordenação e orientação da Professora Doutora Elisabeth C. Santos, ambas vinculadas a Universidade Federal de Pernambuco.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que constam neste Termo e aceite fazer parte da pesquisa, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador (a) responsável pela pesquisa. É conferido a você o total direito de não querer participar ou de desistir a qualquer momento, assim como, deixar de responder qualquer pergunta por considera-la inconveniente.

1. O trabalho tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento de uma dissertação acadêmica, que visa, em linhas gerais, analisar as desigualdades e resistências inerentes a informalidade através de práticas organizativas nas facções de Caruaru-PE.
2. A participação nesta pesquisa consistirá em fornecer uma entrevista gravada sobre aspectos da facção e suas atividades nela, bem como, permitir o acesso do pesquisador (a) ao local de estudo. Se possível, permitir também fotografar, filmar e anotar a fim de ajudar o pesquisador (a) no resgates na memória de informações relevantes a pesquisa.
3. A pesquisa não implica em riscos, pois o pesquisador (a) se compromete em manter o anonimato dos participantes. O acesso as informações coletadas serão de uso apenas dos pesquisadores (as) acima mencionados, e com fins estritamente acadêmicos.
4. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão no sentido de um esforço por parte do pesquisador (a) em minimizar as possíveis desigualdades encontradas em campo por meio da divulgação dos resultados da pesquisa em eventos científicos e governamentais.
5. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa.

6. A pesquisa é de caráter voluntário. Portanto, não envolve nenhum valor econômico a pagar ou receber pela participação.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Stéfanni Maria dos Santos Lopes, pesquisadora responsável pela pesquisa, e-mail: stefanni.slopes@ufpe.br. E Elisabeth C. Santos, orientadora da pesquisa, e-mail: elisabethcsantos@ufpe.br.

Eu, _____, declaro que li e concordo com os termos descritos, aceitando participar de modo voluntário desta pesquisa, sabendo que, estou livre para, em qualquer momento, desistir da participação na entrevista, sem nenhum prejuízo para mim.

Caruaru ___ de _____ de 2022

Assinatura do (a) participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE D – GLÓSSARIO DAS FACÇÕES DE CONFECÇÃO DO AGRESTE

Enfestar Tecido: Desenrolar o tecido e estica-lo na mesa para corta-lo.

Cerão: Três horas a mais de trabalho.

Cabecinha: Parte superior da peça de roupa.

Aviamento: Conjunto de materiais, como linhas, botões, agulhas.

Chuleado: Costura interna da peça de roupa reforçada.

Abanhado: Terminação da peça de roupa (parte inferior da peça).

Riata: Parte da peça de roupa que serve para segurar um cinto (acessório).

Travete: Costura que prende a riata a peça de roupa.

Caseado: “casa do botão”, ou abertura na parte superior da roupa pela qual o botão “passa”.

Berguilha: Abertura frontal que compreende a região do zíper ou botão.